

PATRIMÓNIO SOCIAL DA MINA DO LOUSAL

Do Hospital à Exposição

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Ana Vinhas Fidalgo

Dissertação de Mestrado em Museologia

Orientador: Jorge Custódio
Coorientadora: Raquel Henriques da Silva

Março, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia, realizada sob a orientação científica de Jorge Custódio e coorientação de Raquel Henriques da Silva.

Para os meus pais e irmã,

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Jorge Custódio, pela orientação, apoio e voto de confiança, por não deixar de estar presente até nos momentos mais difíceis e por todo o trabalho desenvolvido que constitui para mim uma referência.

Às várias pessoas que se disponibilizaram a receber nos vários Museus visitados, nomeadamente à Diretora do Museu de História da Medicina “Maximiano Lemos” da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Amélia Ricon Ferraz, à Museóloga do Museu do Centro Hospitalar do Porto, Sónia Farias, à Vice-diretora do Museu da Farmácia de Lisboa, Paula Basso, à Administradora hospitalar do Património Cultural do Centro Hospitalar de Lisboa, Célia Pilão, à Coordenadora Helena Rebelo de Andrade e à Museóloga Joana Oliveira do Museu da Saúde.

À Daniela Sousa da Câmara Municipal de Grândola, pelo apoio e por toda a documentação disponibilizada e livros emprestados.

À Maria Cerdeira da Biblioteca do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, pela disponibilidade e por me ter auxiliado com toda a documentação necessária.

À Professora Graça Filipe, pelo material disponibilizado, relativo à patrimonialização.

À enfermeira Ana Gonçalves da Unidade de Saúde do Lousal, pela ajuda prestada na identificação de peças do acervo tratado e por ter estado presente na inauguração da exposição.

A toda a população do Lousal, que tive um enorme trazer em conhecer, pelo apoio no trabalho, em especial à Associação de Reformados do Lousal e Joana Férias, obrigada a todos os que estiveram presentes no dia da inauguração.

A toda equipa do CCVL, com os quais trabalhei e se tornaram meus amigos, por me proporcionarem uma experiência única que nunca esquecerei. Aos Professores Álvaro Pinto e Jorge Relvas pela oportunidade.

Aos meus amigos de Ermidas-Sado, por terem sido a minha família durante este percurso, por me terem apoiado nos bons e nos maus momentos, e por me possibilitarem recordações maravilhosas e me fazerem sentir saudades.

Ao meu melhor amigo e namorado, Tiago Gil, que me apoiou em todas as decisões, me faz querer mais e ser melhor.

À minha “Família Pequena”, mãe, pai e irmã, que amo incondicionalmente, pelo apoio constante e por acreditarem e me fazerem acreditar em mim, por cuidarem de mim, por me mimarem, por serem o melhor que podia ter.

RESUMO

Considera-se necessário o estudo do Património Social mineiro, como modo de combate ao seu desaparecimento, por ser parte fundamental da história e memória mineira, da identidade de grupos sociais e das suas práticas culturais. A dissertação tem como objetivo o estudo do Património Social de uma empresa mineira como modo de valorização da sua Identidade e Património, procurando definir Património Social das minas e entender como este tem sido tratado museologicamente. Considera-se o Património Social mineiro, a estrutura e organização sociais das comunidades mineiras, passando pelo entendimento das condições oferecidas aos trabalhadores e às suas famílias, nas vertentes de habitação, saúde, alimentação, religião, ensino e ainda atividades de lazer. Através do estudo do Património Social é possível caracterizar e analisar o funcionamento e organização das comunidades mineiras, e do mesmo modo salvaguardá-lo, estudá-lo e expô-lo, transformando-o em Património Cultural, podendo ser mesmo representado em museus, por via de objetos móveis e conteúdos culturais apropriados. Este trabalho surge de um acordo estabelecido entre o Centro de Ciência Viva do Lousal e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, realizado entre 2016 e 2017 e apresenta, por via de uma musealização do fundo médico, hospitalar e farmacêutico das Minas do Lousal, um trabalho de salvaguarda dos objetos ligados aos serviços médico-farmacêuticos disponibilizados na Mina durante o seu ciclo funcional estando na génese da exposição “Casa de Saúde”, inaugurada em julho de 2017. Pretende-se que a exposição “Casa de Saúde” sirva de base para a criação de um Núcleo Museológico, que conste da oferta educacional já disponibilizada pelo Museu Mineiro do Lousal. A passagem do ciclo funcional para o ciclo cultural de uma mina, assume-se como um momento importante por constituir uma oportunidade de redinamização socioeconómica local e valorização cultural das comunidades que o representam.

PALAVRAS-CHAVE: Minas, Minas do Lousal, Museu, Museologia, Património Social, Acervo médico-farmacêutico

ABSTRACT

The study of Social Mining Heritage is considered to be necessary, as a way to fight its disappearance, since it is a fundamental part of the mining history and memory, the identity of social groups and their cultural practices. The objective of this dissertation is to study the Social Heritage of a mining company, as a mean of valorization of its Identity and Heritage, in the search to define the mines Social Heritage and understand how this subject has been treated museologically. Social Mining Heritage is considered to be the social structure and organization of the mining communities, through the understanding of the conditions offered to the workers and their families, in the areas of housing, health, food, religion, education and leisure activities. Through the study of Social Mining Heritage, it is possible to characterize and analyze the functioning and organization of the mining communities, and in that way, to safeguard, study and expose it, transforming it into Cultural Heritage, and therefore enabling its representation in museums, through mobile objects and appropriate cultural content. This work stems from the agreement between the Centro de Ciência Viva do Lousal and the Portuguese Association of Industrial Archeology, and conducted between 2016 and 2017, presenting, through a musealization of the medical, hospital and pharmaceutical deposit of Lousal Mines, a work of safeguarding the objects connected to the medical-pharmaceutical services available in the Mine during its functional cycle. This work has been in the origin of the exhibition "Casa de Saúde", inaugurated in July 2017. It is intended for the exhibition "Casa de Saúde" to serve as the basis for the creation of a Museological Nucleus, that can integrate the educational offer of Lousal's Mining Museum. The transition from the functional cycle to the cultural cycle of a mine is considered to be an important moment since it constitutes an opportunity for the local socioeconomic revitalization and cultural valorization of the communities that represent it.

KEYWORDS: Mines, Lousal Mines, Museum, Museology, Social Heritage, Medico-Pharmaceutical collection

ÍNDICE

Introdução	1
Estrutura do Trabalho.....	2
Metodologia	4
Estado da Arte	6
Capítulo I – Ciclo funcional das minas do Lousal	14
Contexto geográfico - As Minas de Pirite do Alentejo	14
Lousal	16
Concessões e Exploração Mineira.....	17
Société Anonyme Mines et Industries e SAPEC.....	20
Fundação Frédéric Velge	24
Capítulo II – Ciclo Cultural das minas do Lousal	26
RELOUSAL	28
Programa Museológico do Museu Mineiro.....	29
Projeto de Musealização das Minas do Lousal	30
RELOUSAL - Implementação	32
Museu Mineiro do Lousal	32
Centro Ciência Viva do Lousal	33
Capítulo III – Património Social das Minas do Lousal	38
Património Industrial/ Mineiro/ Social.....	38
Património Industrial.....	39
Património Mineiro	41
Património Social	42
Património Social das Minas do Lousal	44
Os trabalhadores.....	45
Habitação.....	48
Serviços médico-farmacêuticos.....	49
Cantina/Alimentação.....	50

Igreja	51
Ensino.....	53
Associação do Pessoal das Minas do Lousal: sede e atividades	55
Capítulo IV – Serviços Médico-farmacêuticos das Minas do Lousal	61
Infraestruturas dos Serviços Médico-Farmacêuticos	63
Funcionamento dos Serviços Médico-Farmacêuticos	67
Aquisição de Material	74
Maternidade.....	76
Assistência no interior da mina	77
Acidentes.....	78
Búzio	82
Silicose	83
Capítulo V – “Casa de Saúde”: a Exposição e o Núcleo Museológico	87
Missão da Exposição.....	88
Faseamento da Exposição	89
Fase Conceptual	89
Fase de Desenvolvimento.....	90
Fase Funcional	130
“Casa da Saúde” - De Exposição Temporária a Núcleo do Museu do Lousal.....	134
Reflexão Museológica.....	135
Considerações Finais.....	138
Referências Bibliográficas	140
Índice de Figuras	143
Índice de Tabelas.....	147
Índice de Gráficos	147
Anexos.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial

CCVL – Centro Ciência Viva do Lousal

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia

EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro

FCUL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

FFV – Fundação Frédéric Velge

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto
Universitário de Lisboa

IST - Instituto Superior Técnico

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MML – Museu Mineiro do Lousal

TICCHI – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

Introdução

O desaparecimento acelerado do património social mineiro constitui uma perda irreparável da história e memória mineira, da identidade de grupos sociais e das suas práticas culturais. A nível nacional, reconhece-se que o número de iniciativas desenvolvidas na área do Património Industrial tem vindo a crescer, como é o exemplo de alguns casos que envolvem o Património Mineiro, objeto de estudo da presente dissertação. No entanto, considera-se ser necessário o reconhecimento e salvaguarda do Património Mineiro, nas suas várias vertentes não apenas os aspetos geológicos, históricos e técnicos, que constituem a sua cultura material, mas também o social, que de acordo com os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos na temática social, carece ainda de investigação e conhecimento mais aprofundado, não sendo por isso suficiente, o que tem sido feito, para prevenir a sua perda.

As Minas do Lousal, laboraram de 1900 a 1988, tendo como objeto de exploração a pirite. Tal como acontece com outras minas, a exploração e laboração mineiras, implicaram a deslocação dos trabalhadores e das suas famílias para o local de exploração, processo este que implicou a constituição de uma comunidade associada à concessão mineira e da entidade empresarial que foi autorizada na exploração da mina. Estas comunidades exigem, no entanto, a criação de condições sociais que estimulem a sua permanência e que promovam, tanto quanto possível, alguma qualidade de vida. São estas condições que constituem, promovem e influenciam a estrutura e organização social, funcionando como fatores de coesão e inclusão das comunidades criadas. Quando a atividade mineira cessa, e com ela termina o ciclo funcional mineiro, cria-se a oportunidade de iniciar um novo ciclo, o ciclo cultural.

No caso específico das Minas do Lousal, o ciclo cultural teve início em 1997 com o lançamento do *Projecto de Desenvolvimento Integrado de Redinamização do Lousal* (RELOUSAL), desenvolvido pela Fundação Frédéric Velge. Este projeto tinha como objetivo promover o património histórico e cultural, apoiar a população local e potenciar a regeneração económica e social do Lousal. Foi na génese deste projeto que surgiu a criação do Museu Mineiro do Lousal, inaugurado em 2001, sob coordenação de Alfredo Tinoco. Em 2004, uma nova iniciativa da Fundação Frédéric Velge, é apresentada à Agência Nacional para a Cultura, resultando na criação do Centro de

Ciência Viva do Lousal, inaugurado em 2010. O ciclo cultural das Minas do Lousal, é considerado um caso de sucesso na história mineira nacional, afirmando-se como exemplo na integração da salvaguarda, conservação, valorização, gestão, musealização e difusão do património mineiro, geológico, industrial e social do Lousal, e assumindo um papel fulcral para a comunidade por apresentar uma oportunidade de redinamização socioeconómica local.

O trabalho de estágio desenvolvido entre junho de 2016 e julho de 2017, deu origem à exposição “Casa de Saúde”, inaugurada a 8 de julho de 2017 e surgiu do acordo criado entre o Centro de Ciência Viva do Lousal e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. O referido estágio permitiu proceder à identificação do potencial museológico do acervo existente e procurou criar condições para o desenvolvimento didático e museológico do Museu Mineiro do Lousal. Este trabalho envolveu a preservação dos objetos museológicos, através da sua identificação, recolha, conservação preventiva, acondicionamento e inventário, bem como o planeamento e montagem da exposição, como forma de valorizar, proteger e dar a conhecer o património social e cultural das Minas do Lousal.

A presente dissertação centra-se no estudo do Património Social das Minas do Lousal, com foco nos serviços médico-farmacêuticos oferecidos pela concessão mineira durante o ciclo funcional das minas, e surge da necessidade de caracterizar e entender a complexidade social do meio mineiro, como forma de o valorizar e salvaguardar. Assim, o objetivo principal deste trabalho centra-se na identificação do Património Social das comunidades mineiras, através do caso de estudo das Minas do Lousal. A caracterização e análise da organização e funcionamento destas comunidades, serviu como veículo para a sua salvaguarda, estudo e exposição. Procura-se ainda entender de que forma este património tem sido resgatado a nível museológico, com base no trabalho desenvolvido no contexto mineiro e nas iniciativas desenvolvidas para a salvaguarda de património médico-farmacêutico, de carácter hospitalar ou industrial e mineiro a nível nacional.

Estrutura do Trabalho

A presente dissertação é composta por cinco capítulos. No Capítulo I, dedicado ao ciclo funcional das Minas do Lousal, conta-se a história das Minas do Lousal,

estabelecendo-se uma cronologia das concessões e explorações mineiras. Dá-se especial destaque à concessão e exploração por parte da *Société Anonyme Mines et Industries*, precursora da atual SAPEC, por ser durante esse período que se verificou o grande desenvolvimento da mina, nas suas várias vertentes, entre as quais uma maior atenção social aos seus habitantes. É feita uma contextualização histórica, geográfica e social, até ao seu encerramento, em 1988, e consequente abandono temporário, e posterior início do seu ciclo cultural, em 1997, com a constituição da Fundação Frédéric Velge, instituição criada pela SAPEC e pela Câmara Municipal de Grândola, que, de forma inovadora em Portugal, iniciam o projeto RELOUSAL.

No Capítulo II, dedicado ao ciclo cultural da mina, descreve-se o projeto RELOUSAL e todas as iniciativas desenvolvidas com vista à regeneração, fixação e melhoria das condições de vida da população local residente, que optou por permanecer no território ou que resolveu ali habitar de novo, através da criação de um sistema autossustentável baseado em novas atividades. De entre as várias iniciativas, destaca-se o projeto museológico, coordenado por Alfredo Tinoco, o qual esteve na génese do Museu Mineiro do Lousal. Descreve-se o programa museológico, que previa a abertura de vários núcleos museológicos e do projeto de musealização da Mina, do qual apenas uma pequena parte foi implementado, sendo apenas inaugurado em 2001 o edifício onde se encontrava a Central Elétrica. Refere-se a passagem do Museu para a tutela do Centro de Ciência Viva do Lousal, o qual arrancou em 2010, enunciando-se os seus objetivos, com destaque para alguns dos projetos desenvolvidos até à inauguração da exposição “Casa de Saúde”.

O Capítulo III é dedicado á organização social das Minas do Lousal. Propõe uma definição de Património Social, através do estudo dos conceitos de Património Industrial e Património Mineiro como forma de o circunscrever conceptualmente, realçando a sua particularidade e importância em contexto mineiro. Uma vez definidas as várias vertentes que englobam o Património Social, identifica-se e analisa-se o caso particular das Minas do Lousal. Apresentam-se aspetos que permitem identificar os trabalhadores do Lousal, como forma de contextualizar a suas vidas, funções e condições de vida, destacando-se as questões de habitação, serviços médicos, alimentação, religião, ensino e outras atividades de lazer proporcionadas sua existência em contexto mineiro e patrocinadas pela administração da Mina.

No Capítulo IV expõe-se a investigação direcionada aos serviços médico-farmacêuticos disponibilizados pela Mina do Lousal aos seus trabalhadores, através do estudo dos objetos preservados, suportado pelo conhecimento recolhido na bibliografia e documentação encontradas. Descreve-se o espaço físico do posto de saúde e as várias alterações sofridas no decorrer dos anos, do seu crescimento ao seu declínio. Referem-se os vários serviços prestados e os profissionais de saúde que ali trabalharam, documentando-se os vários materiais adquiridos ao longo do tempo, como apoio ao entendimento global da unidade hospitalar da Mina. Destacam-se os serviços de maternidade e assistência no interior da mina e trata-se a problemática dos acidentes e da silicose.

No último Capítulo, fala-se de todo o processo que foi necessário implementar para a criação e montagem da exposição “Casa de Saúde”, desde a fase de conceção (onde se explica como se inicia o projeto, qual a sua ideia e quais os recursos disponíveis) ao seu desenvolvimento, através da preservação do acervo (identificação, recolha, conservação, acondicionamento e inventário, ao planeamento (escolha de peças, espaço, investigação, entre outros), à produção (intervenção do espaço, colocação de peças e criação de todas as condições para a conservação/proteção até a inauguração da exposição, e, por último, abordando a fase funcional, momento em que é necessário assegurar a abertura e o funcionamento da exposição, a segurança e bem-estar do acervo, assim como o exercício dos serviços educativos e a promoção e divulgação da exposição.

Metodologia

O trabalho desenvolvido baseou-se na investigação bibliográfica e das fontes existentes em arquivos documentais. Dada a proximidade temporal dos acontecimentos vividos pela Mina do Lousal, privilegiaram-se também as fontes orais.

O desenvolvimento da presente dissertação teve por base três arquivos principais: os do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG); da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) e do Museu Mineiro do Lousal (MML). No LNEG teve-se acesso à documentação relativa à Circunscrição Mineira do Sul - Mina do Lousal. Através da análise dos dez dossiers disponíveis, referentes aos anos de 1903 a 1980, pode ter-se acesso aos Relatórios de Trabalhos efetuados na Mina do

Lousal que dispõem de informação diversa, desde compras efetuadas, providências tomadas contra a silicose, higiene e profilaxia da mina, segurança do pessoal, obras de construção civil, dados estatísticos de atendimento/silicóticos, entre outros. Esta foi uma das principais fontes para a reconstituição cronológica destes serviços, bem como para o inventário do acervo trabalhado. Na APAI foi possível encontrar informação reunida por Alfredo Tinoco para a realização do Projeto Museológico do Museu Mineiro do Lousal, projeto este que não foi completado na sua integridade, mas que continua a ser uma referência para os museus mineiros do país e até para futuros projetos na própria Mina do Lousal. Esta informação foi especialmente importante para o entendimento da passagem do ciclo funcional para o ciclo cultural das minas, assim como para compreender as potencialidades museológicas do couto mineiro do Lousal. O arquivo documental do MML possibilitou o estudo dos arquivos relacionados com a temática da saúde, essencialmente através das Fichas de Trabalhadores, que serviram de fonte para a reconstituição desse espaço no tempo, através da análise dos vários intervenientes, possibilitando perceber a diversidade de profissões e a variação do número de pessoal ao longo dos diferentes anos de exploração. Foi também possível ter acesso às Fichas de Saúde e outra documentação ligada a estes serviços, tais como gráficos e estatísticas de acidentes, fichas de abono, entre outros.

Como fontes orais, sendo estas as mais valiosas por serem relatos diretos da realidade mineira, ouviram-se relatos de Joana Férias (ex-escriturária do Posto de Saúde do Lousal), de Manuela Palhas (ex-enfermeira do Posto de Saúde do Lousal, época do Serviço Nacional de Saúde, de Elsa Guerreiro Silva (filha de um ex-mineiro do Lousal), de Manuel João (ex-electricista da Mina do Lousal), de Gracinda Molina (irmã de António Dias Molina Marques, ex-enfermeiro do Posto de Saúde do Lousal) e ainda de outros familiares de mineiros ou ex-mineiros das Minas do Lousal, por via da Associação de Reformados do Lousal.

Para o caso específico do trabalho museológico desenvolvido para a criação e montagem da exposição, realizaram-se visitas e contactos com vários museus ligados à temática médico-farmacêutica, entre os quais, o Museu de História da Medicina “Maximiano Lemos”, o Museu do Centro Hospitalar do Porto, o Museu da Farmácia de Lisboa, o Núcleo Museológico do Hospital de Stº António dos Capuchos do Centro Hospitalar de Lisboa (CHL), o Museu da Saúde do Instituto Ricardo Jorge. A

participou-se nas 3^{as} Jornadas Interdisciplinares da Mina de S. Domingos¹, e no 3.º Encontro da Rede de Museus do Alentejo, ambos em novembro de 2016, permitiram à autora uma maior aproximação com o tema e à problemática do património social mineiros. Visitaram-se as Minas da Panasqueira, em julho de 2017, com o CCVL, onde se pode conhecer melhor o mundo mineiro, através de uma descida ao interior da mina e ainda através da visita ao Museu Mineiro – Terra do Volfrâmio, que conserva e reúne uma enorme coleção do acervo mineiro ali recolhido, salientando-se neste caso, o fundo ligado ao Património Social, entre o qual material referente aos serviços de saúde prestados nesta mina.

Durante o tempo da investigação e redação da dissertação de mestrado, participou-se ainda no XVII Congreso Internacional Sobre Patrimonio Geológico Y Minero, XXI Sesión Científica de la SEDPGYM, realizado na Escuela de Ingeniería Minera e Industrial de Almadén – Universidad de Castilla-La Mancha, Almadén, em setembro de 2017, com a comunicação “O Património Social das Minas – O caso das Minas do Lousal”, que contou com a coautoria de Jorge Custódio. Por fim a autora participou no I Encontro dos Museus e Instituições de Ciência e Ciências da Saúde da área metropolitana de Lisboa - Património, Ciência e Saúde: Intervir, Conhecer, Preservar e Valorizar, realizado no Museu da Farmácia, Lisboa, em novembro de 2017, onde apresentou a comunicação “*O Património Médico-Farmacêutico das Minas – O caso das Minas do Lousal*”.

Estado da Arte

A nível museológico, as minas são já alvo de alguns estudos e trabalhos, embora como refere Jorge Custódio (2005, p. 145) “*uma mina, só recentemente foi olhada numa perspectiva cultural*”.

Para melhor compreender o universo do Património Mineiro existem alguns trabalhos de referência. Destacam-se os artigos de Jorge Custódio - “*As Minas Abandonadas do Ponto de Vista da Arqueologia Mineira e Industrial*”, *Boletim de Minas* vol. 30 (1993), que explora a temática da valorização cultural das minas, abordando o caso português, o qual reforça a necessidade da salvaguarda do mesmo

¹ Em especial a comunicação de Jorge Custódio, “Energia, Mineiros e Trabalho na Mina de S. Domingos: alguns resultados parciais”, referente à temática de valorização do Património Social.

através da formação de equipas multidisciplinares que possam intervir corretamente nos vários aspetos que envolvem o encerramento de uma mina; “Património Mineiro”, nº 8 da revista *Património/Estudos* do IPPAR (2005), que explora o tema do património mineiro, com a passagem do ciclo económico para o ciclo cultural, chamando à atenção que “*só uma política de inventário sistemático, de salvaguarda, reutilização ou readaptação, pode fazer perpetuar as memórias dos monumentos técnico da mina*” sendo necessária a consciencialização para “*o papel que podem desempenhar na construção do património cultural do futuro.*” (2005, p. 162), reforçando a ideia já referida no artigo anterior.

Relativamente à definição de Património Mineiro referem-se os KITS – Património | KIT 03 - Património Industrial, IHRU/IGESPAR (2010), desenvolvido por Deolinda Folgado, o qual refere que as minas se desenvolvem como “*uma cidade ou lugar da terra e da técnica, organizando formas de vida e de relações sociais reconhecidas nos espaços de habitação, de trabalho, e de representação social.*” (2010, p. 55) e , como tal, formadoras de património social; e ainda, o artigo “*Salvaguarda do património mineiro - Da identidade à inclusão no quotidiano*”, nº 4, 2ª série da revista *Vipasca – Arqueologia e História* (2013), da mesma autora, no qual se estudam as questões de salvaguarda deste património nas várias vertentes e se refere pela primeira vez o conceito de Património Social Mineiro, quando se menciona que a passagem do ciclo económico antigo da mina para o ciclo “*cultural, ambiental, económico e social*” terá de ser implementado numa política assente no “*novo conceito que terá necessariamente de emergir – o “Património Social*” (2013, p. 87).

Ainda na temática de património mineiro, mas numa perspetiva de regeneração ambiental, referira-se à publicação “*A Herança das Minas Abandonadas. O Enquadramento e a Actuação em Portugal*” (2011), desenvolvida pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) em parceria com a Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a qual trata o tema de regeneração ambiental com foco nos trabalhos desenvolvidos por esta empresa, nomeadamente nas Minas do Lousal.

Também importa enunciar os estudos desenvolvidos sobre as Minas do Lousal. Existem diversos trabalhos, nomeadamente ao nível geológico, desenvolvidos por entidades oficiais como o próprio CCVL ou o LNEG. No entanto, como referência para o estudo que se propõe fazer devem citar-se os trabalhos de Paula Rodrigues,

nomeadamente a sua Dissertação de Mestrado em Sociologia do Território, *Espaço Social e Modos de Vida em Contexto de Crise: O Lugar das Minas do Lousal* (ISCTE,1997), a qual deu origem aos livros “*Vidas na Mina: Memórias, Percursos e Identidades* (2005) e “*Onde o Sol não chega – Vidas, Trabalho, e Família na Mina do Lousal*” (2013). O primeiro constitui um interessante estudo sociológico sobre as Minas do Lousal, descrevendo as minas do seu ponto de vista histórico e social, para além de abordar os problemas da sua organização social e os modos de vida mineiros. O segundo constitui um compêndio de entrevistas e relatos biográficos, essenciais para o conhecimento da Mina na primeira pessoa e como modo de descrição da identidade dos seus trabalhadores. Utilizou-se ainda do livro de Pedro Leite, “*Frédéric Velge - 1926-2002 – Fotobiografia*” (2009), que, tal como o nome indica, trata-se de uma biografia documentada de Frédéric Velge, administrador da sociedade *Mines et Industries*, referindo o importante trabalho que ele desenvolveu nas Minas do Lousal. Teve-se em atenção o conteúdo do artigo de Artur Henrique Alegria “As Minas do Lousal”, publicado no *Boletim de Minas* vol. 5, nº 3 (1968), que embora trate essencialmente de geologia, aborda questões importantes de interesse para a temática do trabalho e as obras realizadas no território mineiro, como a construção civil e as obras sociais.

Destacam-se outras publicações de menor dimensão, como “*Lousal, Memórias de um Povo*” e “*Lousal “Estórias” e Vidas*”, ambas editadas Casa do Povo de Azinheira de Barros (2003) e “*Lousal território de encontro e cultura*” da Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (2000). Note-se que o segundo livro agrega vários relatos da comunidade do Lousal, abordando diferentes temáticas, destacando-se assim como uma referência para este nosso estudo, por apresentar o ponto de vista da comunidade lousalense.

A nível museológico, nomeadamente em relação ao Museu Mineiro do Lousal, destacam-se os estudos de Alfredo Tinoco: “*Programa Museológico do Museu Mineiro do Lousal*” (1998) e “*Para uma política de preservação do património em Portugal*” (2012), publicados nos *Cadernos de Sociomuseologia*, que têm como caso de estudo o Museu Mineiro do Lousal (p. 27 a 50). Em coautoria com Luísa Santos, Alfredo Tinoco publicou “Um Projecto de Musealização para as Minas do Lousal” (1998) em *Arqueologia & Indústria* revista da APAI, vol. I, a pp. 117 -125). Refiram-se ainda os estudos de Germesindo Silva “*Museu Mineiro do Lousal; Espaço de Encontro e*

Cultura” (2004) publicado na revista *Musa*, vol. 1 (pp. 40- 43) e ainda de Cármen Carvalho, o seu relatório de estágio intitulado “*Museu Mineiro do Lousal. O Arquivo da Empresa Mines et Industries*” (2009), Mestrado em Museologia, Universidade de Évora, Departamento de História, no qual analisa o património documental da empresa *Mines et Industries*.

O estudo do Património Mineiro, é sem dúvida o ponto de referência para o legado cultural mineiro. No entanto, o estudo de outros patrimónios, como o Património Industrial, no qual este se insere, bem como o estudo de outras convenções ou cartas que criaram caminho para a definição destes patrimónios são considerados necessários e fundamentais.

Para a definição de Património Industrial, muito tem contribuído o The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial), a quem se deve a Carta de Nizhny Tagil (2003), onde se desenvolve o conceito de Património Industrial e claramente se define e se expõe nas suas diferentes vertentes. Ao TICCIH e o ICOMOS devem-se os Princípios de Dublin (2011), que contêm as recomendações destinadas à conservação de sítios, estruturas, áreas e paisagens de Património Industrial. Outras convenções/cartas são igualmente essenciais para o entendimento de Património, nomeadamente a “*Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*” (ONU - Organização das Nações Unidas, 1972), onde se define o Património Cultural e Natural e a necessidade da sua salvaguarda, dada a ameaça da sua destruição, entendendo-se que Património Cultural, integra Património Industrial e Mineiro. Estudou-se ainda a “*Declaração de Tlaxcala*” (ICOMOS - International Council on Monuments and Sites, 1982), que surge do terceiro *Simpósio Inter-Americano sobre a Conservação do Património Edificado* dedicado ao tema da “*Revitalização dos Pequenos Povoados*”; a *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* (ICOMOS - International Council on Monuments and Sites, 1987), onde se definem princípios e objetivos, assim como os métodos de salvaguarda das cidades históricas como modo de perpetuar o conjunto dos bens constituintes da memória da Humanidade; a “*Declaração de Caracas*” (ICOM - International Council of Museums, 1992), que reflete sobre a missão do museu como agente do desenvolvimento integral da região; a “*Carta de Burra*” (ICOMOS - International Council on Monuments and

Sites, 1999) onde se definem linhas de orientação para a conservação e para a gestão dos sítios com significado cultural, e ainda; a “Carta de Faro - *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural*” (Conselho da Europa, 2005) que tem por fim a cooperação dos vários Estados Europeus na aplicação de políticas patrimoniais para benefício da sociedade.

Considera-se ainda necessário referir a importância da Nova Museologia, através do “*Movimento Internacional para uma Nova Museologia*” (MINOM), criada em 1985, para a mudança do conceito de museu, que passa a ser entendido num sentido mais amplo, abrangendo todo um território, deixando assim de estar confinado a um espaço que contribui para a criação da entidade de cada comunidade (PEREIRA, 2004, p. 50-51).

Os trabalhos de investigação e salvaguarda de Património Social, em contexto mineiro ainda se encontram pouco desenvolvidos, no entanto já é possível encontrar alguns casos em que este património é considerado como matéria de estudos científicos e históricos e se promove a sua salvaguarda, conservação e valorização. Todavia, ainda são poucos os casos em que procura a sua musealização, integrado no programa museológico ou constituindo um núcleo expositivo autónomo, de acesso público. É necessário nomear algumas instituições que contribuem para estes estudos, sendo de salientar em primeiro lugar a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), a Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI) e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG).

Na elaboração desta dissertação foi revelante conhecer os projetos museológicos relativos ao universo mineiro, em especial o Museu Mineiro São Pedro da Cova (Gondomar, Porto), também conhecido como Casa da Malta, que contém o Acervo Documental da Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Cova², mas que tem também uma vertente antropológica com objetos que retratam a vida da comunidade mineira. O museu em si, preserva património social ao estar instalado num edifício, que servia de alojamento aos mineiros.

² Este fundo documental contém cerca de 8.000 processos de antigos operários, registos de acidentes de trabalho, doenças profissionais, registos da Caixa de Previdência do Pessoal, cartões do Sindicato de Mineiros, folhas de salários e pagamentos, registo de sanções disciplinares, mapas de produção, plantas técnicas, topográficas e de exploração, registos de indemnizações e fotografias, assim como uma coleção, com acervo essencialmente ligado à exploração subterrânea.

Outra instituição museológica que se estudou foi Museu Municipal de Aljustrel, dedicado às Minas de Aljustrel, que, para além de abordar a exploração destas minas na época romana, estuda outras temáticas do quotidiano mineiro, entre as quais a temática social, desenvolvendo conteúdos relacionados com a “Sociedade”, as “Festividades”, os “Mercados”, as “Associações de Classe”, o “Tempo de Festa”, o “Grupo Coral” e os “Banhos de São João” (espécie de termas populares para curar enfermidades de pele). Embora não estando diretamente relacionado com temática da presente dissertação, deve referir-se que este museu contém também o Núcleo Central de Compressores e a Mina de Algarès.

O Museu da Mina de São Domingos, uma espécie de centro de interpretação desta mina de pirite, que foi criado Fundação Serrão Martins, conta com o polo permanente Casa do Mineiro, que recria aquilo que seria a casa de um mineiro, o Cine Teatro da Mina de S. Domingos, edifício dedicado à dinâmica cultural da mina. A Fundação Serrão Martins desenvolveu também uma Rota destinada ao Complexo Mineiro, sendo que alguns dos pontos de interesse, abordam aquilo que aqui se considera como Património Social- a Igreja, Posto da Polícia, Centro Republicano 5 de Outubro, Bairro e Jardim dos Ingleses, Campo *Cross Brown*, Pago Velho, Latrina, Bairro Operário e Cemitério dos Ingleses. Estas Minas têm sido alvo de vários estudos e publicações sobre diversas perspetivas de carácter geológico, histórico e social. Por sua vez o Projeto do Museu das Minas do Pejão, proposto pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva e a Associação Cultural do Couto Mineiro do Pejão e desenvolvido cientificamente por Jorge Custódio, mas que infelizmente nunca se concretizou, deu origem a um programa museológico, cujo estudo foi aprovado pela Rede Portuguesa de Museus em 2004. O referido estudo intitulado *Museu do Carvão & das Minas do Pejão - Programa Museológico* (2004), encontra-se ainda por publicar, mas que contém uma análise detalhada do património social destas minas, a qual se considera de extrema importância não só para o caso das Minas do Pejão (Castelo de Paiva), mas para as minas de um modo geral enquanto organizadoras de património social.

Por último, destaca-se o acervo das Minas da Panasqueira, reunido por José Luís Campos, naquilo que se intitula Museu Mineiro – Terra do Volfrâmio, aberto ao público desde 2012, no qual se encontram acervos de carácter físico e documental e referentes ao património social, em especial relacionado com a temática médico-farmacêutica.

Embora a dissertação que se desenvolve apenas se refira aos casos de museus nacionais, importa salientar como modelo de tratamento das questões médico-hospitalares, o museu instalado no *Real Hospital de Mineros de San Rafael*, em Almadén, Huelva, Espanha, que contém três núcleos, sendo um deles o trata especificamente da história do edifício hospitalar onde se conserva o acervo médico e hospitalar relacionado com a doença mineira contraída em minas de mercúrio.

A nível da temática da saúde, não associada ao património mineiro, os museus nacionais, encontram-se ligados a Hospitais e Universidades de Medicina. Destacam-se o Museu de Medicina, da Faculdade de Medicina de Lisboa, situado no Hospital de Santa Maria, em Lisboa; o Museu da Saúde do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em Lisboa; o Museu do Centro Hospitalar do Porto, no Porto; o Museu da História da Medicina Prof. Maximiano Lemos, no Porto; Museu do IHMT – Instituto de Higiene e Medicina Tropical, em Lisboa e o Museu da Farmácia com dois polos, um em Lisboa e outro no Porto. Em Lisboa, refiram-se ainda, no Centro Hospitalar de Lisboa, o Núcleo Museológico do Hospital de Stº António dos Capuchos, o Núcleo Museológico do Hospital de Stª Marta, a Coleção de Dermatologia (Mello Breyner. Sá Penella. Caeiro Carrasco).

Fora do mundo dos Hospitais e Universidades a temática da saúde médico-farmacêutica, encontra-se pouco trabalhada e desenvolvida a nível museológico. Em poucos casos ainda, o acervo encontra-se devidamente tratado e inventariado, sendo um bom exemplo o espólio do Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento.

Todo o trabalho desenvolvido, nas diferentes áreas de investigação, tem permitido a melhor compreensão e abrangência que o Património Mineiro envolve, bem como a sua importância. No entanto, será necessária uma maior consciencialização do papel que este pode desempenhar na construção do Património Cultural, baseado numa política onde emerge o conceito de Património Social. Indo de encontro com esta linha de pensamento, procura-se estudar e definir o Património Social das minas, como forma de caracterizar o funcionamento e organização das comunidades mineiras e desse modo transformando-o em Património Cultural, através da sua exposição. A exposição “Casa de Saúde” apresenta-se assim como o primeiro trabalho museológico dedicado ao Património Social mineiro, na sua vertente médico-farmacêutica, abrindo portas para a

continuação do estudo deste património e servindo de base para a realização de novas iniciativas na área.

Capítulo I – Ciclo funcional das minas do Lousal

As minas desenvolvem-se em zonas com potencialidade de património geológico mineiro e são exploradas em conformidade com a época e em função dos princípios tecnológicos dessa mesma época, assim como das constantes económicas e conjunturais (CUSTÓDIO, 2004).

Ao implicarem a deslocação dos trabalhadores e das suas famílias para um território de forma permanente e onde é estabelecida uma relação contratual, constituem-se comunidades ao abrigo da concessão mineira. Uma comunidade deste tipo, necessita de condições e infraestruturas sociais tais como, assistência médica, educação, habitação, igreja, cemitério, instituições de cultura, entre outras (CUSTÓDIO, 2004). Estas comunidades são intrinsecamente diversas no seu cerne, dadas as diferentes atividades e ofícios que envolvem uma exploração mineira, como por exemplo, entre operários e administradores, onde se verificam demarcadas diferenças sociais (RODRIGUES, 1997). Exemplo disto é a comunidade das minas do Lousal, sobre o qual este trabalho incide.

De forma a contextualizar a pertença da comunidade ao couto, desenvolveu-se seguidamente, de forma sucinta, os principais aspetos do processo de formação das minas do Lousal e da sua comunidade, no seu contexto geográfico, histórico e económico-social.

Contexto geográfico - As Minas de Pirite do Alentejo

As pirites do Alentejo, no que concerne à sua utilização industrial contemporânea, podem ser identificadas em três fases de exploração distintas: a primeira no séc. XIX, com o arranque do movimento mineiro, designada por “ciclo do cobre”; a segunda no início do séc. XX até ao final dos anos 80, designada por “ciclo do enxofre/ácido sulfúrico”; e a terceira, que sucede a anterior, designada por “fase dos metais” (SILVA *in* RODRIGUES, 1997). As Minas do Lousal inserem-se no ciclo do enxofre/ácido sulfúrico (segunda fase), onde o enxofre é a principal substância desta exploração dado que pirite se destinava à produção do ácido sulfúrico que se encontrava na base do desenvolvimento das indústrias químicas dos países europeus industrializados (RODRIGUES, 1997).

As minas de pirite foram sempre controladas por grandes Companhias, sediadas em países europeus mais desenvolvidos, como a Inglaterra, a França ou a Bélgica. No caso das Minas do Lousal, depois dos períodos iniciais, foram tuteladas pela *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel* (com sede em Antuérpia) e pela *Société Anonyme Mines et Industries* (com sede em Bruxelas). Era nestes países que se encontravam os grandes centros de consumo e para os quais o minério era exportado. No final século XIX, as minas alentejanas haviam praticamente desaparecido do mapa mineiro, com exceção das relativas à extração de pirites, representadas por um número restrito de grandes concentrações mineiras, como era o caso da Mina de São Domingos (Mértola) e da Mina de São João do Deserto e Algaes (Aljustrel), que constituíam os principais complexos nacionais mineiros da época. Em 1912, as referidas minas alentejanas contavam com um grande número de trabalhadores (superior a 400), no entanto, a maioria empregava menos trabalhadores (RODRIGUES, 1997). Em 1930, as explorações mineiras ainda se encontravam ativas nos concelhos de Mértola (Minas de S. Domingos, exploração de pirites) e Aljustrel (Minas de São João do Deserto e Algaes, exploração de pirites), no Alentejo, Gondomar (Minas de S. Pedro da Cova-Antracite), na região Norte. No entanto, os concelhos da Covilhã, região Centro-Norte, com as Minas da Panasqueira (exploração de volfrâmio) e Grândola, Alentejo, com as Minas do Lousal (exploração de pirites) tinham já ganho lugar cativo no panorama mineiro (*ibid.*).

As minas de pirite sofrem uma penalização significativa na sua produção, durante as Grandes Guerras Mundiais, destinando-se, em grande parte, ao armazenamento da mesma. No entanto, nos períodos antecedentes aos conflitos militares, com principal destaque para a véspera da Segunda Grande Guerra, com a constituição de reservas nos países de destino, numa prestativa de antecipação da crise, a produção passa a ser aproveitada também para o consumo interno, embora a exportação se mantivesse o principal objetivo (RODRIGUES, 1997).

Sendo a pirite um minério de exportação, implica-se a manutenção e continuidade na política até aí seguida, de maneira a responder ao desejo de dirigismo económico da política nacionalista, mostrando expressão na Lei do Fomento Mineiro³ (1939) e na criação dos Serviços de Fomento Mineiro e das Comissões Reguladoras do

³ Decreto-Lei n.º 29; 725, 28 de junho de 1939.

Comércio dos Metais e Carvão, do mesmo ano (RODRIGUES, 1997). A atuação do Estado pretendia limitar o acesso à propriedade mineira, disciplinar a livre concorrência, estimular a atividade extrativa e controlar a exportação, no entanto, nunca pondo em causa a segurança dos capitais estrangeiros. A Lei de Fomento Mineiro acabou por fortalecer os projetos com aval salazarista, como sendo situações de exceção, de modo a visar melhores condições de sobrevivência económica, como foi o caso da *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, isenta de pagamento de imposto ferroviário entre Aljustrel e a Herdade das Praias do Sado (RODRIGUES, 1997). Apesar do Estado ter passado a ter uma postura mais ativa quanto ao sector mineiro, até então subaproveitado pela economia pública, mostra-se incapaz de implementar uma alteração estrutural e qualitativa, ficando a meio caminho entre o fomento mineiro e o desenvolvimento industrial (GUIMARÃES, *in* RODRIGUES, 1997).

O controlo exercido pelo capital estrangeiro, não se torna um obstáculo ao crescimento mineiro. Na verdade, acaba por orientar o seu modo de desenvolvimento. A história económica das minas de pirite, diferencia-se das restantes da região, pela intensidade e duração do trabalho desenvolvido, uma marca a vida social alentejana (GUIMARÃES *in* RODRIGUES, 1997).

Lousal

O Lousal é uma «aldeia»⁴ portuguesa pertencente à Freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, concelho de Grândola, distrito de Setúbal. O Lousal nasce com a exploração mineira. A sua localização geográfica, como refere Pedro Leite (2009), insere-se numa zona de terrenos áridos propícios à criação de gado e cortiça onde, com o início da exploração mineira, se cria uma nova forma de povoamento. Estas minas integram-se na Faixa Piritosa Ibérica, cuja extensão tem cerca de 250 Km de comprimento e 40 Km de largura, entre Vale do Sado e Vale de Guadalquivir (SANTOS & TINOCO, 1998) (Figura 1).

⁴ “Localidade pequena, e categoria inferior à de vila, sem jurisdição própria.”. Aldeia, *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/aldeia>, acedido a 25-03-2018. Quando aqui se refere aldeia para descrever o Lousal, deve-se ao seu tamanho em termos geográficos, no entanto, podemos dizer que na verdade não o é, pois, a sua criação deve-se apenas à exploração mineira, e como tal, com jurisdição própria.



Figura 1 - Localização geográfica da faixa Ibérica Piritosa e das minas do Lousal (Hunt, Lottermoser, Parbhakar-Foxb, & Veene, 2016).

A mina labora continuamente entre 1900 e 1988 sendo a pirite o seu principal objeto de exploração. Da pirite era extraído o enxofre, usado sobretudo para produção de ácido sulfúrico para a indústria química e de adubos. O seu encerramento deveu-se ao facto de a produção de ácido sulfúrico deixar de ser economicamente viável.

Nas seguintes secções descreve-se o contexto histórico das diferentes concessões e fases de exploração das minas do Lousal, até ao seu encerramento em 1988 e consequentes projetos desenvolvidos até ao presente.

Concessões e Exploração Mineira

A mina do Lousal compreende as concessões relativas ao Lousal, Lousal Novo, Lousal nº 2, Lousal nº 3, sítio do Montado e Cerro dos Armeirões, sendo que apenas se desenvolveu a exploração mineira nas duas primeiras. A seguinte Figura 2, representa cronologicamente todas as fases de exploração e diferentes concessões das minas do Lousal.

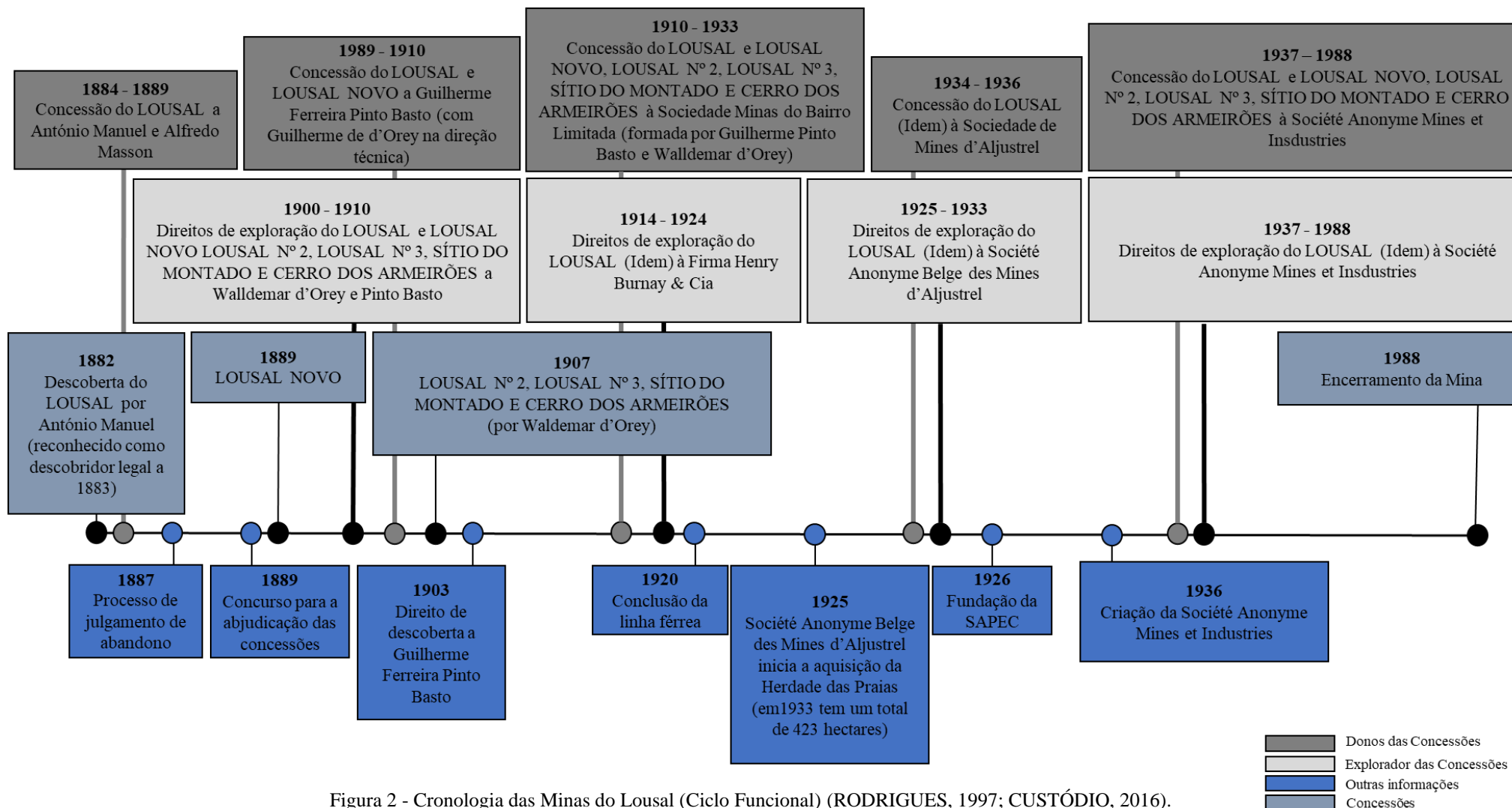


Figura 2 - Cronologia das Minas do Lousal (Ciclo Funcional) (RODRIGUES, 1997; CUSTÓDIO, 2016).

Segundo Paula Rodrigues (1997), em 1882, António Manuel, um residente de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém, regista a Mina do Lousal sendo que apenas em 1883 é reconhecido como o descobridor legal. Juntamente com o engenheiro de minas, Alfredo Masson, requerem a concessão provisória da mina em 1884, passando por um processo de abandono em 1887, uma vez que não chega a ser entregue um plano de lavra⁵ e acabando por perderem o direito à concessão em 1889, ano em que se realiza um concurso para a sua adjudicação. Entretanto em 1889, tinha sido feita a demarcação da mina do Lousal Novo. Do concurso realizado, Guilherme F. P. Basto ganha a concessão das Minas (Lousal e Lousal Novo), e em 1900 regista-as, ganhando o direito de descoberta em 1903. Guilherme Albuquerque d'Orey, importante engenheiro de minas, assume a direção técnica de ambas as minas. Durante o período de 1900 a 1910 a exploração é feita por Guilherme P. Basto juntamente com Waldemar d'Orey (CUSTÓDIO, em publicação). Em 1907, Waldemar Albuquerque d'Orey regista as minas do Lousal nº2, Lousal nº3, Sítio do Montado e Cerro dos Armeirões que, como se disse, não chegam a ser alvo de exploração (RODRIGUES, 1997).

Em 1910, Guilherme Pinto Basto, que tinha os direitos das concessões do Lousal e Lousal Novo, e Waldemar d'Orey, que tinha os direitos das concessões, Lousal nº2, Lousal nº3, Sítio do Montado e Cerro dos Armeirões, formam a Sociedade Minas do Bairro Limitada, para a qual cedem os direitos das concessões (RODRIGUES, 1997). Esta sociedade teve os direitos de concessão até 1933, sendo que foi explorada pela Firma *Henry Burnay & Compagnie*, de 1914 a 1924, momento em se começam a ter preocupações com a energia e, pela Sociedade *Mines d' Aljustrel*, de 1925 a 1933, momento em que se dá uma alteração da paisagem mineira. Entre 1934 a 1936 a Sociedade *Mines d' Aljustrel* detém a concessão das minas (CUSTÓDIO, em publicação).

Em 1923, Frédéric Jacobs (banqueiro de Antuérpia, sogro de Antoine Velge) tinha adquirido uma participação na Sociedade permitindo-lhe assumir assim representação na administração e dando início à sua vontade de alargar os negócios de

⁵ O Plano de Lavra ou de Exploração, expressamente exigido na legislação aplicável, surge, assim, como o documento base que sustenta a atribuição dos direitos de exploração do depósito ou massa mineral, proporcionando o aproveitamento das vantagens socioeconómicas decorrentes da sua exploração, em moldes adequadas à preservação ambiental e da segurança de pessoas e bens. COSTA, L. J. R. (1997) *Plano de Lavra*, no sítio http://www.lneg.pt/CienciaParaTodos/edicoes_online/diversos/plano_lavra/texto acedido a 6/12/2017.

exportação de pirite para outros destinos, visto que que, até a data, se destinava, sobretudo para o Barreiro. Mais tarde, através da linha férrea Aljustrel-Setúbal, passa-se a transportar o minério diretamente para a Herdade das Praias, dando assim início à história da *Société Anonyme Mines et Industries* e da SAPEC, no Lousal e em Setúbal (RODRIGUES, 2005).

A partir de 1937, dá-se a concentração da concessão e da exploração mineira na *Société Anonyme Mines et Industries*, que até ao encerramento das Minas do Lousal, em 1988, se mantém em atividade e leva a Mina do Lousal a um novo estágio de desenvolvimento, seguindo as pegadas das Minas de Aljustrel. A sua exploração corresponde a três períodos diferentes, sendo estes: o período Antoine Velge, de 1837 a 1958; período Frédéric Velge, de 1958 a 1964, época em que se dá a mecanização da Mina; e período SAPEC, entre 1964 até ao encerramento em 1988 (CUSTÓDIO, em publicação).

Société Anonyme Mines et Industries e SAPEC

A Herdade das Praias reunia ótimas condições geográficas para a implantação industrial pela sua localização na margem direita do estuário do Sado e com acesso fácil ao Oceano Atlântico, pela cidade de Setúbal, perto da capital e com acesso à linha férrea Vale do Sado. Em 1925, a maior parte da Herdade encontra-se na posse da *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel* e é então construído um cais, um silo e uma oficina de fragmentação de minério, de modo a responder às exigências impostas pelos seus diferentes clientes (RODRIGUES, 2005).

Quando Frédéric Jacobs finaliza a primeira etapa do seu projeto, extração de pirites, junta-se ao seu genro Antoine Velge e iniciam a segunda fase, a produção de adubos (LEITE, 2009).

Em 1926, é fundada a empresa *Produits et Engrais Chimiques du Portugal* (SAPEC), com capital e sede social em Bruxelas, Bélgica, representado por Sr. Jean Marie Cezard, com o intuito de fabricar superfosfatos. São adquiridos 60 hectares de terreno na Herdade das Praias pela *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, onde se constrói a primeira fábrica de produção de superfosfatos, que entra em funcionamento em 1928. O complexo industrial era constituído por uma unidade de

fabrico de ácido sulfúrico, uma unidade de superfosfatos, uma unidade de fabrico de sacos de juta, uma instalação de expedição de adubos, uma instalação portuária com cais e uma central termoelétrica (Figura 3). Em 1933, o restante terreno da Herdade é adquirido, perfazendo um total de 423 hectares (RODRIGUES, 2005).

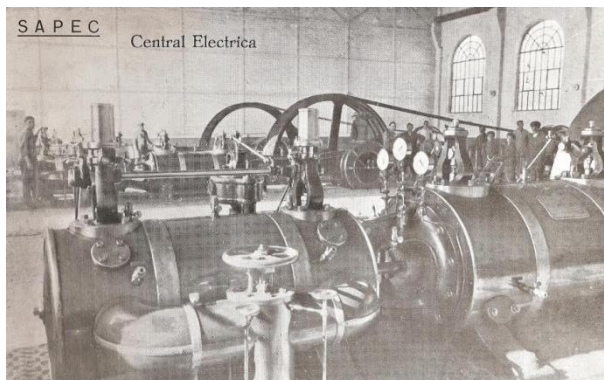


Figura 3 - Central termoelétrica da SAPEC. Fotografia cedida pelo projeto da Era da Energia a Vapor de Portugal IHC.

A *Société Anonyme Mines et Industries* constituiu-se em 1936, com o objetivo de aquisição, exploração e venda de minas, minérios das mais variadas pedreiras e dos produtos que dela derivassem (RODRIGUES, 2005). Nesse mesmo ano a SAPEC compra participações da Sociedade britânica *A. White Crookston*, na Caveira (Canal Caveira) e 40% da *Société Anonyme Mines et Industries* à *Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel*, no Lousal. Pouco tempo depois adquire mais 17% da *Société Anonyme Mines et Industries* passando assim a deter a maioria do capital destas minas. A restante sociedade foi adquirida em 1960 (LEITE, 2009). A SAPEC, que controlava a *Sociedade Minas dos Bairros Limitada*, requer uma autorização para a transferência da concessão das minas do Lousal para a *Société Anonyme Mines et Industries*, assinada por Jean Cézard, como sócio gerente da *Sociedade de Minas dos Bairros Limitada*, sendo igualmente o representante da *Société Anonyme Mines et Industries* por mandato dos seus administradores, nomeadamente, Frédéric Jacobs, Antoine Velge, Marc Van Kelecom e Ernest H. Jasen. O capital era assim detido maioritariamente pela SAPEC, passando mais tarde a ser da sua inteira exclusividade, com Antoine Velge como administrador responsável pelas Minas do Lousal (RODRIGUES, 2005).

A partir de 1937 e até ao seu encerramento a concessão e exploração mineira é feita por parte da *Société Anonyme Mines et Industries*. É neste período que o desenvolvimento da exploração e do Lousal ganha maior impulso. Dois anos mais tarde,

com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, Antoine Velge muda-se para Portugal e assume um maior protagonismo na empresa, assumindo a sua presidência. A sua obra evidencia algumas características que distinguem a intervenção desta família no desenvolvimento social da comunidade do Lousal (LEITE, 2009).

Frédéric Velge, filho de Antoine Velge, junta-se ao pai e começa a acompanhar os investimentos da empresa de perto. Em colaboração com o seu amigo e geólogo Gunther Strauss, analisam novos processos de mecanização utilizados nos países do norte de Europa e transferem-nos para o Lousal, tornando Lousal, numa das minas das mais modernas do país pelos seus métodos de exploração. Frédéric Velge, nos seus seis anos de permanência (1958 a 1964), compreende uma profunda reforma técnica, administrativa, financeira e social. Como refere Pedro Leite, altera o método de exploração e introduz vagões de ar comprimido; desloca de Setúbal para o Lousal o processo de trituração do mineral, permitindo ganhos no processo de transporte; renova o sistema de transporte do minério da mina até ao cais; reordena e renova as oficinas; encerra os trabalhos na Mina da Caveira; cria um centro de investigação geológica e prospeção de reservas exploráveis e promove uma reorganização administrativa com introdução de contabilidade e controlo de custos (LEITE, 2009).

Na série de reformas, a redução de pessoal (de 800 para 500 operários) constitui uma iniciativa pouco comum. A redução processa-se sem despedimentos, através da atribuição de incentivos e reformas. Por outro lado, promove o aumento da produtividade da mina, incentiva a redução de acidentes com baixas de 500 para 150 sinistros por ano promove a duplicação das reservas mineiras exploráveis e o controlo de custos de produção (LEITE, 2009).

Relativamente às melhorias sociais, Pedro Leite aponta a construção de casas de habitação equipadas com água e luz; urbanização da aldeia e arredores; plantação de eucaliptos nos terrenos improdutivos; criação de cursos de preparação doméstica para as filhas dos mineiros, colónias de férias para os filhos dos trabalhadores e construção de uma igreja, salão de recreio, padaria e a edificação de um hospital, objeto central deste trabalho.

Durante este período, Portugal vivia um período de ditadura de partido único, o que fazia com que a mão-de-obra fosse pouco formada e os níveis de analfabetismo

muito elevados, ganhando assim importância significativa as reformas sociais levadas a cabo no interior da comunidade do Lousal. Estas inovações foram de tal grandeza que ainda são visíveis na formatação do território e construções industriais, tanto do ponto de vista físico e material como na base social da aldeia (LEITE, 2009).

Em 1963, Frédéric Velge sai de Portugal e vai trabalhar para as Minas de Tharsis, em Huelva, Espanha, mas continua a acompanhar os negócios da família. Sob a administração do seu irmão, Marc Velge, a SAPEC entra num período difícil de declínio. Em 1974, com o falecimento do seu pai, Frédéric Velge vai presidir a SAPEC, altura em que se dá o 25 de Abril. Nesta época a economia sofre várias alterações. A SAPEC perde cotação no mercado, com as nacionalizações e a Reforma Agrária⁶ no Alentejo (1975). O desempenho da SAPEC é afetado por greves, paralisações e reivindicações laborais. Muitas empresas são nacionalizadas e os grandes proprietários partem para o exílio, caso que não acontece com a SAPEC por pertencer à bolsa de Bruxelas (LEITE, 2009).

Com os novos tempos, é convidado Eduardo Catroga para Coadministrador Delegado da empresa SAPEC, em 1981. Nesta época são criadas três unidades de negócios - adubos, agroquímicos e rações, introduzidas novas metodologias de gestão e reestruturadas as equipas de direção de modo a recuperar a economia da empresa (LEITE, 2009).

Embora conseguindo melhorar os resultados e organização da empresa, os negócios mostravam reduzida viabilidade económica. A produção de adubos a preços competitivos teria de fazer-se a partir de produtos químicos intermédios, como o ácido sulfúrico, e a pirite deixara de ser uma matéria-prima competitiva para a produção do reagente químico. Uma vez, que a pirite do Lousal também não era rica em metais tornou-se evidente o futuro das Minas do Lousal (LEITE, 2009), dando-se o encerramento da exploração em 1988, com imediatos e graves reflexos para a comunidade mineira existente no território do couto. A SAPEC suportou, no entanto, os

⁶ A Reforma Agrária de 1975, que teve na génese do Decreto-Lei nº 406-a/75, é parte essencial do processo de destruição do “fascismo” e do Estado Novo, através da liquidação do domínio dos grandes agrários e emancipação dos operários agrícolas e pequenos agricultores, sancionando a ocupação de terras por parte dos camponeses e proletariado agrícola de modo a construir-se uma sociedade democrática. Lei da Reforma Agrária - Decreto-Lei n.º406-a/75, de 29 de julho in <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=novapolitica21> acedido a 19/12/2017.

custos de fecho das minas assim como o das fábricas em Setúbal e paga indemnizações aos trabalhadores dispensados. A empresa sofre uma reestruturação e adaptação às condições emergentes no mercado (LEITE, 2009).

Fundação Frédéric Velge

O encerramento da mina foi uma decisão difícil, pois sem mina, a comunidade criada perderia a sua razão de existência. No entanto, Frédéric Velge permite que as famílias se mantenham nas suas casas, uma vez que haviam perdido o seu sustento com o encerramento, mostrando uma atitude diferente de outros empresários mineiros anteriores (Mason & Barry) ou contemporâneos, numa altura que Portugal fizera a sua adesão à CEE (1986). Apenas os mais qualificados encontram novas ocupações relacionadas com o seu trabalho mineiro, em explorações regionais próximas (Minas da Neves Corvo) ou no complexo portuário de Sines, ficando os mais velhos integrados nos sistemas de reformas ou de pré-reformas (LEITE, 2009).

Uma vez encerrado o ciclo funcional da mina cria-se a possibilidade de esta entrar num novo ciclo, o cultural, e que tornou o Lousal um caso pioneiro da divulgação do património mineiro em Portugal. Em 1995, Fernando Fantasia, trabalhador da SAPEC, desenvolve um projeto turístico que visava a revitalização da aldeia do Lousal e cujo principal objetivo seria arranjar alguma atividade que fixasse a população e tirasse partido do seu património industrial. Data de então a intenção da SAPEC e da Câmara Municipal de Grândola na criação da Fundação Frédéric Velge, que advém da necessidade de instituir algo que fosse benéfico simultaneamente para a população e para a empresa, respeitando a memória e identidade locais, algo que garantisse a adesão da população e pudesse ter uma contrapartida económica para ajudar na sua subsistência. A Fundação esteve assim ligada ao desenvolvimento cultural e museológico do Lousal, que na época contava com 700 habitantes (LEITE, 2009). Este movimento cultural europeu e *“o aparecimento de uma nova série de museus de indústria, têm origem e são resultado das destruições provocadas pela II Guerra Mundial e pela aceleração do desenvolvimento tecnológico que se produziu no imediato pós-guerra.”* (TINOCO, 2012, p. 27).

No capítulo seguinte explora-se o desenvolvimento e consequentes projetos de reabilitação económica, social e cultural do Lousal após o encerramento da Mina.

Capítulo II – Ciclo Cultural das minas do Lousal

Do ponto de vista cultural, a mina tem um valor adquirido pela indissociabilidade dos diferentes patrimónios com ela relacionados. Este património constitui-se a partir das vivências de sociabilidade de trabalho e define-se segundo os valores territoriais e paisagísticos e pelas *“relações entre todos estes agentes e as evidências físicas revisitadas no quotidiano, inerentes à cultura material e social dominante.”* (CUSTÓDIO, 2005, p. 145). Torna-se assim necessário garantir a conservação e revitalização das minas em termos de ciclo cultural, pois o abandono das mesmas implica não só um fenómeno de degradação ambiental, mas também social e cultural.

As questões de impacte ambiental são consequência da *“ausência de programas de manutenção após o processo de fecho”* da mina e estão condicionadas pela *“complexidade das estruturas geológicas e mineralizadas aí existentes e pelo tipo de extracção realizado.”* (Matos & Martins, 2006, p. 291 e 293). Quando cessa uma atividade mineira, *“alguns locais são, geralmente, deixados em condições degradadas, sem qualquer camada de solo de revestimento que permita o crescimento de vegetação. O substrato rochoso exposto e as superfícies cobertas de resíduos mineiros podem conter alguns minerais quimicamente instáveis, tais com os sulfuretos, que ao oxidarem com o tempo, libertam soluções ácidas contendo metais tóxicos – a chamada drenagem de efluentes ácidos das minas”* e as configurações do terreno *“podem ser fisicamente instáveis”* (EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro & DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia, 2011). Como tal, e por forma a evitar esta degradação e possíveis impactes ambientais que daí advenham é fundamental proceder-se a uma requalificação ecológica e ambiental das áreas em questão.

A valorização das minas abandonadas passa *“pelo seu estudo, conhecimento e eventual protecção ou salvaguarda”*, para isso importa *“proceder ao inventário sistemático da sua presença no território o que é importante tarefa para os historiadores, arqueólogos, engenheiros de minas e engenheiros do ambiente”* (CUSTÓDIO, 1993 p. 77). Considera-se também necessário o reconhecimento das minas como património, através do processo de patrimonialização. Trata-se de um processo de apropriação de um objeto, que perde o seu valor de uso e adquire um valor

patrimonial. A patrimonialização é o procedimento pelo qual um grupo social reconhece o estatuto patrimonial de um objeto, tangível ou intangível, para que se torne herdeiro dos seus valores intrínsecos (DAVALLON, 2014).

A mina, como património mineiro, é um núcleo urbano que conserva património, podendo haver musealização de espaços, como aconteceu nas Minas do Lousal, mas deve ser entendido de forma ainda mais abrangente, contando ainda com questões de degradação e impacte ambiental que possam provocar quando abandonadas. Desta forma, deverá então proceder-se a uma regeneração destes espaços mineiros. A regeneração destes espaços deve envolver equipas pluridisciplinares garantido um desenvolvimento integrado (CUSTÓDIO, 1993) e sustentável nas diversas vertentes social, urbanística, ambiental, patrimonial e cultural.

A valorização deste património assume um importante papel para a população local, na medida em que se apresenta como uma oportunidade de redinamização socioeconómica e de reabilitação do património presente no quotidiano dos habitantes e das suas representações mentais, mais especificamente das suas representações afetivas. Do mesmo modo, desperta-se o imaginário dos seus visitantes, ou porque já estabeleceram contacto com este universo ou pela curiosidade que o mesmo suscita. Pretende-se assim contribuir para o desenvolvimento social e cultural dos habitantes e dos seus visitantes, mas também para o enriquecimento e crescimento económico local, para um progressivo bem-estar pessoal e social e para o aumento da qualidade de vida local, ou seja, contribuir para um *“desenvolvimento integral e não apenas crescimento económico.”* (L. SANTOS & TINOCO, 1998).

Neste contexto, as instituições museológicas podem contribuir para a proteção, salvaguarda, valorização e fruição da identidade mineira (CUSTÓDIO, 2004), garantindo uma maior coesão social e cultural. Tendo do mesmo modo um papel regenerador do tecido social, possibilitando recuperação económica e reforço identitário das comunidades na medida em que também podem atrair fluxo turístico (TINOCO, 2012).

No caso das Minas do Lousal, objeto de estudo e investigação deste trabalho, o ciclo cultural inicia-se em 1997 com o lançamento do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Redinamização do Lousal, comumente designado por RELOUSAL. O

projeto RELOUSAL foi desenvolvido pela então criada Fundação Frédéric Velge (FVGV) com o objetivo de potenciar o património histórico e cultural, apoiar a população local e potenciar a regeneração económica e social do Lousal.

Nas seguintes seções deste capítulo descrevem-se e exploram-se as diferentes fases de implementação do projeto RELOUSAL, da sua ideia original, à sua implementação até ao presente.

RELOUSAL

O projeto surge após as duas entidades que formam a Fundação, SAPEC e a Câmara Municipal de Grândola, assinarem um Acordo de Cooperação em 1991, visando a criação de infraestruturas turísticas, de formação profissional e a criação de microempresas e equipamentos culturais de modo a assegurar, em parte a viabilidade do projeto, e do mesmo modo garantido o diálogo entre os promotores e a população durante o processo de decisão e implementação do projeto. Pretendia-se, regenerar e fixar a população com a criação de um sistema económico autossustentável baseado em novas atividades, de modo a melhorar as condições de vida da população e inverter o clima psicológico instalado pela falta de perspetivas de futuro da população (L. SANTOS & TINOCO, 1998).

Este projeto surge como oportunidade única e pioneira, a nível nacional, de valorização de uma mina, num momento que se assistia a um sucessivo encerramento da atividade mineira no país, sem nunca se ter criado a oportunidade de mostrar ao público o seu funcionamento/atividade. Embora seja uma iniciativa de âmbito local, a iniciativa tinha e tem um alcance que excede a sua região e diz respeito a todo o país, como foi referido por Luísa Santos e Alfredo Tinoco (L. SANTOS & TINOCO, 1998). Do projeto/estudo surgem vários programas entre os quais um complexo museológico que tirasse partido do património mineiro. Neste contexto, é solicitado à Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - APAI, em 1996, o apoio técnico e científico, para a realização de um projeto museológico, cuja coordenação ficou a cargo de Alfredo Tinoco (1949-2010)⁷.

⁷ Alfredo Tinoco esteve na génese da criação de vários museus, nomeadamente o Museu Mineiro do Lousal. Ligado ao movimento renovador da museologia em Portugal, desenvolve trabalho nas áreas de

Tinoco (1998) reconheceu o projeto como tendo potencialidades de se tornar um polo de dinamização das vertentes: 1) cultural – quanto à preservação e reabilitação de património mineiro, nas componentes de arqueologia e história mineira, de história geológica e de arqueologia industrial; 2) científica – através do estudo e divulgação deste património através da criação de um Centro de Documentação; 3) pedagógica – com a possibilidade de contacto com o universo das minas, mineração e mineiros que até agora não seria possível.

Programa Museológico do Museu Mineiro

O programa museológico serviu de orientação tanto para a instalação dos vários núcleos museológicos, como para a escolha da equipa museal que viria a ter responsabilidades dos serviços do Museu (APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1998).

Assim, foi apresentada uma proposta de funcionamento do museu e sugestões de atividades, assim como foi definido um quadro de pessoal e postos de trabalho com a caracterização dos materiais de apoio e equipamento administrativo, materiais de exposição e materiais e equipamentos especiais, como segurança e manutenção (APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1998). No mesmo documento foram igualmente previstos:

- espaços públicos (Acolhimento Geral, Loja Museal, Centro de Interpretação, Auditório, Exposições Permanentes, Espaços de ar livre e interior, Centro de Documentação e outros complementares, nomeadamente, Estacionamento, Bar/Restaurante, Sanitários públicos e Vestiário/Balneário);

património, arqueologia e educação. Como militante da Nova Museologia, presidiu na organização do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) e foi membro da direção da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), durante vários anos. <http://www.unisseixal.org/2015/11/19/in-memoriám-lembrando-o-prof-alfredo-tinoco/>; Como forma de homenagear Alfredo Tinoco, a revista *Cadernos de Sociomuseologia*, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, dedicou-lhe um volume com uma seleção de textos e estudos em 2012. *Alfredo Tinoco: artigos e comunicações* (vol. 42). Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia-Revista Lusófona de Museologia, Edições Universitárias Lusófonas. 227 pp. ISSN 1646-3706, assim como o lançamento do livro, do qual fez parte da coordenação, investigação e textos, juntamente com Carlos Filipe e Ricardo Hipólito, “A Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz” lançado em maio de 2014 no ISCTE-IUL.

- espaços semipúblicos (Administração/Secretaria, Serviços de Educação e Animação Cultural e, Reservas visitáveis);
- espaços reservados (Administração, Direção do Museu, Reservas, Sala de Reserva, Camara de Expurgo, Gabinetes Técnicos, Gabinete de Investigação, W.C., Serviços de Museografia e Centrais Técnicas).

Projeto de Musealização das Minas do Lousal

No programa museológico da APAI é definido o projeto de musealização das minas do Lousal. Este previa o aproveitamento das antigas instalações mineiras, como modo de reabilitação e salvaguarda de vários espaços relacionados com a antiga atividade e pretendia que as estruturas e equipamentos respondessem às necessidades das instituições museológicas segundo a definição do ICOM - *The International Council of Museums* (L. SANTOS & TINOCO, 1998).

O projeto – assente nos princípios da sociomuseologia de que Alfredo Tinoco era um defensor nato – admite que os museólogos deveriam ser os próprios mineiros, não só pelo seu conhecimento da realidade e, pelo amor à mina e à mineração, mas também como maneira de criação de postos de trabalho. No entanto, havia a necessidade de criação de serviços educativos, em instalações apropriadas, capazes de dar resposta científica e didática aos grupos escolares ou com interesses específicos. (L. SANTOS & TINOCO, 1998).

O projeto previa uma Receção com Centro de Interpretação que introduziria a aproximação aos núcleos museológicos que viessem a existir, integrando e contextualizando a atividade mineira. Como núcleos, anteviu-se um núcleo central com exposição permanente comportando as vertentes história geológica, história mineira e arqueologia, e história do Lousal. Para este núcleo foi pensada a Central Elétrica por se encontrar em razoável estado de conservação e por encerrar, no seu interior, máquinas que atestavam vários períodos tecnológicos de produção de energia, além do seu valor científico e pedagógico. O malacate⁸, estrutura técnica distintiva pela sua predominância

⁸ “Malacate é uma palavra com origem nas minas da Faixa Piritosa Ibérica, atribuída à estrutura, em forma de torre que assenta sobre os poços das minas e que tem por finalidade suportar, as poleias de gola, pelas quais deslizam cabos de aço que têm suspensão, uma cabine vulgarmente chamada jaula. É uma cabina metálica, com um ou dois andares, que desliza ao longo do poço. Nela se transportava pessoal,

no terreno e valor icónico, seria um outro núcleo. Outro ainda seria o paiol de explosivos, enquanto não fosse possível musealizar um poço ou troço da galeria subterrânea (L. SANTOS & TINOCO, 1998). Pensou-se ainda num espaço para Exposições Temporárias, de forma a dinamizar o museu. Um Centro de Documentação e Estudos, no qual se albergaria a documentação existente sobre a atividade mineira e história local e a criação de um Parque de Diversões com temática mineira e industrial (L. SANTOS & TINOCO, 1998).

Dado o avultado investimento previsto, o projeto deveria ser dividido em diferentes fases. A primeira fase consistia na musealização da referida Central Elétrica, com exposição sobre a mesma com o tema Energia e Minas. Envolvia ainda a criação de um centro de interpretação sobre as Minas e o Concelho de Grândola, uma exposição sobre as pirites e o seu aproveitamento/aplicações, uma exposição temporária intitulada “História e Atualidade” sobre a SAPEC e pelo percurso temático cobre, metais associados, enxofre, ácido sulfúrico e adubos, além do restauro e conservação do Malacate (- Malacate 1 das Minas do Lousal. © CCVLFigura 4). A segunda fase consistia na musealização do paiol e desenvolvimento da história geológica. A terceira e última fase, consistia na musealização de um troço da mina e desenvolvimento da história da mineração e história do Lousal na sua vertente técnica/tecnológica e história social, tanto patronal como operária. Dentro do referido desenvolvimento da história social estava previsto, na sua vertente empresarial, abordar as questões da organização, dos serviços mineiros, das instalações, do pessoal, dos escritórios ou outras fora do Lousal e, na sua vertente operária, o estudo dos sindicatos, associações, lutas e greves, quotidiano na mina, habitação, lazer, cultura e doenças. As três fases do projeto fazem referência a realização de um Parque de Diversões (L. SANTOS & TINOCO, 1998).

vagonetas de minério ou materiais, ou até os muare, que eram utilizados na tracção das vagonetas no interior das minas.” (Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, n.d.).



Figura 4 - Malacate 1 das Minas do Lousal. © CCVL.

Das três fases planeadas apenas a primeira foi executada.

RELOUSAL - Implementação

O projeto RELOUSAL começa a ser desenvolvido com a criação do Museu Mineiro e de infraestruturas dedicadas ao visitante, nomeadamente a construção de um restaurante e um centro de artesanato. Estas foram implementadas em antigos edifícios pertencentes à mina com vista à sua reabilitação. Nomeadamente, o Centro de Artesanato, nos antigos escritórios da mina, gabinete de administração, farmácia e posto de socorro, e restaurante (CARVALHO, 2009).

Museu Mineiro do Lousal

O Museu (Figura 5) é inaugurado em 2001. Trata-se, apenas, da primeira parte do projeto museológico idealizado, assente na recuperação da Central Elétrica.

A Central Elétrica conta com um significativo conjunto de geradores elétricos e respetivos motores, para além de vários compressores que originalmente abasteciam o complexo mineiro de energia elétrica para a lavra da pirite, iluminação do território e produção de ar comprimido (CUSTÓDIO, 2005). Assim, foi realizada uma recuperação não só das suas estruturas, mas também das máquinas no seu interior, contando ainda com uma reconstituição de um escritório da mina, com peças originais, ainda hoje patente no Museu Mineiro do Lousal.

O espaço é ainda alvo de exposições temporárias, uma primeira aquando da sua inauguração - “Energia e Minas”, uma segunda - “Modelo de Minas do século XIX”, ainda em exibição, e a terceira a exposição “Casa de Saúde”, inaugurada em 2017 da autoria e curadoria da autora da presente dissertação de mestrado.



Figura 5 - Central Eléctrica. Museu Mineiro do Lousal © CCVL.

Foi igualmente pensado um espaço para realização de exposições temporárias, local nunca usado para tal, acabando por servir de depósito/arrumações, até 2017, quando é intervencionado de modo a ter a função inicialmente idealizada.

Para apoio ao Museu foi construído um Centro de Acolhimento, no qual funcionava uma receção com loja e informação generalizada. O centro de acolhimento funciona num antigo edifício da mina, a Casa do Ponto, visando mais uma vez reabilitação deste espaço singular e fortemente marcado pela circulação dos mineiros e trabalhadores do Lousal. Contava ainda com uma sala anexa que continha duas maquetes, uma da região mineira e outra da sobreposição das galerias de exploração de minério, e um auditório usado para os mais diversos fins, nomeadamente com visualizações de filmes da época (CARVALHO, 2009), ainda hoje possível de serem transmitidos aos visitantes.

Centro Ciência Viva do Lousal

Em 2004, uma nova iniciativa da FFV é apresentada à Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Um guião científico de um projeto de candidatura

para a criação de um Centro de Ciência Viva integrado na Rede Nacional de Centros Ciência Viva, aprovado em 2006 (Associação Centro Ciência Viva do Lousal, 2012).

O Centro (Figura 6) é implementado nas estruturas da antiga mina, nomeadamente nos espaços do Museu, centro de acolhimento e auditório (CARVALHO, 2009) e ainda nos antigos balneários dos mineiros e parte das oficinas de carpintaria (OLIVEIRA et al., 2013). Desenvolve a sua atividade no âmbito da divulgação e educação científica e tecnológica, dirigida a um público-alvo tão amplo quanto possível, quer em termos etários, quer no que respeita a enquadramento sociocultural. (Associação Centro Ciência Viva do Lousal, 2012).



Figura 6 - Centro Ciência Viva do Lousal © CCVL.

Em 2006, é estabelecido entre a FFV e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), o Instituto Superior Técnico (IST) e o Grupo Português de Computação Gráfica um protocolo de cooperação para a conceção dos conteúdos científicos do Centro. Conta com cerca de 30 professores e investigadores para a elaboração de conteúdos de diferentes áreas, tais como Geologia, Biologia, Física e Química (Associação Centro Ciência Viva do Lousal, 2012).

Aquando a sua inauguração, em 2010, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago (1948-2015), a gestão do museu, anteriormente tutelada pela Fundação Frédéric Velge, passa para a responsabilidade da Associação Centro Ciência Viva do Lousal.

A Associação Centro Ciência Viva do Lousal, criada no mesmo ano, é constituída pela FVV, pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, pela FCUL e pelo ISCTE-IUL. As duas primeiras repartem as responsabilidades de financiamento do Centro e as restantes o encargo ao nível dos órgãos de gestão e corpos sociais da Associação.

O Centro é implementado nas estruturas da antiga mina, nomeadamente nos espaços do Museu, centro de acolhimento e auditório (CARVALHO, 2009) e ainda nos antigos balneários dos mineiros e parte das oficinas de carpintaria (OLIVEIRA et al., 2013). Desenvolve a sua atividade no âmbito da divulgação e educação científica e tecnológica, dirigida a um público-alvo tão amplo quanto possível, quer em termos etários, quer no que respeita a enquadramento sociocultural. (Associação Centro Ciência Viva do Lousal, 2012).

Dentro do CCVL foram realizadas várias iniciativas, das quais se destacam, a intervenção de regeneração ambiental por parte da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro S. A. A regeneração ambiental contou com duas intervenções, uma em 2010/2011, e outra em 2014/2014. Estas intervenções incidiram, entre outras na modelação e preparação do aterro de pirite, drenagem de águas, sistema de tratamento de águas ácidas; construção de vedações e percursos pedonais; colocação de terras vegetais e selagem de poços e galerias. Estas intervenções permitiram resolver problemas ambientais resultantes da anterior exploração mineira, trazendo benefícios para a população pela melhoria das condições ambientais e possibilitando a utilização de áreas que anteriormente não poderiam ser utilizadas dadas as más condições ambientais existentes. (Empresa de Desenvolvimento Mineiro, n.d.). Atualmente pode-se conhecer melhor esta intervenção através da visita disponibilizada pelo Centro, designada por «Biorremediação».

A abertura da Galeria Waldemar (Figura 7), em 2015, possibilitou pela primeira vez, em Portugal, a visita a uma galeria mineira, onde a autenticidade foi amplamente respeitada. A Galeria conta de cerca de 280 metros de extensão e testemunha o espaço de trabalho onde se realizaram os primeiros trabalhos de extração. É possível ver como era feita a entivação das galerias, visitar os paióis, entre outros aspetos. A visita à galeria pode ser realizada com diferentes propósitos, por exemplo, observar o geológico,

o histórico ou o biológico, neste caso através da observação da comunidade de morcegos que habitam naquela antiga estrutura mineira.

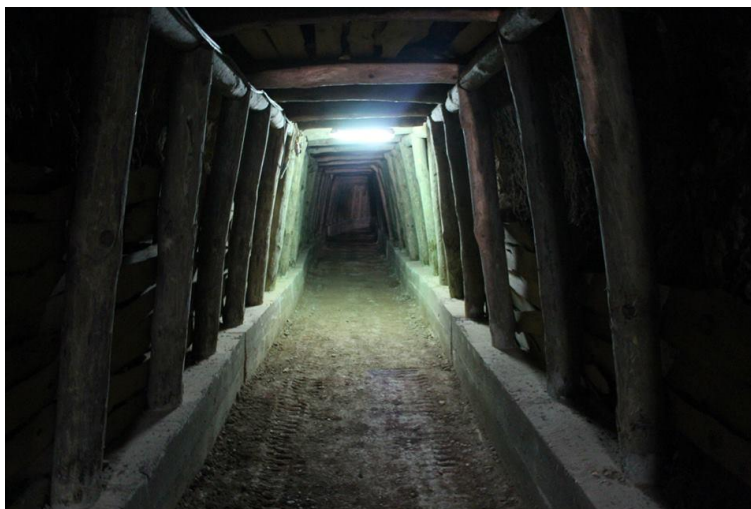


Figura 7 - Galeria Waldemar © CCVL.

A criação do Centro e mais tarde a abertura da galeria ao público funcionam deste modo como uma segunda e terceira fase do projeto inicialmente previsto.

Como gestor do museu, uma das preocupações do Centro foi a sua contínua dinamização. Exemplo disso é a conservação dinâmica⁹ do Motor Carels Diesel, Tipo 3 E, de 300 cavalos-vapor (cv), fabricado pela empresa belga Carels Frères, inaugurado a 2016, com a participação de Jorge Custódio (n. 1947)¹⁰. O Instalado nas Minas do Lousal em 1934, transferido das *“Minas de Aljustrel, onde iniciara a sua história ao serviço da produção de electricidade na Central Elétrica de Aljustrel, gerida pela Société Anonyme des Mines de Aljustrel.”* (CUSTÓDIO, em publicação, p. 13).

⁹ Citando Custódio (2016) *“A Associação Centro de Ciência Viva do Lousal apresentou o projecto intitulado, “IluMINA” - Alteração mecânica e adaptação de equipamento eléctrico no motor diesel marca Carels Ingersoll Rand Tipo: 3 E motor, de 3 cilindros”. O projecto foi aprovado em reunião de júri da Fundação EDP, a 22 de Setembro de 2011. O seu custo total foi orçamentado em 35.148,00 €, sendo que 31.898,00 € diziam respeito à recuperação do motor do ponto de vista técnico e 3.250,00 € destinados à sua musealização, isto é, pressupondo a exposição no seu próprio local, onde se encontrava adormecido depois do encerramento da Mina. A recuperação realizada pela firma DUOPINTA durou três meses, ainda que fossem necessários acertos técnicos que ocorreram mais tarde, até à data da inauguração.”*

¹⁰ Figura incontornável no estudo da Museologia e Património Industrial, antigo diretor do Museu Nacional Ferroviário esteve na génese de vários museus industriais portugueses. Para além de lecionar, desenvolve trabalho nas áreas de arqueologia, história e museologia. Presidiu a Associação Portuguesa da Arqueologia Industrial (APAI). <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/comunicados/jorge-custodio-recebe-premio-carreira-2015-atribuido-pela-conferederacao-portuguesa-de-assocacoes-de-defesa-do-ambiente/> acedido a 22-02-2018.

Atualmente é possível ver a trabalhar este motor a diesel, durante a visita ao Museu Mineiro.

No ano seguinte é retomada a valorização do património social da Mina com a exposição “Casa de Saúde”. Esta exposição aborda o património social na sua vertente de cuidados de saúde, dando a conhecer os serviços médico-farmacêuticos oferecidos pela entidade concessionária aos trabalhadores e respetivo agregado familiar. O trabalho desenvolvido permitirá criar, quando as condições o permitirem, mais um núcleo do Museu Mineiro do Lousal. A exposição “Casa de Saúde”, para além de vir concretizar o previsto estudo da história social da Mina, projetado desde 1998, é também um novo marco na história do ciclo cultural da Mina, por ser pioneiro no estudo do património social em contexto mineiro, constituindo um momento importante de construção de um modelo de desenvolvimento integrado, no sentido de conservar o património legado para com ele fazer futuro (FIDALGO & CUSTÓDIO, em publicação).

O Centro, como tutor do Museu, faz ainda parte de roteiros do património e de museologia industrial, como o *Roteiro dos Museus de Energia*, que contribui para uma rede nacional de infraestruturas que conservem e valorizem património energético, explorando o seu potencial científico, tecnológico e educativo¹¹ ou o *Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Geológico de Portugal*, que pretende dar visibilidade a iniciativas que incrementem a problemática geológica e mineira¹². As várias iniciativas desenvolvidas valeram ao Município de Grândola a distinção do projeto RELOUSAL com o estatuto EN+ - Iniciativa de Elevado Potencial de Empreendedorismo Social e também, em 2013, o Prémio de Geoconservação - Aldeia Mineira do Lousal: um exemplo de sucesso na reabilitação do património geomineiro da Faixa Piritosa Ibérica¹³.

¹¹ <http://museusdaenergia.org/>

¹² <http://www.roteirodeminas.pt/>

¹³ http://www.progeo.pt/dnpg/2013/geo_2013.htm

Capítulo III – Património Social das Minas do Lousal

Através do estudo e análise da Carta de Veneza¹⁴ (1964), da Carta de Burra¹⁵ (1999), da Carta de Nizhny Tagil (2003) e dos Princípios de Dublin¹⁶ (2011), foi possível definir diferentes formas de património, as quais se consideram fundamentais no desenvolvimento deste trabalho. Através da definição de Património Industrial e dentro deste, e com características particulares, o Património Mineiro, pretende-se definir o que constitui o Património Social (referente ao caso particular do património social das Minas do Lousal), por forma, não só pela necessidade de o caracterizar e entender a complexidade social do meio, mas também como forma de o valorizar e salvaguardar. Este capítulo descreve a organização social das Minas do Lousal, caracterizando dessa forma o seu património social, nas suas diferentes vertentes.

Património Industrial/ Mineiro/ Social

Partindo da premissa de que identificar os diferentes patrimónios “*garante a trans-horizontalidade cultural e regionaliza as suas valências enquanto projecto de salvaguarda e conservação, valorização e fruição*” (CUSTÓDIO, 2004, pág. 4) pretende-se aqui identificar e formular uma definição de património social, partindo das definições de património industrial e mineiro, dado o contexto singular do caso em estudo – as Minas do Lousal.

Analisando a Carta de Veneza¹⁷ (1964) verifica-se que, “*um monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico*” (ICOMOS, 1965, p. 1). Dada esta definição, assume-se que uma mina pode ser vista como um monumento histórico, na medida em que apresenta uma criação arquitetónica isolada e testemunha uma civilização particular. As comunidades mineiras, dadas as suas características inerentes, são geralmente comuns

¹⁴ Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, de 1964 e adotada pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), em 1965.

¹⁵ A Carta de Burra define os princípios e os procedimentos básicos a serem seguidos na conservação dos lugares patrimoniais australianos, ICOMOS, 1999.

¹⁶ Princípios conjuntos do ICOMOS – TICCIH, para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial, ICOMOS, 2011.

¹⁷ Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, de 1964, idem, *ibidem*.

entre si, mas com características que se diferenciam consoante a região onde se encontram e o tipo de patrocínio que têm ou revelam.

Na Carta de Burra¹⁸ (1999) lê-se que “*os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas*” e ainda “*reflectem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos formou*” (ICOMOS, 1999, p. 4). Entende-se assim, que a preservação destes patrimónios significa, não só permitir conhecê-los, como também, reconhecer o nosso passado e história, como estes evoluíram chegando aos dias de hoje. Tendo em conta que a exploração mineira teve grande impacto a nível nacional, e que esta era a realidade dos nossos antepassados, e em alguns casos, como o do Lousal, um passado ainda recente, reconhece-se a necessidade de preservar este património de forma a salvaguardar a sua identidade e história.

Património Industrial

De acordo com a Carta de Nizhny Tagil (2003), apresentada pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (T.I.C.C.I.H.), define-se Património Industrial como o património que “*compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.*”. Considera-se ainda que os valores do património industrial, representam o testemunho de “*actividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas*”, com características universais e não singulares ou excepcionais e ainda que revestem “*um valor social como parte do registo de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário*”, intrínseco aos próprios sítios, aos seus vários “*registos intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições*”

¹⁸ A Carta de Burra define os princípios e procedimentos básicos a serem seguidos na conservação dos lugares patrimoniais australianos, ICOMOS, 1999.

e ainda pela raridade da sua sobrevivência que lhes acrescenta valor (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003, p. 3).

O património industrial, tratando-se de vestígios da cultura industrial, associa-se geralmente à época da Revolução Industrial. No entanto, como explica Deolinda Folgado (2010, p. 8), “[deve] *entender-se este património num tempo longo, sendo a Revolução Industrial o momento de mudança, transformação e sincretismo das fases pré-industriais, proto-industriais, manufactureiras e industriais*”. A autora acrescenta ainda que este património “*reflecte valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (...) integra ainda valores tecnológicos, científicos, sociais, económicos e estéticos (...) integra todos os bens resultantes de uma actividade produtiva desenvolvida ao longo de gerações (...) legado material e imaterial produzido pelos diferentes agentes sociais e económicos que perpetuam a memória colectiva.*” (Deolinda Folgado, 2010, p. 8), tornando-se como tal a associação de património industrial à época da Revolução Industrial e Industrialização subsequente passível de crítica. Outros autores abordam o assunto de uma maneira diferente, como é o caso de Jorge Custódio que, baseando-se na posição tomada pelo T.I.C.C.I.H., nomeadamente na Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin, acima apresentados, considera que o património industrial “*é uma das mais modernas criações do património cultural, constituído por bens tangíveis e intangíveis que testemunham, documentam e caracterizam as sociedades industriais dos séculos XVIII, XIX e XX.*” (CUSTÓDIO, 2015).

Como referido nos Princípios de Dublin¹⁹ (2011), existe uma grande diversidade de sítios, complexos, povoados, entre outros, que constituem um testemunho de atividades humanas de extração e produção industrial. Embora em alguns casos este património, nomeadamente em contexto mineiro, esteja ainda em exploração, como é o caso de Aljustrel (pirite cuprífera) e das Minas da Panasqueira (volfrâmio), noutros, o património passa por vestígios arqueológicos de tecnologias passadas (ICOMOS - International Council on Monuments and Sites, 2011). Exemplos disso são o caso de São Domingos, Pejão e Lousal (caso de estudo desta dissertação), nos quais se pode

¹⁹ Princípios conjuntos do ICOMOS - TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial, ICOMOS, 2011.

contemplar não só um património material, mas também, outras dimensões referentes ao saber-fazer, à memória ou à vida social das suas comunidades.

Património Mineiro

O Património Mineiro, encontra-se associado ou mesmo integrado no Património Industrial, apresentando, no entanto, *“uma realidade que lhe confere uma certa singularidade, que é a geológica”*. Uma vez que, *“sem a presença de especificidades geológicas os assentos ou sítios mineiros [...] não se desenvolviam como uma cidade ou lugar da terra e da técnica, organizando formas de vida e de relações sociais reconhecidas nos espaços de habitação, de trabalho, e de representação social.”* (Deolinda Folgado, 2010b, p. 55). Entende-se deste modo que este património, mais do que o industrial, representa para a comunidade que se forma em volta dele *“a única âncora e o elo cultural, por excelência”* (CUSTÓDIO, 2004 e 2005, pág. 4 e 145). Tal acontece por estas comunidades se construírem através das *“vivências de sociabilidade e de trabalho”*, onde se estabeleceram ligações entre os habitantes e deles com *“as evidências físicas revisitadas no quotidiano, inerentes à cultura material e social dominante”* (CUSTÓDIO, 2004, p. 4) (CUSTÓDIO, 2005, p. 145).

Sendo o património geológico a *“pedra angular da vida de uma mina”*, outros patrimónios são gerados pela atividade mineira, nomeadamente o património mineiro, *“elemento de coesão e de identidade de uma comunidade mineira viva ou mesmo abandonada”* (CUSTÓDIO, 2004, p. 5-6) (CUSTÓDIO, 2005, p. 146). Entende-se assim por património mineiro os valores e atividades laborais, sociais e culturais que emergem das comunidades que se formam em torno dos patrimónios industriais e geológicos inerentes às minas. Assim, e como refere Deolinda Folgado (2013), aquando da passagem do ciclo económico (funcional) de uma mina para um ciclo cultural, deverá ser implementada uma política assente num novo conceito, o de Património Social, visto os valores e elos de ligação das comunidades criadas estarem assentes na atividade mineira que deixa de existir.

Património Social

Deolinda Folgado (2013, p. 87) reconhece o património social de uma mina, como sendo criador “*de uma fenomenologia cultural e social da comunidade*” e por contribuir “*para uma alteração do pensamento, das regras da sociabilidade, do desenvolvimento económico, do lúdico*”.

Partindo do ponto que, “*no seio de um território mineiro toda a paisagem se estrutura à volta da mineração e se projecta na coerência das relações sociais (...), o corpo social gera a sua própria cultura (indispensável à formação da identidade mineira)*” (CUSTÓDIO, 2005, p. 148), e tendo em conta as definições de património industrial e património mineiro, as quais refletem sobre os valores sociais, no sentido em que as indústrias, nomeadamente as minas, por condicionarem o modo de vida das populações e das suas relações sociais, moldam a vida destas comunidades. Considera-se como património social, no contexto mineiro, todos os serviços disponibilizados aos trabalhadores pela entidade gestora do couro, como a habitação, a cantina, os serviços médico-farmacêuticos, a cultura, o lazer, o desporto e, em alguns casos, a previdência social. Ou seja, todos os serviços que vão influenciar, diretamente ou indiretamente, a (qualidade de) vida, as condições sociais e as regras de sociabilidade das comunidades mineiras, indispensáveis para o seu bem-estar, inclusão social e permanência na comunidade mineira, onde trabalham ou constituíram agregado familiar.

No caso do Lousal, após um período em que as orientações sociais dos trabalhadores não moviam os interesses das empresas capitalistas, observa-se uma mudança de consciência quanto ao estado da situação dos trabalhadores. Mudança que se deve ao facto da mina ter sido explorada, a partir dos anos 30, por empresários belgas, que se encontravam mais abertos à proteção e apoio dos mineiros e operários, ideia que vem a ser reforçada, após a segunda guerra mundial, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)²⁰.

²⁰ A Declaração Universal dos Direitos do Homem permitiu a denuncia da situação social vivida pelos trabalhadores industriais e mineiros numa época em que a “*miséria torna ilimitadas as humilhações perante os que não prosperariam sem ele*” (Afirmação dos sindicalistas, após visita, de Ferreira de Castro à mina de São Domingos, a pedido do sindicato mineiro de São Domingos, cuja reportagem foi proibida pela censura sendo publicada só em 1974). Cf. GUIMARÃES, 2001, p. 155.

As medidas tomadas pela empresa, tal como por outras várias empresas mineiras, deixam testemunhos quanto a esta perspetiva de inclusão social (FIDALGO & CUSTÓDIO, em publicação), ainda que mitigada, considerando-se assim, que é neste momento de mudança de paradigma quanto aos direitos e condições sociais dos trabalhadores que o património social (de acordo com a definição acima determinada) se começa a moldar nas comunidades mineiras²¹, e em especial no caso do Lousal.

Este novo paradigma é reforçado pela Convenção de Faro²² (2005) que reconhece a necessidade do património cultural centrar-se nas pessoas e nos valores humanos assumindo um conceito ampliado e interdisciplinar, como recurso de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução. Novas correntes de património cultural valorizam os bens sociais dos vários trabalhadores, nomeadamente mineiros, impulsionando a sua salvaguarda, inventariação e conservação, tendo alguns museus industriais, técnicos ou mineiros, assumido essa vertente específica do lugar do social na vida das comunidades trabalhadoras. Esta valorização aproxima os antigos trabalhadores dos seus antigos lugares de trabalho ao exercer uma perceção das suas identidades laborais e também sociais (FIDALGO & CUSTÓDIO, em publicação).

Entende-se que os valores do património industrial, mineiro e social representam um testemunho com características únicas e intrínsecas aos próprios territórios e sociedades locais, que acarretam um valor patrimonial cultural único e que, como tal, devem ser valorizados como forma de preservar e documentar as sociedades industriais nacionais dos séculos anteriores. O reconhecimento, preservação e exposição do Património Cultural, possibilita uma salvaguarda de patrimónios com impacto social que influenciaram diretamente ou indiretamente as condições sociais e as regras de sociabilidade das comunidades locais e que de outra forma correriam o risco de cair em esquecimento.

Em consequência descreve-se em detalhe a organização social das Minas do Lousal, que passa pelo entendimento das condições sociais do trabalhador e da

²¹ Com exceção da questão da habitação, dos montepios mineiros, das associações de proteção e educação e outras autorizadas pelos empresários mineiros, de que se conhecem alguns casos na parte portuguesa da Faixa Piritosa Ibérica.

²² Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de outubro de 2005 (Conselho da Europa, 2005).

comunidade mineira, nas várias vertentes (habitação, ensino, serviços médicos, entre outros) que representam alguns dos exemplos marcantes das iniciativas da empresa/administração das Minas do Lousal numa tentativa de melhorar a qualidade de vida dos seus trabalhadores, e que expressam de forma clara o conceito de Património Social do Lousal.

Património Social das Minas do Lousal

Partindo do ponto de que as minas criam comunidades, que implicam a deslocação dos trabalhadores e das suas famílias para se fixarem no local de exploração mineira, desenvolvem-se fatores de coesão social, entre as famílias e a entidade empresarial e as famílias entre si (CUSTÓDIO, 2004). O relacionamento entre famílias concretiza-se através de *“uma cultura social e identitária que anda associada às instituições sociais e artísticas”*, e o relacionamento entre famílias e a Empresa concretiza-se na criação de várias condições de vida do trabalhador, como por exemplo *“assistência, a alimentação, os cuidados médicos e farmacêuticos”* a habitação, a educação, entre outros, e ainda com a promoção de atividades de fruição e lazer (CUSTÓDIO, 2004, p, 88-89). Uma vez que o território mineiro, em alguns casos, não se encontrava povoado anteriormente ao início da exploração, todas estas condições têm de ser criadas de raiz.

Foi possível através do estudo dos serviços médico-sociais e das restantes temáticas de organização social, que formam o património social, entender como se organizava esta comunidade, como era a sua vida, o seu quotidiano, de que maneira é que a exploração mineira e as empresas exploradoras contribuíram para esta região, e em concreto para esta comunidade. Tendo em conta o contexto histórico, social e local, as condições de que esta comunidade dispunha, encontravam-se acima do normal, quase ao nível de uma cidade.

Nos subcapítulos seguintes, descreve-se e caracteriza-se a organização social das Minas do Lousal, através dos elementos que se considera essenciais na composição do património social desta mina alentejana.

Os trabalhadores

Por se tratar de uma mina, consegue-se identificar diferentes perfis profissionais e reconhecer diferentes funções. As mulheres trabalhavam maioritariamente em casa a cuidar dos filhos, tendo sido, no entanto, possível encontrar o género feminino empregado como “servente de limpeza”, “criada”, “empregada fabril”. Muitas encontravam-se também ligadas ao ensino e à assistência médica, ou trabalhando no exterior da mina como “escolhedoras” ou selecionadoras de minério à mão, função dada às mulheres em algumas minas, uma vez que não era permitido, nesta época, as mulheres trabalharem no subsolo²³. Relativamente aos homens podem identificar-se diferentes perfis profissionais nomeadamente, “safreiro”, “entivador”, “mineiro”, “maquinista”, sendo estas algumas das profissões desempenhadas no interior da mina.

Ainda nos trabalhos de subsolo havia diferenciação entre trabalhadores, uns faziam o trabalho comum, mas havia ainda os “capatazes” ou “chefes de seção”, ou outros abaixo do trabalhador comum, o “ajudante de mineiro” ou “mineiro aprendiz”. Os trabalhadores do interior das minas, encontram-se intimamente ligados às atividades laborais que desenvolviam e ligados entre si, dado o desafio em contacto com os vários perigos e necessidade da sua ultrapassagem, que reforçam a “*coesão, espírito de equipa, solidariedade, riqueza de comportamentos e revela espíritos abnegados e repletos de ânimo*” (CUSTÓDIO, 2004, p. 90). No exterior encontram-se outras profissões que não se encontram diretamente ligadas à exploração mineira em si, mas são igualmente essenciais para a coesão da orgânica mineira, tais como o “guarda florestal”, o “bombeiro”, o “motorista”, o “serralheiro civil” ou o “desenhador” e outras ligadas a funções específicas para o funcionamento da Central Elétrica (fogueiro, maquinista, eletricista). Em relação aos serviços de saúde, foi possível também identificar diferentes tipos de trabalhadores dentro deste espaço e com diferentes características sociais, entre os quais “médicos”, “enfermeiros”, “farmacêuticos”, “trabalhadores da segurança social”, “escriturárias”, “empregadas de limpeza do hospital” e outros não especificados, identificados apenas como “trabalhador do posto de saúde”.

²³ Os Decretos de 14 de abril de 1891 (Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria, 1891) e de 16 de março de 1893 (Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria, 1893), o último que dá cumprimento ao Decerto anterior, ambos regulam que as mulheres, assim como os menores (rapazes até aos 16 anos e raparigas até aos 21 anos de idade), estavam proibidos de certos trabalhos penosos ou perigosos nos estabelecimentos industriais, entre os quais, trabalhos subterrâneos.

Através destas fichas (Figura 8) conseguiu-se aceder a várias informações, que se passam a descrever:

- Nome
- Número da chapa
- Data de nascimento
- País/Freguesia/Concelho/Distrito
- Estado Civil
- Morada
- Fotografia
- Filhos (nome e data de nascimento)
- Bilhete de Identidade (nº e arquivo de Identificação)
- Sócio contribuinte (nº e Sindicato Nacional pertencente)
- Beneficiário (nº e Caixa de Previdência pertencente)
- Beneficiário (nº e Caixa de Abono de Família pertencente)
- Habilitações literárias ou profissionais
- Categoria profissional e promoções
- Admissões, Dispensas e Readmissões
- Férias anuais
- Licenças com vencimento
- Faltas
- Acidentes de trabalho
- Repreensões e louvores
- Período de doença com vencimento (de...a...parte do salário pago, observações)
- Inspeções médicas (data, médico, resultados)
- Ordenado ou salário (importância, data, vencimento)

A existência destas fichas permite um trabalho mais aprofundado e elaborado quanto às diferentes funções que implicavam o funcionamento da mina, estudos quanto às diferenciações a nível social, ou sobre questões demográficas como a natalidade e mortalidade, ou a discrepâncias salariais, entre outros. No desenvolvimento desta dissertação apenas foram recolhidas informações relativas aos serviços de saúde. No

entanto, através destas fichas é possível identificar o perfil dos trabalhadores, bem como sexo, informações relativas à variedade de serviços que envolve uma comunidade mineira, número do agregado familiar, educação e ainda, para o caso de estudo, os anos de trabalho, dados que auxiliam a criar uma cronologia destes serviços, assim como as funções exercidas.

Habitação

Anteriormente, aquando do início da exploração da mina, não havia povoação/habitações no Lousal, pelo que os primeiros mineiros tinham de dormir em cabanas (Rosa Amâncio *in* CARMO & PINTO, 2003). Os primeiros registos de construção de bairros e sua conclusão por parte da empresa, *Mines et Industries*, datam de 1939 embora, como refere Jorge Custódio (2016), é com a empresa Mines d'Aljustrel que se dá uma alteração da paisagem, pois esta empresa também se interessou pela resolução da situação da habitação dos mineiros²⁵. Em 1960, talvez pelo aumento populacional, ou pela procura de criar melhores condições aos trabalhadores são construídos novos bairros (

Figura 9 e 10). Segundo Adriano Dionísio (*in* CARMO & PINTO, 2003), a administração da mina cedeu os materiais de construção e os próprios davam a serventia.

A construção dos bairros é o primeiro passo no sentido de dar melhores condições de vida aos trabalhadores, não só porque estes passam a ter uma casa, melhorando a sua situação inicial, mas também porque criam melhores condições de habitações e conforto às famílias. A habitação é um dos primeiros passos para a inclusão social, melhoria da qualidade de vida e fixação dos trabalhadores na recém-formada aldeia do Lousal.

²⁵ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 2 (1932-1950). Cf. também, Custódio, 2017 (no prelo).



Figura 9 e Figura 10 - Habitações em construção, 1958 © CCVL.

Serviços médico-farmacêuticos

No âmbito dos serviços de saúde, tema desenvolvido no próximo capítulo, eram disponibilizados aos trabalhadores serviços generalizados, contando com uma sala de observação e tratamentos, uma sala de Raio-X, uma sala para dentista, uma sala de esterilização de material e uma farmácia. Perante os riscos do contexto profissional existe necessidade de criação de um sistema que dê resposta imediata às emergências médicas, no entanto, eram prestados os mais variados serviços a toda a comunidade, nomeadamente relativo às questões da maternidade. Estes serviços gradualmente deixam de ser da responsabilidade da empresa até a entrada do Serviço Nacional de Saúde em 1979, já em pleno período democrático do país.

Através do estudo dos serviços médico-farmacêuticos entende-se que, no auge da exploração mineira, esta comunidade teve acesso a serviços de saúde muito acima da média para a sua época, tendo em conta que até à criação do Serviço Nacional de Saúde muitas pessoas praticamente não tinham acesso à saúde. Um bom exemplo é a oferta dos serviços de estomatologia, que à época tinham pouco destaque a nível nacional. A oferta abrangente de serviços de saúde no Lousal acontece, não porque o número de trabalhadores assim o exigisse, mas sim porque a empresa exploradora entendia que estes serviços deviam ser dados à população, não só como forma de fomentar a sua fixação no território, mas pelo humanitarismo (utópico ou influenciado pelo cristianismo) do fornecer melhores condições de vida, evitando por isso também eventuais focos de conflitos sociais. Estes serviços, dentro da organização social da mina, talvez sejam dos mais importantes, não só por proporcionarem melhor qualidade de vida à população mineira, mas pelo seu papel que exerceram nos cuidados de saúde e salvação de muitas vidas, relevando a sua importância social e continuando a ser relembrados pela população atual com carinho e respeito.

Através do estudo das fichas de trabalhadores, sabe-se que, em 1926, já existia um enfermeiro em funções no Lousal, embora só se encontre informação sobre o espaço físico onde era exercida essa função de saúde pública, em 1949.

Cantina/Alimentação

Em relação à alimentação, segundo José Salvador (*in* CARMO & PINTO, 2003), os mineiros trabalhavam oito horas seguidas e faziam intervalo para comer algo. Segundo o testemunho, comiam duas ou três sardinhas assadas ou fritas, um naco de pão, muitas vezes sem água e isto seria suficiente para o dia inteiro de trabalho. Ainda, segundo Casemira Valinho (*in* CARMO & PINTO, 2003), a alimentação dos mineiros era uma garrafa de cerveja, cheia de vinho, e queijo, linguiça ou paio.

A população era pobre, no limiar de maiores dificuldades, e muitas vezes, como meio de subsistência, criavam animais (Casemira Calinho *in* CARMO & PINTO, 2003) e tinham pequenas hortas, razão pela qual o Lousal é recordado, por muitos dos seus habitantes ou descendentes, como um sítio outrora muito verde. Valia-lhes ter trabalho, que tal como nas Minas do Pejão, era um comunidade laboriosa e não indigente, pois tinham trabalho para seu sustento (CUSTÓDIO, 2004).

Inicialmente o Lousal era uma “aldeia” pequena com tabernas, uma mercearia, uma padaria e um pequeno mercado (José Salvador *in* CARMO & PINTO, 2003). A entidade exploradora, demonstra, mais uma vez, preocupação para com os seus trabalhadores, ao financiar a construção da cantina (Figura 11), em 1960, permitindo acesso a uma melhor alimentação, negada a muitos trabalhadores pelos baixos salários e numeroso agregado familiar²⁶. A criação da cantina traduziu-se na criação de mais um fator sobre o qual se suporta o património social das Minas do Lousal, que começa a ganhar forma e importância graças às várias iniciativas que a empresa desenvolve para melhorar a qualidade de vida dos seus trabalhadores, continuando a manter os salários baixos, sinal daqueles tempos economicamente difíceis e politicamente dominados pela autocracia salazarista.

²⁶ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).



Figura 11 - Cantina em construção, 1958 © CCVL.

Igreja

O apoio religioso foi implementado nas comunidades mineiras nacionais mais importantes, desde da 2.^a metade do século XIX (FIDALGO & CUSTÓDIO, em publicação). Contrariamente ao normal nesta região do país, a comunidade mineira encontrava-se muito ligada à religião, geralmente por tradição e, no caso específico das minas, pelos perigos associados ao trabalho em contexto de lavra de subsolo. Nas minas portuguesas, a padroeira escolhida foi Santa Bárbara, “*espécie de ente sagrado do paganismo da natureza telúrica da vida no espaço mineiro, profundamente cristianizado e embebido de valores salvíficos*” (CUSTÓDIO, 2004, p. 90).

Em 1960, constrói-se a Igreja de São Jorge (Figura 12 e Figura 13), atualmente ainda em funcionamento, com espaço para um total de 400 fiéis²⁷, substituindo o templo anterior²⁸, como forma de proporcionar melhores condições à comunidade para a prática da sua fé.

²⁷ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

²⁸ A existência de uma anterior igreja é comprovada por Daniela Férias no seu documento sobre a Associação do Pessoal das Minas do Lousal quando refere que esta associação até à sua construção na década de 30, funcionava nas instalações da antiga Igreja. Daniela Férias - Arquivo Municipal de Grândola.



Figura 12 e Figura 13 - Igreja de São Jorge © CCVL.

A igreja teve ainda um papel importante na legalização de uniões de casais que viviam maritalmente, dado que, quando havia um acidente que resultasse em invalidez ou morte, as mulheres não recebiam qualquer apoio se não estivessem casadas. Os casais que estivessem interessados, dirigiam-se aos escritórios para dar os dados e posteriormente realizar os casamentos. Estas cerimónias chegavam a reunir 50 casais de uma só vez (Maria Campos Silva Espada *in* CARMO & PINTO, 2003).

Foi ainda possível encontrar imagens que mostram a existência de um grupo de escuteiros, neste caso, um organismo ligado à igreja (Figura 14), com sede na atual casa de um ex-mineiro, o Sr. Silvestre. No conjunto de atividades escutistas faziam-se agrupamentos, reuniões, ginástica, jogos e acampamentos (Raimundo Matias Pontes *in* CARMO & PINTO, 2003).



Figura 14 - Escuteiros © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.

A igreja é mais um elemento de coesão social, por dar acesso à prática da fé, que devido ao contexto de trabalho, era muito usual nas comunidades mineiras. Era uma forma de apoio às famílias, e em especial ao mineiro, que vivia em constante perigo, como forma de alento nas suas vidas. Ao contrário das anteriores, habitação e alimentação, necessárias à sobrevivência, este elemento assumia a responsabilidade de várias situações da vida quotidiana, desde educação moral e religiosa, celebração de dias festivos, nomeadamente a festa da Santa Bárbara e de São João, e também como a promoção do matrimónio. Evidenciando que a administração não se preocupava apenas em garantir as condições de vida básicas, mas também em dar outras que melhorassem a qualidade de vida dos seus trabalhadores.

Ensino

A empresa, como meio de combate ao analfabetismo, proporciona uma política de criação de escolas e cursos profissionais (CUSTÓDIO, 2004). Inicialmente a escola (Figura 15) contava com uma professora, que lecionava quatro classes com um total de 14 alunos. Com o crescimento das minas e consequente aumento da população, a Escola chega a ter um total de nove professores, com horários de tarde ou manhã (Professora Odete *in* CARMO & PINTO, 2003), e cerca de 300 alunos²⁹.



Figura 15 - Escola © CCVL.

²⁹ Informação retirada do Filme de 1958 - Acervo do Museu Mineiro do Lousal, Centro de Ciência Viva do Lousal.

Nos Relatórios de Trabalhos efetuados na Mina do Lousal³⁰, encontram-se compras para a Escola. Nomeadamente, em 1963, a compra de 27 carteiras escolares, duas estantes e uma caixa métrica, e em 1968³¹, a compra de mapas de Portugal ultramarino e continental, mapas da Europa, mapa do corpo humano e de planisférios.

Os alunos escreviam na pedra de xisto com lápis de pedra e em cadernos com canetas de aparo e tinham carteiras com tinteiro (só mais tarde aparece a esferográfica).

Tinham de usar batas brancas (como era normal no ensino oficial durante o Estado Novo) e tinham livros de leitura, de tabuada, de História e Geografia (Professora Odete *in* CARMO & PINTO, 2003).

No entanto, em certos casos, a educação estendia-se à faixa etária dos adultos, como comprovado pelo testemunho de Maria Campos Silva Espada (*in* CARMO & PINTO, 2003), que terá aprendido Inglês e Francês já em idade adulta, e ainda, através das Fichas de Trabalhador, nas quais se verificou que muitos trabalhadores foram concluindo os seus estudos já estando a trabalhar na mina³².

A Empresa criou ainda, os referidos cursos profissionais, nomeadamente os de corte e costura, chamados de “Cursos de preparação doméstica” (Figura 16) destinados às mulheres, mostrando a “*aposta de criação de ofícios indispensáveis á vida do território*” (CUSTÓDIO, 2004, . 94-95). Para este curso encontra-se a compra, em 1962, de uma máquina de costura³³.

³⁰ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964)

³¹ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

³² Verifica-se que o campo de “Habilitações Literárias e Profissionais” das Fichas de Trabalhador, é atualizado, em alguns casos, passando de analfabeto para como tendo completado, por exemplo” a “1 classe” ou a “2 classe” de escolaridade, o que leva a crer que muitos trabalhadores estudavam já em idade adulta. Esta ideia é ainda reforçada pela existência de “Cursos Profissionais” e testemunhos que o comprovam.

³³ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).



Figura 16 - Aulas de Costura © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.

Ainda referente ao ensino de adultos, encontrou-se uma referência de 1968, de um posto de telescola, nomeadamente com a compra de carteiras escolares, antena para televisor, fitas métricas, lupas, globos terrestres, régua, esquadro, entre outros, o que mostra que existia mais um tipo de ensino possível para além da escolaridade obrigatória estipulada pelo Estado Novo, desta vez, tal como indica o nome, por via de um programa de educação à distância, desenvolvido a partir da introdução da Televisão em Portugal (1957)³⁴.

Associação do Pessoal das Minas do Lousal: sede e atividades

A sede da Associação do Pessoal das Minas do Lousal³⁵ (APML), espaço subsidiado pela *Société Anonyme Mines et Industries*, foi construída nos finais da década de 1930³⁶, para albergar a primeira associação de trabalhadores, que até então funcionava no edifício da antiga Igreja do Lousal. Esta Associação, segundo os seus estatutos, aprovados em 1971, servia como meio promocional de formação social e moral, bem como desenvolvimento físico e intelectual do pessoal das minas e habitantes do Lousal. O edifício funcionava como espaço multiusos, com sala de espetáculos, composta por palco, bastidores e sala para público, de uma biblioteca e de salas de

³⁴ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

³⁵ A informação relativa à sede da Associação do Pessoal das Minas do Lousal deveu-se a Daniela Férias – Arquivo Municipal de Grândola.

³⁶ Em 1939 foi concluída a construção de um salão/casa de reuniões. Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 2 (1932-1950)

jogos, de convívio e de bar. No exterior existiam, ainda, um palco onde se realizavam as festividades de Verão, um campo para a prática desportiva e um parque infantil.

A APMML desenvolveu diversas atividades como conferências, palestras, ações de divulgação de legislação, cursos de formação nas áreas sociocultural e de higiene e segurança no trabalho. Entre os principais objetivos estavam a organização das festas da Mina, como as Festas de São João e as Festas de Santa Bárbara, a realização de manifestações folclóricas e de jogos tradicionais, para além da criação e desenvolvimento de grupos de teatrais. Os espetáculos teatrais eram proporcionados por grupos de teatro (Figura X e X), com encenação, confecção de guarda-roupas e cenários, integralmente constituídos por indivíduos da comunidade mineira, tal como os grupos musicais. Era também fomentada a prática desportiva no âmbito da ginástica, atletismo, futebol, entre outras atividades³⁷. Estes espaços de cultura e lazer serviam de complemento ao trabalho profissional das minas e pretendiam criar ambientes de satisfação, face às dificuldades de trabalho e das suas consequências físicas e sociais (CUSTÓDIO, 2004).

No Natal enfeitava-se um eucalipto com lâmpadas intermitentes de todas as cores e montava-se um presépio, tradição que ainda se mantém pós-Mina. Um mineiro vestia-se de Pai Natal e vinha do poço nº 1 até a porta da igreja montado num burro (José Alberto Teixeira Pinto *in* CARMO & PINTO, 2003). Davam uma peça de roupa a cada criança (Andresa *in* CARMO & PINTO, 2003) para que no dia seguinte fossem vestidos com as roupas novas para a missa. Juntamente com a roupa era oferecido, às crianças, um pacote de rebuçados. Um Bispo vinha dar a missa e as crianças cantavam cânticos³⁸ (Maria do Natal *in* CARMO & PINTO, 2003).

As festas de São João (realizadas em junho) tinham a duração de três dias e contavam com as marchas (Figura 17), jogos como a tómbola, a quermesse e conjuntos musicais que vinham de Lisboa e do Algarve para atuar. Vinham celebridades como

³⁷ A informação relativa à sede da Associação do Pessoal das Minas do Lousal deveu-se igualmente a Daniela Férias – Arquivo Municipal de Grândola.

³⁸ As festas mineiras são também uma forma de Património Cultural Imaterial, sendo este considerado “as manifestações culturais expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões, de carácter tradicional, independentemente da sua origem popular ou erudita, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural, e que, sendo transmitidas de geração em geração, são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo -lhes um sentimento de identidade coletiva.” Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto.

Maria de Lurdes Resende, Tony Matos, Alberto Ribeiro, Artur Garcia, Maria Amélia, Hermínia Silva e outros. Nestas festas existia uma grande solidariedade entre a população, na qual toda contribuía e participava. Era pedido para se fazerem bolos que seriam vendidos, assim como chá, na “barraca do chá”, e faziam a “barraca de pesca”, da responsabilidade da escola, que consistia em prendas que com uma cana e um anzol as pessoas tentavam “pescar”³⁹. As professoras serviam vestidas de alentejanas e chinesas. O dinheiro amealhado servia para comprar roupas e “alpergatas” para as crianças (Professora Odete CARMO & PINTO, 2003).



Figura 17 - Marchas de São João © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.

A festa de Santa Bárbara (Figura 18 e Figura 19), anualmente celebrada a 4 de dezembro, era o único dia em que a mina fechava. Havia uma procissão com o andor da santa e com os mineiros vestidos com as suas roupas de trabalho, no final era oferecido um jantar aos trabalhadores (Rosa Amâncio *in* CARMO & PINTO, 2003). Havia um peditório para a quermesse, cuja receita revestia a favor da escola (Maria Campos Silva Espada *in* CARMO & PINTO, 2003)

³⁹ Alguns dos costumes referidos não são específicos das comunidades mineiras, mas sim comuns às classes populares e rurais de estatuto socialmente diferenciado por contraponto às festas urbanas e às manifestações festivas dos grupos sociais mais privilegiados.



Figura 18 e Figura 19 - Procissão de Santa Bárbara, década de 1960 © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.

A APML organizava, como disse, espetáculos de cinema e teatro. Em 1963 encontra-se registada⁴⁰ a compra de um projetor⁴¹ altifalante para recreio pessoal dos trabalhadores.

Em relação aos grupos musicais, que eram integralmente constituídos pela comunidade mineira, encontram-se registos da formação de uma sociedade musical em 1928 (do tempo da gestão das *Mines d'Aljustrel*), ideia trazida por dois trabalhadores, um chefe de escritório e um empregado, que tinham frequentado o conservatório em Lisboa. O grupo musical começou por ter um mestre que tocava violino, uma pessoa que tocava bandolim e flautim, mais tarde junta-se ainda um tocador de trompete e um de castanholas. O grupo continua a crescer e chega a ser composto por 17 elementos. Em 1931 realizavam atuações no salão da APML (José Alberto Teixeira Pinto in CARMO & PINTO, 2003).

Assim como a criação da sociedade musical, também a criação de uma entidade desportiva, comum ao couto, é um veículo de coesão comunitária (CUSTÓDIO, 2004). A APL fomentava a prática desportiva, nomeadamente o futebol. Nas figuras (X e X), pode-se ver duas equipas de futebol pertencentes ao couto mineiro.

⁴⁰ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

⁴¹ Este projetor encontra-se atualmente patente na exposição “Posters com Ciência” do CCVL.



Figura 20 e Figura 21- Equipas de Futebol © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.

Para além da necessidade de criação de condições de vida, nomeadamente a saúde, habitação, mercados, igreja, entre outros, também a criação de atividades festivas e eventos desportivos serviam de vínculo de coesão social.

A organização social das Minas do Lousal, em síntese, passa pelo entendimento das condições do trabalhador e da comunidade mineira nas suas vertentes de habitação, de saúde, de alimentação, prática da fé, ensino e outras atividades de fruição aqui trabalhadas que representam alguns dos exemplos marcantes das iniciativas da empresa/administração na sua relação com a massa assalariada e suas famílias, numa tentativa de melhorar a sua qualidade de vida e que expressam de forma clara o conceito de Património Social do Lousal, perdurando mesmo, algumas delas, após o encerramento da mina, provando o significado cultural que tinham na vida coletiva da Mina. Estas condições possibilitaram a criação de uma verdadeira comunidade que perdura até os dias de hoje (mesmo que o número de habitantes tenha diminuído, pela mudança de ciclo da mina ou pela falta de trabalho).

O património industrial compreende, entre vários vestígios culturais, o que detém inegável valor social. Do mesmo modo, o património mineiro compreende valores sociais, pela necessidade de mão-de-obra em áreas de valor geológico, proporcionando a criação de comunidades de raiz - como é o caso do Lousal, com várias exigências, desde as necessárias ao quotidiano até outras produtoras de bem-estar e felicidade. Assim, considera-se a organização social destas comunidades um património em si – o Património Social. A organização social das Minas do Lousal, composta pelo conjunto de serviços e de atividades promovidas pela empresa, serviram como motor de criação de um património social inexistente no início e diminuto nos primeiros tempos e que se desenvolveu ao longo dos vários anos de exploração da mina. Embora estas

atividades fossem promovidas pela empresa, estas não eram possíveis sem a vontade coletiva, das condições do território e o sentido comunitário dos habitantes do Lousal. A criação deste património social contribui-o não só para a melhor qualidade de vida, para a coesão e inclusão social dos trabalhadores e das suas famílias na comunidade e reconhecimento da aldeia do Lousal como entidade própria, mas também como modo de evitar conflitos sociais que pusessem em causa a rentabilidade da mina.

Define-se assim Património Social, com base nas definições de Património Industrial e Mineiro, como o conjunto de serviços e de atividades proporcionadas pelas entidades exploradoras na sua relação direta e indireta com a população residente, que serviram como motor de coesão e organização social destas comunidades, e como veículo cultural do seu reconhecimento como entidade própria. Note-se que o Património Social, ganha por esta via valor cultural, não apenas enquanto cultura material, mas igualmente como valor intangível, que é o vínculo do património à vida humana. É através do estudo do Património Social que é possível caracterizar e analisar o funcionamento e organização das comunidades mineiras, e do mesmo modo salvaguardá-lo, estudá-lo e expô-lo, transformando-o em Património Cultural, podendo ser mesmo representado em museus, por via de objetos móveis e conteúdos culturais apropriados.

Capítulo IV – Serviços Médico-farmacêuticos das Minas do Lousal

Considerando os serviços médico-farmacêuticos parte do património social de uma mina, pretende-se entender melhor como esses serviços estavam estruturados, em que consistiam, como evoluíram, que contributos tiveram para o funcionamento da mina e do mesmo modo, como funcionaram como elemento de coesão social. No âmbito desta dissertação, apresenta-se o caso específico dos serviços médico-farmacêuticos das minas do Lousal.

No Capítulo I refere-se como as minas, ao implicarem a criação de uma comunidade que se encontrava sob a alçada de uma tutela, necessitavam de condições e infraestruturas sociais, entre as quais a assistência médica. Deste modo, é dever dos donos da Mina garantir condições e serviços que promovam qualidade de vida da população, de modo a assegurar a sua permanência. Em especial, dado o contexto em que se inserem, e pelo facto da profissão mineira estar associada a riscos, como os acidentes de trabalho e as doenças (que em alguns casos resultava na morte do trabalhador), é então necessário dotar o coto mineiro de um sistema de saúde que permita dar resposta imediata às emergências médicas e prestação de serviços para toda a comunidade. Os serviços médico-farmacêuticos, tal como as comunidades, caracterizam-se por se instalarem num território mineiro, ou seja, num território anteriormente inabitado, que nasceu a partir do nada.

A estrutura dos serviços médico-farmacêuticos depende não só das exigências da comunidade, sendo diferente numa mina pequena ou numa mina grande, a consciência dos empresários para com os seus trabalhadores, a legislação vigente, a evolução da conjuntura histórica e a denúncia de situações vividas pela exploração dos trabalhadores. A sua necessidade é impreterível a nível social e político, tanto para quem administra a mina, como, em termos de fiscalização pública, para o Estado (FIDALGO & CUSTÓDIO, em publicação). Relativamente às várias atividades dos serviços de saúde destaca-se a existência de um posto médico. Os postos médicos variavam de dimensão ou escala: no caso de ser uma mina pequena recorria-se à contratação externa de profissionais e na circunstância de ser uma mina grande requeria a necessidade de profissionais permanentes. Para além do médico, os postos serviam para a prevenção sanitária; a terapêutica e diagnóstico médico; a fiscalização; a

estatística médica; o internamento e apoio hospitalar; o apoio à maternidade e farmácia com serviços farmacêuticos (FIDALGO & CUSTÓDIO, em publicação).

Em 1900, e durante os primeiros anos de funcionamento da Mina do Lousal, as condições de trabalho eram marcadas pela precaridade, refletida na falta de equipamento adequado, como refere José Alberto Teixeira Pinto (*in* CARMO & PINTO, 2003), os mineiros trabalhavam em tronco nu e sem botas de borracha, e notava-se a falta de assistência aos trabalhadores. Estes fatores evidenciam-se e agravam-se pelo comportamento do mineiro, motivado pelo calor alentejano e pelo desconhecimento dos perigos ou não cumprimento das regras de trabalho.

Refere-se no Capítulo III, que com a entrada da empresa belga *Mines et Industries* na exploração do Lousal nos finais dos anos 30, passou a haver uma maior consciencialização relativamente aos trabalhadores mineiros, na medida em que se começam a criar melhorias nas condições de vida e de trabalho, promovendo assim uma melhor qualidade de vida dos mineiros e restante população. É possível assistir na visita ao Museu do Lousal a um filme promocional da Mina do Lousal, realizado pela Empresa em 1958, onde se apresenta o funcionamento da mina com as mais variadas condições. Nomeadamente a nível social com a construção de várias infraestruturas, como a cantina, ou outras já existentes, como o mercado ou ainda a celebração da Festa de Santa Bárbara e a promoção de algumas das atividades realizadas. No filme, o administrador da época, Frédéric Velge encontra-se presente em todos os momentos, de uma forma intencional. Na realidade, queria fazer-se passar, a sua responsabilidade social pela reforma significativa ao nível dos serviços de apoio aos mineiros e respetivas famílias, como foi o caso da assistência à doença e à prevenção da saúde, e por ser um elemento agregador na vida da comunidade, fator criador de coesão social.

Segundo Gunter Strauss (*in* LEITE, 2009), em 1956, época em que ele chegou ao Lousal, pela mão de Frédéric Velge, havia ainda muitos mineiros que desciam à mina descalços. Era gente muito pobre com famílias numerosas que viviam em cabanas, como poucas condições, roupa miserável e uma alimentação muito fraca. A realidade mineira portuguesa caracterizava-se por condições sub-humanas, estando ainda longe da realidade europeia contemporânea, visto que se assistia a francas melhorias, depois do final da 2.^a Grande Guerra.

Nas secções seguintes, apresentam-se as diferentes valências dos serviços médico-farmacêuticos das minas do Lousal. As informações apresentadas e analisadas, correspondem maioritariamente às décadas 50 e 60 - anos de administração de Frédéric Velge –, por terem sido os anos mais incidentes na aposta nos serviços e reforma sociais no Lousal, e para os quais existem maior número de documentação. Adicionalmente foi possível analisar-se alguma documentação relativa aos anos 30, no entanto optou-se por fazer incidir a análise das décadas anteriormente referidas.

Infraestruturas dos Serviços Médico-Farmacêuticos

Neste subcapítulo reúnem-se as informações relativas às infraestruturas onde funcionavam os serviços de saúde, de modo a entender o que é que estes espaços disponibilizavam relativamente aos serviços prestados e à sua história, desde o primeiro registo do espaço médico, à sua evolução e encerramento, até aos dias de hoje.

Na documentação⁴² analisada, que concerne o período de 1903 a 1931 das Minas, não foi encontrada qualquer informação que referisse os serviços médico-farmacêuticos nem tampouco as questões sociais da mina. A primeira referência⁴³ a um espaço dedicado à saúde encontra-se datado de 1939, com a conclusão de uma enfermaria, farmácia e posto de socorro. No entanto, já existia um enfermeiro em funções posterior a esta data, pelo que se pode admitir que anteriormente a 1939 existiria alguma infraestrutura médica onde seriam prestados os serviços de saúde.

Novas informações da denominada “Casa da Saúde” encontram-se na planta⁴⁴ de 1949, intitulada de “Enfermaria e Farmácia” (Figura 22). Na planta, para além da identificação a estes dois espaços, acha-se identificado ainda, uma Sala de Espera, uma Sala de Observações, um Gabinete Médico e um Banco.

⁴² Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 1 (1903-1931).

⁴³ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 2 (1932-1950).

⁴⁴ Acervo do Museu Mineiro do Lousal, Centro de Ciência Viva do Lousal.

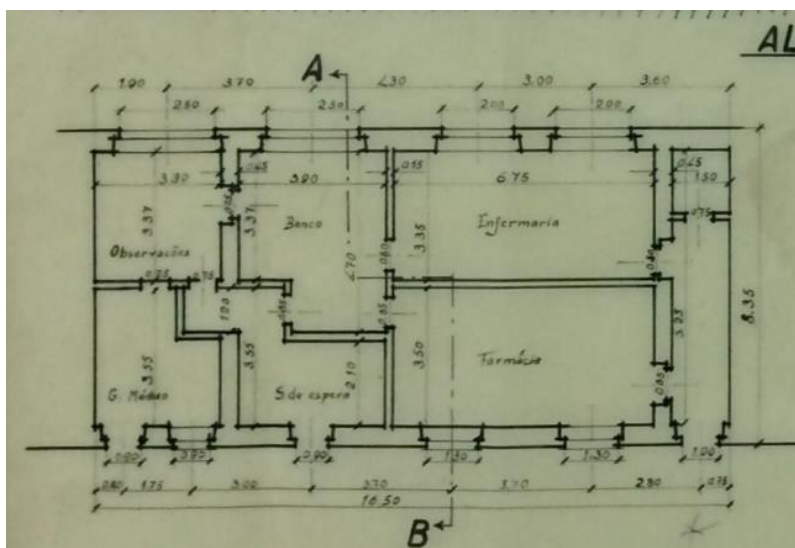


Figura 22 - Planta de 1949 - Enfermaria e Farmácia © MML.

No Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro teve-se acesso a uma fotografia⁴⁵ (Figura 23) datada de 1951, que aparenta ser uma sala de tratamentos, onde se encontram representadas peças que fazem hoje parte do acervo museológico, como a marquesa ginecológica e obstétrica, mesas de curativos, porta-compressas com respetivo suporte e várias compressas e frascos de medicamentos, entre outros.



Figura 23 - Exposição “Casa de Saúde” – Pormenor da fotografia © CCVL.

⁴⁵ Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Arquivo Municipal de Setúbal.

A fotografia tem especial importância por ser dos poucos registos visuais destes serviços, tal como o filme promocional anteriormente referido. No filme, dentro dos vários serviços sociais, encontram-se representados os serviços de saúde. No excerto em que se observam estes serviços, o locutor diz “*Os serviços médico-sociais dispõem de consultório médico com sala de agentes físicos onde se aplicam raios ultravioletas e sala de radiografia com aparelho de radioscopia e aparelho de espirografia*”⁴⁶, dando claro destaque aos serviços de radiologia, onde se pode observar o médico permanente, Dr. João Dias Tavares, a prestar serviços de clínica geral, estando a auscultar um paciente, e a fazer um exame radiológico. Observa-se também o enfermeiro, Albano Pinto Teixeira, igualmente a fazer um exame radiológico (desta vez num novo aparelho) e exame de espirografia.

Em 1956, são reparados e remodelados os gabinetes destinados aos Serviços de Saúde médico-sociais da empresa⁴⁷. Em 1960, encontrou-se uma referência à construção de um edifício para casa de saúde do pessoal, concluído no ano seguinte⁴⁸. Este espaço, construído e equipado pela Administração da mina é construído paralelamente ao já existente posto de socorros. É nesta época que este espaço passa a ser referido como Hospital. Embora de pequenas dimensões, apresentava já condições muito acima de um simples posto de saúde, dispondo de sete camas para os homens e seis camas para as mulheres, incluindo parturientes.

Pensa-se que este espaço será o que se acha representado na planta de 1971⁴⁹ (Figura 24), que mostra a totalidade dos serviços de saúde da Mina do Lousal, para além dos vários núcleos com material de primeiros socorros dispostos em locais estratégicos, no interior e exterior da mina.

⁴⁶ Acervo do Museu Mineiro do Lousal, Centro de Ciência Viva do Lousal. Espirografia é um exame de avaliação da função pulmonar que mede a quantidade de ar inspirado, expirado e a rapidez com que se expira in <https://www.saudebemestar.pt/pt/medicina/pneumologia/espirometria/> acedido a 14/03/2017.

⁴⁷ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 3 (1950-1956)

⁴⁸ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964)

⁴⁹ Acervo do Museu Mineiro do Lousal, Centro de Ciência Viva do Lousal.

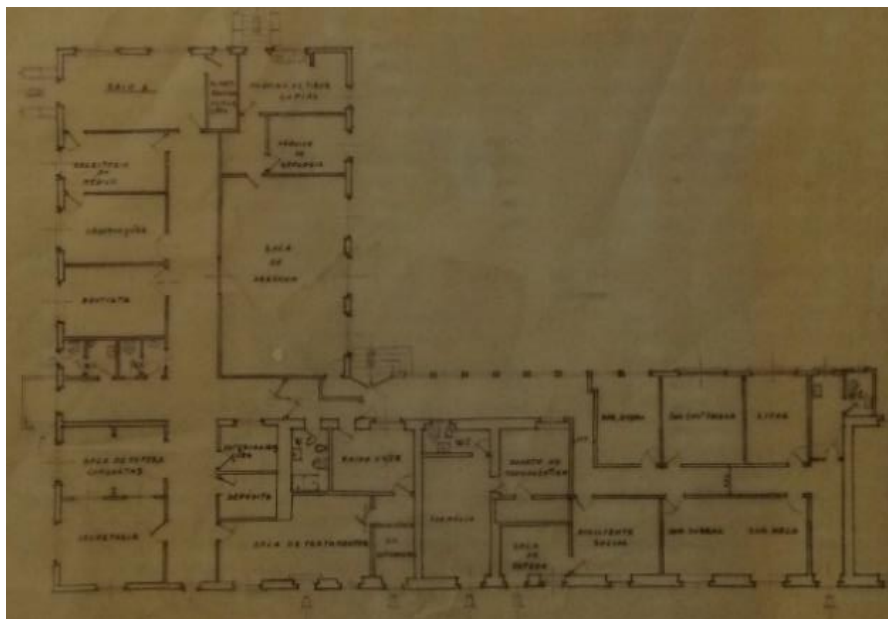


Figura 24 - Planta de 1970 - Antigo Hospital e Posto de Socorros © MML.

Nesta planta observa-se também a sala de radiografia, com respetivo quarto escuro destinada à revelação radiográfica, sala de observações e tratamentos, sala de serviços dentários, sala de esterilização, farmácia, entre outros.

A planta será da altura em que parte do “hospital” é desmantelado para passar a ter outras funções, pois juntamente com esta planta encontrou-se uma outra idêntica, mas com alterações destinadas a receber um café. Embora sem registo documental sabe-se que outra parte do hospital foi também desmantelada e reformulada, sendo hoje em dia casa da Associação de Reformados do Lousal. Embora com outro uso, o edifício manteve-se como era na época, no qual se pode ainda contemplar o registo de azulejos (Figura 25 e Figura 26) que marcariam a entrada da “Casa de Saúde”.



Figura 25 e Figura 26 – Fotografia dos Painéis de entrada da Casa de Saúde © Ana Fidalgo.

Funcionamento dos Serviços Médico-Farmacêuticos

O primeiro registo documental encontrado, data de 1926, no tempo do enfermeiro Albano Pinto Teixeira, voltando a aparecer novos registos apenas em 1949, altura em que os serviços médico-farmacêuticos contavam com dois enfermeiros e dois farmacêuticos, nomeadamente Albano Pinto Teixeira e António Dias Molina Marques, enquanto, no serviço da farmácia, se encontravam Constantino da Silva Romão Pratas e Joaquim Pires da Silva.

Descobriu-se informação quanto à contratação de uma farmacêutica, em 1953, e de um médico para assegurar assistência clínica permanente a todo o pessoal operário e suas famílias, com a nota de que esse médico residiria no Lousal⁵⁰. Pensa-se que o médico aqui referido seria o Dr. João Dias Tavares que, segundo a sua ficha de trabalhador, entrou em funções em 1954 e permaneceu no cargo até 1972.

Testemunhos orais⁵¹, recolhidos através de entrevistas realizadas no Lousal, contam que os serviços médicos, posteriores à contratação desse médico, foram prestados pelo médico da localidade vizinha de Azinheira de Barros, António Pires Cabral. Como se refere acima, no caso de minas pequenas, como inicialmente era o caso do Lousal, recorria-se à contratação de pessoal médico externo. Assim, a contratação de

⁵⁰ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 3 (1950-1956).

⁵¹ Entrevista realizada a Joana Férias, ex-escrituária dos Serviços Médicos do Lousal.

um médico permanente resultou do facto da população da Mina ter crescido, acompanhando o aumento da extração de minério.

O estudo das fichas de trabalhadores, como uma das principais fontes de informação, permitiu-me entender o crescimento e conseqüente declínio dos serviços de saúde, através da contabilização do número de funcionários que estiveram ao serviço da Mina.

O Gráfico 1 mostra o número de trabalhadores contratados sob a Administração da *Société Anonyme Mines et Industries* para trabalhar nos serviços médico-farmacêuticos e as suas funções nestes serviços.

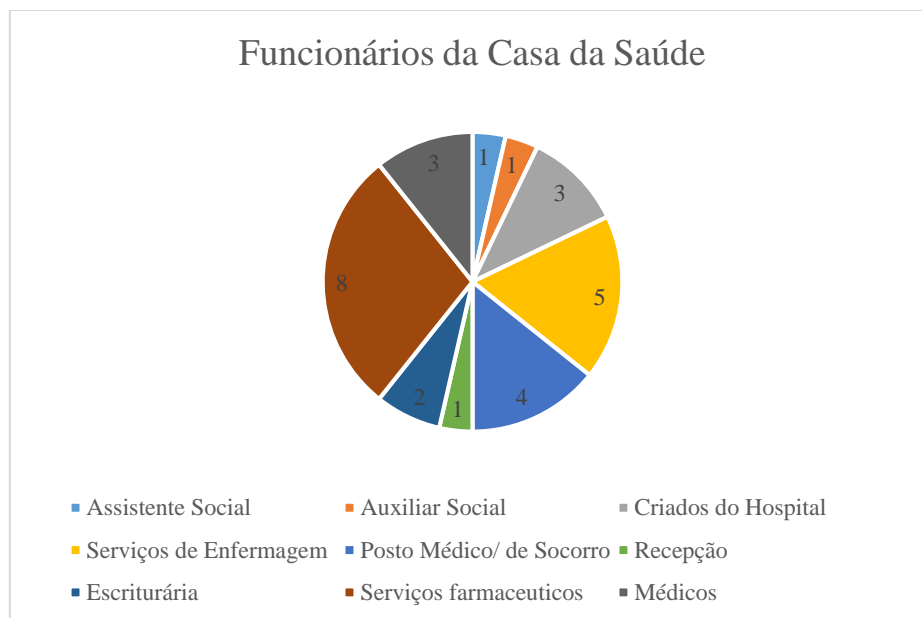


Gráfico 1- Número de trabalhadores nas diferentes funções desempenhadas nos Serviços de Saúde do Lousal de 1926 a 1990.

Citando a função exata descrita nas devidas fichas de trabalhador, sabe-se que sob esta Administração, o Lousal teve um total de três médicos, uma assistente social, uma auxiliar social, três criadas do Hospital (para limpezas), cinco trabalhadores nos serviços de enfermagem, quatro referidos como trabalhadores de posto de saúde ou de socorro, um trabalhador na recepção, duas escriturárias e oito trabalhadores nos serviços farmacêuticos, perfazendo um total de 28 funcionários.

De forma a entender-se em que anos foram prestados estes serviços e o número de trabalhadores que os compunham, criou-se um novo gráfico (Gráfico 2) que permite perceber o crescimento e declínio dos mesmos.

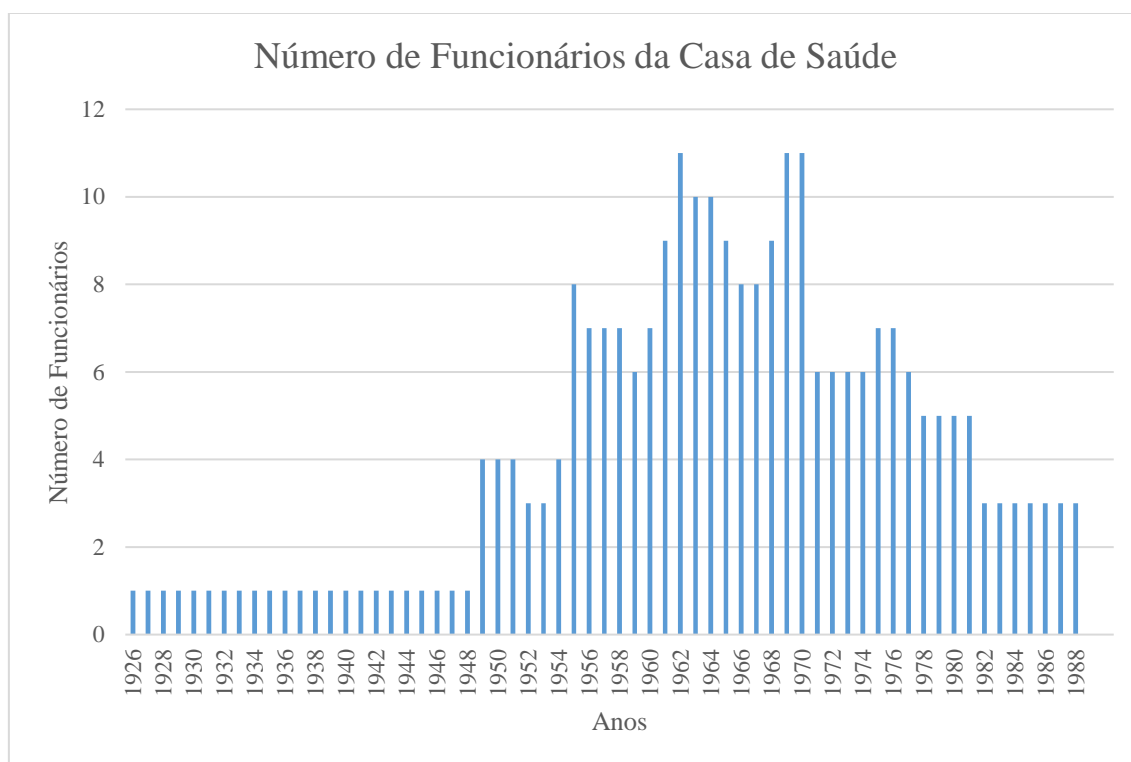


Gráfico 2 - Número de Funcionários da Casa de Saúde (Posto Médico) de 1926 a 1988.

Os primeiros registos (1926 a 1949) referem-se à existência de um único trabalhador, o enfermeiro Albano Pinto Teixeira (acima mencionado), com funções ligadas aos serviços de saúde. O último registo (1988) refere-se ao enfermeiro José Estevão, altura em que a mina já se encontrava desativada e os serviços de saúde já não eram da responsabilidade da administração da exploração mineira. É possível observar-se que o crescimento dos serviços médico-farmacêuticos se inicia nos anos 50 e o declínio nos anos 80, sendo que as décadas de 60 e 70 contaram com o maior número de trabalhadores, chegando a um total de 11 trabalhadores em simultâneo, correspondendo às épocas de maior desenvolvimento da Mina.

Através da documentação foi ainda possível encontrar informação sobre o movimento de atendimento e de internamento, entre os anos de 1964 e 1971. Importa observar a divisão do movimento de atendimento dos serviços médicos, em termos de

consultas, de injeções e de pensos, para perceber-se a frequência da utilização destes serviços (Gráfico 3).

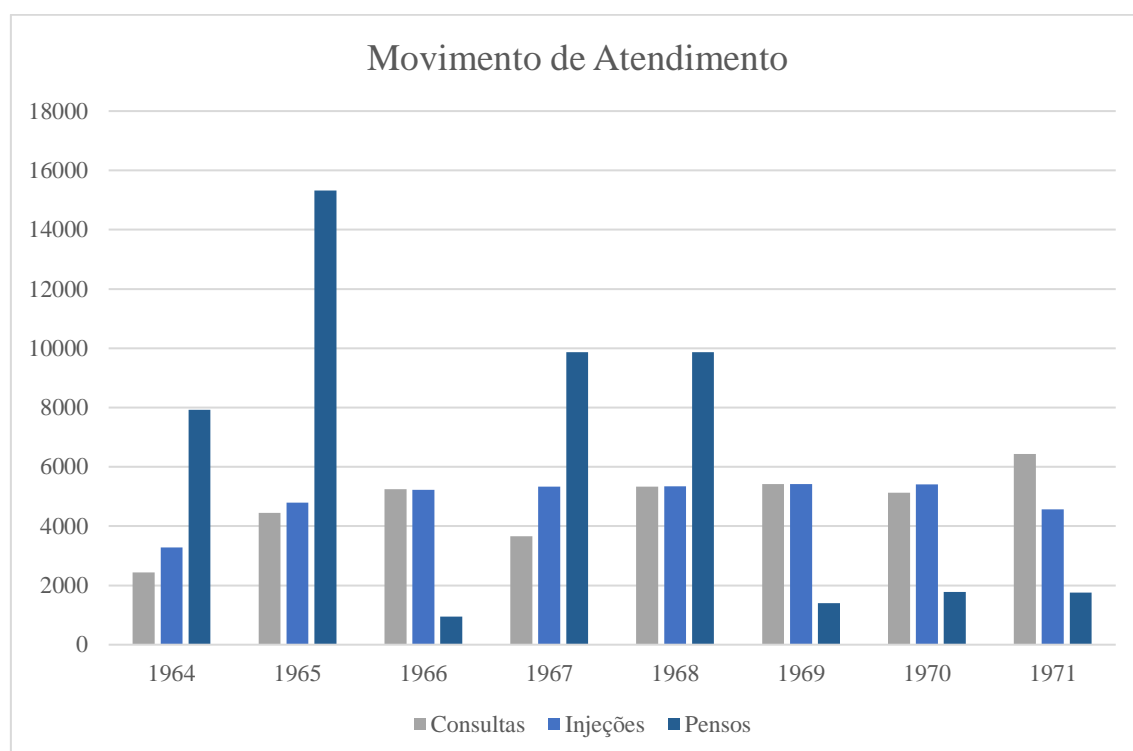


Gráfico 3 - Movimento de Atendimento na Casa de Saúde (Posto Médico) de 1964 a 1971.

Quanto aos internamentos (Gráfico 4), que se dividem entre homens, mulheres, crianças e parturientes, observa-se, como esperado, que o maior número de internados se trata de homens, pelo tipo de trabalho que estes tinham (mineiros de fundo). No entanto, observa-se também o internamento de muitas mulheres, o que leva a crer que o trabalho de superfície também teria os seus perigos, para além de tratar-se de população integrada no cuto mineiro. O número reduzido de internamentos de parturientes, leva a querer que muitos partos fossem realizados em casa de família, exercido por parteiras.

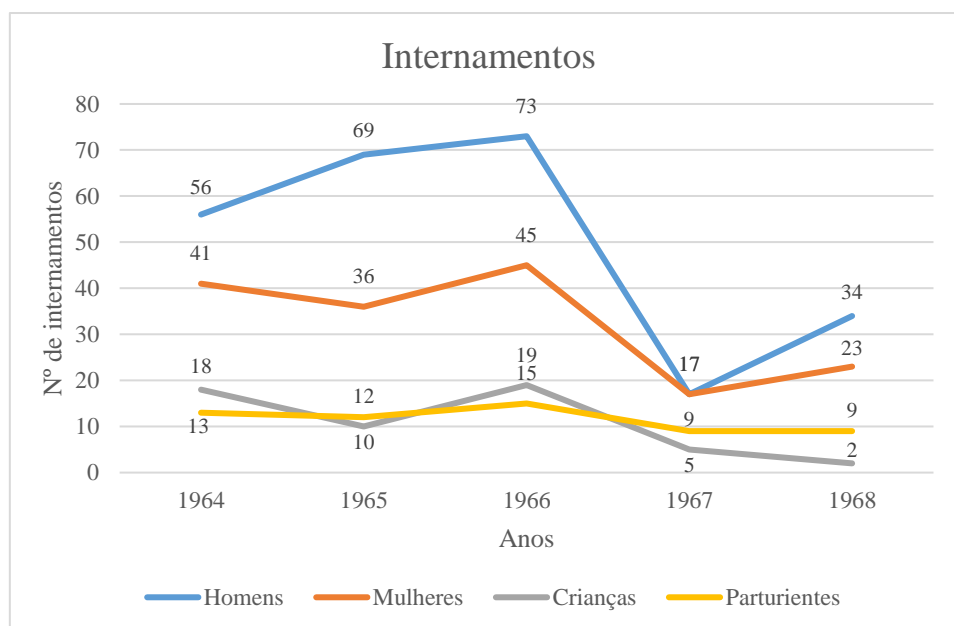


Gráfico 4 - Internamentos na Casa de Saúde (Posto Médico) de 1964 a 1968.

Em 1961, encontra-se referido que o médico Dr. Dias Tavares trabalhava juntamente com o engenheiro da mina nos trabalhos e obras relacionadas com a saúde, o que reforça que esta Administração, teria realmente uma enorme preocupação em procurar ter as melhores condições possíveis para os seus trabalhadores, dado que havia o maior interesse empresarial em manter no ativo os trabalhadores, fonte do rendimento da empresa⁵².

Nos anos de 1962 e de 1967 encontram-se registos sobre a instalação de telefones nas habitações de dois enfermeiros, pressupondo-se que o seu trabalho era prestado 24h, ou seja, conforme a necessidade, ideia reforçada pela planta de 1971 onde se vê um quarto de farmacêutico anexo à farmácia, o que mais uma vez permite supor que este serviço seria também prestado de dia e noite⁵³.

Outros cuidados, relacionados com a saúde, eram tidos em conta. Por exemplo, de modo a evitar piolhos e sarna, o cabelo dos mineiros era cortado à “máquina zero” e colocada uma pomada de enxofre para tratamento (José Alberto Teixeira Pinto *in* CARMO & PINTO, 2003).

⁵² Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

⁵³ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964) e Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

Em 1964 o posto de saúde passa a funcionar como serviço da Federação das Caixas de Previdência (Figura 27 e Figura 28 – Exemplo de Ficha da Caixa de Previdência.), da Companhia de Seguros Tranquilidade e do Montepio do Pessoal da Mina do Lousal⁵⁴. E em 1965 também funcionam os serviços da Federação das Caixas do Pessoal da Mina⁵⁵. Como diz, José Estevão, os casos mais graves eram enviados para Lisboa, para a Companhia de Seguros ou para o Hospital de S. José (*in* CARMO & PINTO, 2003).

The image shows two examples of social security forms from the Caixa de Previdência. The left form is a 'Ficha de Identificação' for Paulo Rosa da Graça, born 30/11/1952, residing in Lousal. The right form is a 'Pessoas de Família com Direito à Assistência Clínica' form, listing family members and their clinical assistance status.

Figura 27 e Figura 28 – Exemplo de Ficha da Caixa de Previdência.

A estes serviços ainda se acrescentam os serviços de assistência social. Em 1970, entra em funções uma assistente social diplomada, contratada no ano anterior, de modo a melhorar os problemas sociais da população do Lousal⁵⁶. O que mais uma vez demonstra a preocupação social existente entre os responsáveis para com os seus trabalhadores e população do Lousal. Note-se que em 1970, cerca de 44% da população nacional, não estava coberta pela segurança social e de saúde. O Estado começa a assumir os encargos financeiros, sendo que em 1974 estes correspondiam a 41% dos gastos, sendo os restantes cobertos pela Previdência (Segurança Social) e, em 1978, o Estado participa com 86% dos encargos e a Previdência os restantes 14% (SAMPAIO & CAMPOS, 1980).

Outros serviços, nomeadamente os de estomatologia, eram prestados uma vez por semana, por Graziela Pascoa Geraldês e António Guerreiro Fernandes, trabalhadores provenientes da povoação de Alvalade (concelho Santiago do Cacém,

⁵⁴ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

⁵⁵ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

⁵⁶ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 8 (1967-1971).

distrito de Setúbal), e pagos pela Caixa de Previdência, através de credencial. No entanto, estes serviços eram muitas vezes prestados por outras pessoas sem formação⁵⁷. Estes serviços têm especial importância, pois referem-se a uma época em que os tratamentos dentários passavam, essencialmente, por arrancar dentes, tarefa geralmente prestada por indivíduos sem formação. *“Segundo relatos antigos, cabia aos barbeiros a incumbência de extração dentária. As técnicas eram rudimentares, sem instrumentos sofisticados e sem utilização de anestesia”* (DURÃO & VILHENA, 2007).

Embora o posto médico se tenha mantido em funcionamento, quando o médico permanente saiu em 1972, os serviços de enfermagem ficaram sobrecarregados. Para o substituir entra, em 1973, Vasco Artur Ferreira Correa d’Almeida, que permanece apenas por uns meses, sendo em 1975, substituído por Herberto Álvaro Armada de Meneses, que continua até 1977, acabando por ser o último médico contratado pela administração da mina.

A dificuldade da Empresa em recrutar um médico privado fez com que os serviços passassem a ser assegurados pela Caixa de Previdência, que dispunha de um clínico o qual realizava duas horas de serviço diário. Uma vez que esta assistência não satisfazia as necessidades básicas aos serviços médicos da mina, os trabalhadores recorriam a serviços externos, nomeadamente deslocando-se aos hospitais regionais⁵⁸.

A partir de 1979, após o 25 de Abril de 1974, os serviços de saúde deixam de ser da responsabilidade da Empresa, como eram desde o início, passando para a tutela do Serviço Nacional de Saúde (SNS)⁵⁹. O Estado começava a assumir os encargos da saúde nacional gradualmente, conseguindo através da criação desse serviço, cobrir todo o país com um sistema de saúde público.

Assim, os serviços existentes no Lousal são remodelados, aproveitando os recursos humanos existentes, nomeadamente os médicos, com reaproveitamento das instalações e equipamentos existentes (SAMPAIO & CAMPOS, 1980). De novos

⁵⁷ Entrevista realizada a Joana Férias, ex-escriturária dos Serviços Médicos do Lousal.

⁵⁸ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 9 (1971-1974).

⁵⁹ Anteriormente à criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a assistência médica competia às instituições privadas, serviços médico-sociais da Previdência ou até às próprias famílias. Os serviços do SNS procuram promover a saúde da população a nível nacional tendo sofrido ao longo dos anos influência de conceitos políticos, económicos e religiosos das diferentes épocas. <https://www.sns.gov.pt/sns/servico-nacional-de-saude/>, acedido em 31/01/2018.

trabalhadores de saúde não se encontram registos, uma vez que estes já não eram contratados pela Empresa, mas sim pertencentes ao SNS. As instalações originais foram utilizadas até ser concluído um novo espaço para albergar estes serviços, facto que ocorreu em 1999⁶⁰.

Com o encerramento da mina, em 1988, a aldeia mineira do Lousal perdeu imenso ao nível dos serviços médico-farmacêuticos. Atualmente o Lousal conta com uma unidade de saúde, à qual se desloca uma enfermeira duas vezes por semana e um médico uma vez por semana (Estevão *in* CARMO & PINTO, 2003). Os serviços hospitalares são disponibilizados em Grândola e a farmácia mais próxima localiza-se nas Ermidas do Sado, Santiago do Cacém.

Aquisição de Material

Dentro dos vários documentos consultados foi possível encontrar registos do material de saúde adquirido.

A compra de uma ambulância (Volkswagen com a matrícula HI-61-03) ocorreu em 1959, além de um formalizador ENES e um extrator de fetos pelo vácuo⁶¹. Ainda nesse ano é adquirido, em específico para o “gabinete da Silicose”, ou seja, para a sala destinada a tratar desta doença dos mineiros, um aparelho de determinação de poeiras, um aparelho para observações pulmonares, “Lode Spirograph D-53”, e oito máscaras “Drager”. Estes aparelhos não constam do acervo descoberto e organizado durante o desenvolver do estágio, mas pensa-se que o primeiro estará representado no filme sobre a Mina do Lousal, de 1958.

Do registo de compras para os serviços médicos, datado de 1961, consta: um aparelho de oxigeno-terapia, dois renovadores de ar Mimec, de 220 v, uma mesa cirúrgica, uma máquina de lavar roupa, uma balança de pesagem e uma craveira para medição de bebés, uma autoclave tipo *chamberland*, uma estufa elétrica, um ebulidor elétrico, um aspirador campo operatório portátil Atmozon, e um cilindro carregado com

⁶⁰ Entrevista realizada a Joana Férias, ex-escriturária dos Serviços Médicos do Lousal.

⁶¹ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

oxigénio⁶². Um ano depois, em 1962, foi a vez de utensílios para a maternidade, sem especificação, assim como a compras de um aparelho de raios infravermelhos⁶³. Mais tarde, em 1967, compra-se uma tina de vidro com tampa cromada e um fervedor de seringas e no ano seguinte um estojo médico⁶⁴.

Entre os anos 60 e 70, foi ainda possível acompanhar várias compras destinadas à segurança do pessoal: capacetes de plásticos e de fibra; máscaras para pintura à pistola de circuito aberto, contra poeiras e anti-silicogéneas; botas especiais, para trabalho de fundo e de borracha; frontais de couro e amianto; cintos de segurança; polainitas de couro; fatos impermeáveis e de ganga; luvas de couro, de P.V.C.; aventais de couro; proteção de ouvidos e óculos de segurança⁶⁵. Relativamente aos materiais de segurança pessoal, nota-se que, para além da roupa básica (assumindo que seria fato, botas e capacete), havia também proteção auditiva e ocular, tudo destinado à segurança contra acidentes de trabalho, que então era uma das principais preocupações das empresas mineiras em Portugal. O facto de que, de ano para ano, se adquirir mais material leva a querer que este se deve também, ao crescimento do número de trabalhadores, por um lado, e à preocupação de renovar o material danificado por outro.

Estes dados, para além de auxiliarem no entendimento dos serviços e condições disponibilizadas, reforçam outras informações encontradas e são especialmente importantes para questões de inventário. De referir ainda que as várias melhorias realizadas, tanto nas instalações como com a aquisição de material, permitiu o médico multiplicar a sua atividade profissional quanto à prestação dos vários serviços de exame, de inspeção, de assistência, de socorros e hospitalares⁶⁶. Dos vários serviços prestados, destacam-se em seguida a maternidade e a assistência no interior da mina. Fala-se ainda na problemática dos acidentes, por estes se acharem bastante presentes nas comunidades

⁶² Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

⁶³ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

⁶⁴ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

⁶⁵ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964); Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969); Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 8 (1967-1971) e Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 9 (1971-1974).

⁶⁶ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

mineiras, com referência ao «Búzio», e ainda, à questão da Silicose, principal doença de trabalho dos mineiros.

Maternidade

Uma das formas mais originais de apoio social seriam os serviços de maternidade, tendo em conta que, por norma, só as unidades industriais das grandes cidades dispunham deste serviço. O interesse pelo filho do trabalhador é um “*factor de unidade, de fixação e de reprodução do trabalho*” (CUSTÓDIO, 2004, p. 88).

Na maternidade, eram realizados partos e prestado apoio à parturiente que permanecia no posto entre três a quatro dias (José Estevão *in* CARMO & PINTO, 2003). As mulheres que trabalhavam, tinham direito a 15 ou 20 dias após o nascimento da criança, as mães ficavam depois em casa, onde amamentavam o bebé, quando voltassem ao trabalho (Adriano Dionísio *in* CARMO & PINTO, 2003). Recorde-se o número reduzido de internamentos das parturientes, pois pensa-se que os partos eram geralmente realizados em casa de família, por parteiras. O testemunho de Maria Rosa Conceição (*in* CARMO & PINTO, 2003), refere-se que todas as mulheres eram assistidas por Bárbara Cebola, e que no seu caso, durante uma das suas gravidezes, esta permaneceu toda a noite consigo, tendo arranjado panos, água fervida e uma tesoura para cortar o cordão umbilical. A descrição leva a crer que estes partos se tratavam de partos caseiros. A ficha de trabalhador de Bárbara Cebola não foi encontrada no acervo documental do Museu Mineiro, concluindo poder tratar-se de uma parteira que prestava serviços privados.

Tendo em conta que a maioria dos partos seriam realizados em casa, tal como era prática comum nas aldeias portuguesas, a construção de uma maternidade no Lousal por iniciativa da administração da Mina, reforça os princípios de prestação de serviços médicos e sociais providenciados pela Empresa, de forma a garantir uma melhor qualidade de vida e de prestação de serviços à comunidade. O apoio à maternidade não só é um aspeto de coesão social importante na medida em que permitia um maior apoio nos nascimentos, por serem serviços de pouca acessibilidade e apenas disponíveis nas unidades industriais das grandes cidades, mas também como forma de apoio social aos familiares dos mineiros (no sentido da sua família nuclear), promovendo a fixação das famílias ao local e assim como na perspetiva de que um dia os filhos dos mineiros se tornariam eventuais trabalhadores da própria Mina.

Assistência no interior da mina

A assistência prestada no interior da mina, destaca-se neste contexto por se tratar de algo fundamental para a comunidade mineira. Era no subsolo que se davam a maioria dos acidentes, alguns dos quais provocavam a morte. Sem assistência rápida e eficaz muitos acidentes poderiam ocasionar situações mais graves. Esta assistência é ainda hoje das principais preocupações nas minas modernas.

A primeira referência aos socorros clínicos no fundo da mina data de 1959⁶⁷. Neste ano, criaram-se pela primeira vez postos localizados nos diferentes pisos em exploração, nomeadamente, os pisos 220, 260, 300, 340 e 380, onde se dispunha de duas caixas de ambulância, enquanto nos pisos 420 e 460, de uma caixa de ambulância e no piso 420, onde se encontrava uma maca e uma caixa com dois cobertores. A caixa de ambulância continha um rolo de adesivo, álcool puro, maços de algodão hidrófilo, água oxigenada, ligaduras de gaze e ligaduras de pano. Foram igualmente reforçados os socorros na superfície, na casa da máquina do Poço 1, onde foi colocada uma caixa de ambulância, uma caixa com dois cobertores e uma maca, na casa da máquina no Poço 2, com uma caixa com dois cobertores e duas macas, na a casa da máquina do cais com uma caixa de ambulância, uma caixa com dois cobertores e uma cama. Reforçou-se ainda o posto de socorros com uma maca e uma caixa com dois cobertores. De modo a garantir a segurança, cada chefe de relevo, vigilante e encarregado dispunham de um saco com garrotes e ligaduras de gaze. Uma vez que o médico não descia ao interior da mina, ele instruía os trabalhadores, sobretudo aqueles que fossem considerados mais capazes ou os mais aptos da forma como prestar primeiros socorros em caso de acidente e em como utilizar e conservar o material disponível.

As várias melhorias realizadas permitiram que os acidentes ocorridos no subsolo mineiro tivessem uma resposta mais rápida, tal como a instrução dos trabalhadores e assistência telefónica do médico, que permitiu evitar o agravamento das lesões sofridas pelos trabalhadores e evitar cenário, bem pior, em caso de acidentes.

A mina dispunha ainda de uma ambulância Volkswagen (Figura 29), como referido anteriormente, para o transporte de feridos ou doentes graves com necessidade

⁶⁷ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 5 (1959-1964).

de assistência médica no Hospital de São José, em Lisboa, ou suportada pela companhia de Seguros (José Estevão *in* CARMO & PINTO, 2003)



Figura 29 - Imagem de ambulância c/ enfermeiro e motorista © CCVL.

Acidentes

Os acidentes eram infelizmente, uma realidade na vida dos trabalhadores mineiros, principalmente para aqueles que trabalhavam no fundo da mina. Existem vários relatos de acidentes e alguns destes graves acontecimentos estão ainda muito presentes na memória da população do Lousal.

O artigo 43^a da Lei n° 1.942, de 1936, mostra que passaram a existir mais preocupações estatais relacionadas com os acidentes de trabalho mineiros: “*As entidades patronais devem adoptar as medidas prescritas na Lei e regulamentos tendentes à prevenção dos acidentes de trabalho e à protecção da vida e integridade pessoal dos trabalhadores*”, inclusive já se previa uma compensação legal para estes casos (GUERREIRO, 1957, pág. 4).

Alguns testemunhos relatam os problemas da falta de assistência, nomeadamente Emídio José Vieira (*in* CARMO & PINTO, 2003) que relata uma situação na qual se demorou muito tempo a tirar um sinistrado das galerias, ao qual não se fez um garrote de segurança⁶⁸, acabando este por morrer. Outras testemunhas contam histórias que

⁶⁸ Ligadura, por norma de borracha, para a compressão de um membro, geralmente utilizado para sustentar uma hemorragia. “Garrote”, *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/garrote>, acedido em 26-03-2018.

mostram a solidariedade entre mineiros, nomeadamente Francisco Carvalho (*in* CARMO & PINTO, 2003) cujo relato oral revela que, após um acidente com um colega, ele próprio arriscou a vida para o tirar do sítio do acidente, o levou às costas para um piso onde se encontrava um ajudante com tábuas para o deitar e trazer para o exterior. Por sua vez, José Anacleto (*in* CARMO & PINTO, 2003) refere que muitos dos mineiros que se recusavam a trabalhar em sítios perigosos, por terem medo, eram despedidos. Sabe-se que, diariamente, o mineiro estava sujeito a pôr a sua vida em perigo, maioritariamente por necessidade e grau de pobreza dessa época. Estes relatos, por não estarem datados, levam a crer que se trata de testemunhos anteriores às melhorias do funcionamento do interior da mina ou por sua vez, os causadores destas melhorias, nomeadamente, na instrução de alguns trabalhadores e disponibilização de material de primeiros socorros destinado ao subsolo.

Quando os acidentes não eram graves, os sinistrados eram assistidos no Posto de Saúde e seguindo depois de comboio para a Companhia de Seguros, sendo a ambulância apenas utilizada para casos mais graves (José Anacleto *in* CARMO & PINTO, 2003).

Quando havia uma falta ao trabalho por doença ou acidente, o primeiro dia era pago pela Administração da Mina sendo os seguintes da responsabilidade do seguro ou, em caso de doença, pela Caixa de Previdência. No caso de falta parcial durante uma parte do dia, por motivo justificado, os trabalhadores pagavam o tempo que faltavam (Manuel Martins Caiado *in* CARMO & PINTO, 2003).

Através de dados disponibilizados nos relatórios de trabalho da mina, referentes aos anos de 1964 a 1974, criou-se um gráfico ilustrativo dos acidentes ocorridos no subsolo e na parte superficial da Mina⁶⁹.

⁶⁹ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969); Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 8 (1967-1971) e Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 9 (1971-1974).

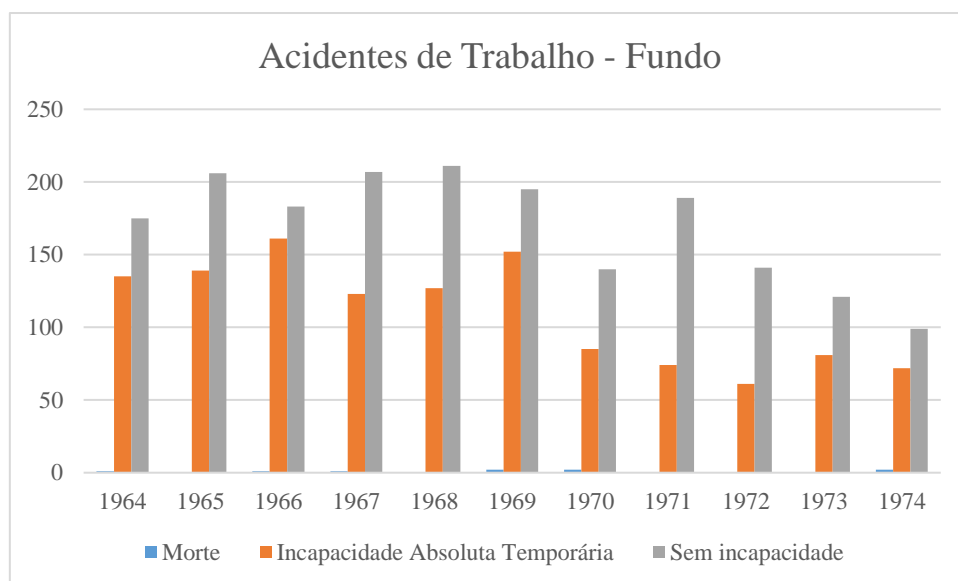


Gráfico 5 - Acidentes de Trabalho de Fundo, nas Minas do Lousal, de 1964 a 1974.

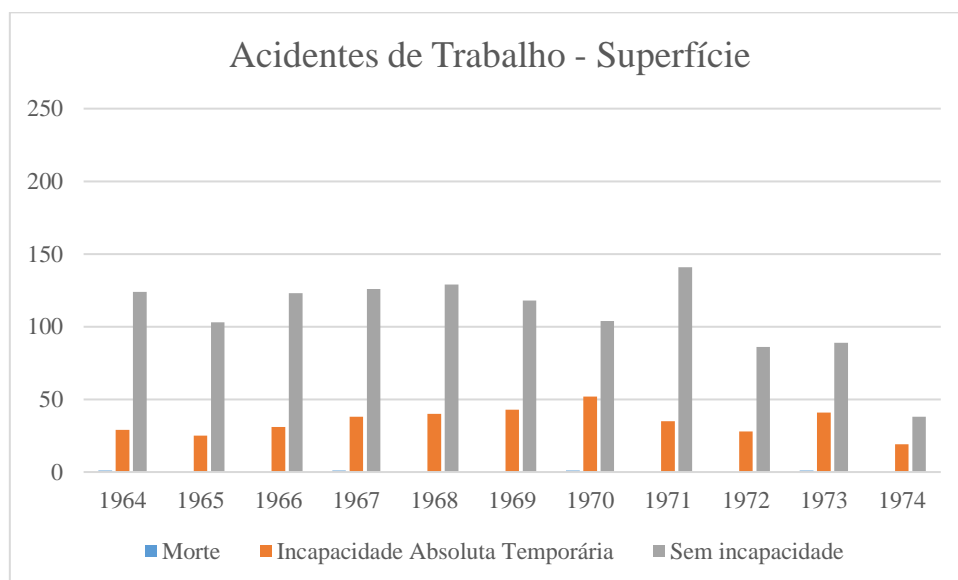


Gráfico 6 - Acidentes de Trabalho de Superfície, nas Minas do Lousal, de 1964 a 1974.

Os Gráfico 5Gráfico 6 identificam os acidentes sem incapacidade e com incapacidade. Absoluta, temporária e morte. Como seria de esperar, o número de acidentados no interior da mina é muito superior aos ocorridos no exterior. Nos últimos anos verifica-se uma diminuição considerável no número de acidentes, que advém das melhorias realizadas, nomeadamente da forma como começaram a funcionar os serviços médicos e farmacêuticos. Segundo os registos de acidentes, havia poucas mortes, sendo o máximo de duas mortes por ano.

Os dados referem-se aos anos de 1964 a 1974, únicos registos encontrados nos Relatórios de Trabalho das Minas do Lousal, pelo que não foi possível realizar uma

comparação com os anos anteriores. No entanto, como se percebeu pela recolha bibliográfica e entrevistas realizadas, as condições anteriores seriam muito piores, pelo que o número de acidentes deveria ser superior aos dos anos das *Mines & Industries*. Encontraram-se, também, estatísticas de acidentes de trabalho (Figura 30 e Figura 31), realizadas pela administração da Mina, permitindo a análise comparativa entre as situações de incapacidade resultante de acidentes no subsolo e na superfície, numa série de vários anos⁷⁰. A recolha e centralização destes documentos pode permitir um trabalho futuro mais aprofundado sobre esta temática.

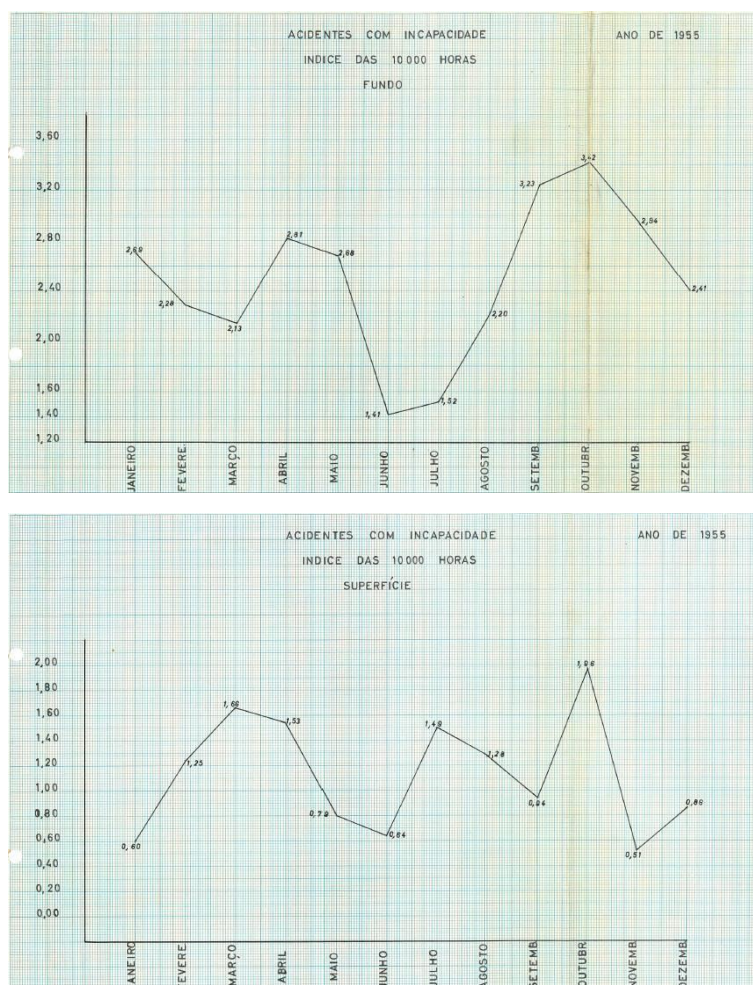


Figura 30 e Figura 31 - Acidentes com incapacidade de fundo (em cima) e de superfície (em baixo), ano de 1955 © MML.

Foram ainda vistos documentos onde se mostra como a administração documentava os acidentes ocorridos através do preenchimento de uma ficha individual (Figura 32).

⁷⁰ Estes documentos não foram trabalhados para o caso de estudo, devido à dispersão do acervo documental.

[illegible]

Figura 32 – Exemplo de Ficha de Registo de Sinistros da Sociedade *Mines et Industries* © MML.

Esta ficha, além de identificar o sinistrado, pelo nome, número, seção de trabalho, data de nascimento e data de admissão na mina, continha outras informações relevantes, como a data, a hora e o dia da semana do acidente, o local do trabalho, o trabalho executado, a circunstância do acidente, a incapacidade, a parte do corpo atingida, a natureza do acidente, a data da alta, os dias de incapacidade e os fatores ou causas do acidente.

Búzio

O “búzio” era uma sirene que marcava o cotidiano do Lousal, anunciava o início e término dos revelos e pausa de almoço. Encontrava-se localizada no topo da Central Elétrica e era o maquinista de serviço que a fazia tocar, com a pressão do vapor da caldeira. Além destas funções básicas servia ainda para anunciar a ocorrência de fogos ou acidentes. Os toques tinham horas específicas, sendo assim, os toques fora do horário, aqueles que anunciavam ou acidentes, sendo dois toques para estas ocorrências, enquanto os fogos, eram anunciados como mais de dois toques⁷¹.

Faz-se um breve apontamento sobre o búzio, uma vez que este se encontrava ligado às questões da saúde por ser uma maneira de alertar a ocorrência de um acidente.

Rosa Amâncio lembra que ao ouvir a sirene a tocar, as pessoas corriam, principalmente aquelas que tinham familiares a trabalhar. Por sua vez, José Anacleto diz que quando ocorriam acidentes haviam sinais de emergência, relembrando serem seis toques (*in* CARMO & PINTO, 2003).

⁷¹ Informação foi recolhida numa entrevista feita a Manuel João Silva por Daniela Férias de Sousa. Arquivo Municipal de Grândola, 2009.

A existência desta sirene, ao nível da saúde, era essencial para garantir o apoio aos sinistros, que devia ser prestado o mais rápido possível. O som alertava o motorista para preparar a ambulância e os enfermeiros e médico, que pudessem não estar ao serviço no momento do acidente, para virem em auxílio das vítimas. Para os familiares, embora pudesse significar algo muito trágico como a morte, era também uma maneira de se informarem sobre os seus familiares e do auxílio que necessitavam.

Silicose

A silicose é uma patologia ocupacional associada à profissão mineira, causada pela inalação de sílica cristalina. A sílica, sendo um dos principais componentes da crosta terrestre, expõe qualquer trabalhador, cuja profissão interfira com ela (como acontece no caso das minas), a potenciais riscos de saúde. Esta patologia é a principal causa de invalidez entre as doenças respiratórias ocupacionais, sendo, no caso português, a patologia respiratória mais notória. Normalmente manifesta-se depois dos 50 anos de idade, por estar ligada a uma exposição longa de inalação de sílica cristalina que ocorre devido ao tipo de profissão praticada, incidindo sobretudo nos homens ligados à lavra de subsolo (C. SANTOS et al., 2010).

No caso das Minas do Lousal, a referência à silicose, também conhecida como doença dos mineiros, encontra-se pela primeira vez em 1957⁷² nos relatórios da Empresa, sendo também nesse mesmo ano que se começaram a tomar medidas preventivas, de acordo a documentação disponível do arquivo do Museu do Lousal. Até à data não se praticava profilaxia sobre a doença, tendo sido identificados três problemas: a nível sentimental “*provocado pelo sofrimento de um elevadíssimo número de doentes*”; a nível social por ser “*surto da inutilização por doença de numerosos trabalhadores, que nada produzem e gastam mais do que gastariam se estivessem sãos*”; e ainda ao nível económico-financeiro “*relacionado com as dificuldades quase insuperáveis em que as Seguradoras se encontravam para satisfazer os encargos da compensação legal dos inutilizados.*” (GUERREIRO, 1957 pág. 2).

⁷² Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 4 (1956-1959).

Dessa forma, a Empresa passa a obrigar a uma inspeção médica no ato de admissão, na qual um portador de doenças contagiosas, propenso ao diagnóstico tuberculoso ou silicótico, não poder ser admitido nos serviços da Mina. Por outro lado, era realizada uma inspeção anual a todos os trabalhadores inscritos. O médico da mina verificava assim o estado de saúde do trabalhador para não haver colisão com o desempenho das suas funções ou que, no caso de ser portador de doenças contagiosas, não constitua perigo para outros trabalhadores. Sempre que o médico concluísse que havia diminuição de robustez de um trabalhador aconselhava à sua transferência imediata para trabalhos de superfície, de natureza mais leves, regressando posteriormente ao mesmo serviço, ou seja, admitia-se um interregno sanitário, para o doente melhorar e depois regressar às suas funções normais (José Estevão *in* CARMO & PINTO, 2003). A transferência também estava prevista para os mineiros mais idosos. Sob qualquer suspeita de caso de silicose, o trabalhador era afastado de todo o trabalho onde houvesse a possibilidade de contaminação por poeiras⁷³. A natureza grave da silicose, justificou, em 1968⁷⁴, a contratação de um pneumologista, o Dr. Gago da Silva, incumbido de realizar exames relativos às doenças profissionais. Trabalhava em consonância com o médico da Mina.

Todos os trabalhadores passaram a ter, para além da sua Ficha de Trabalhador, uma Ficha de Saúde (Figura 33, 34 e 35). Nesta ficha são registados todos os resultados das sucessivas observações médicas de modo a prevenir o agravamento da silicose ou outra doença de gravidade. Este documento de saúde continha ainda a ficha de aptidão e profilaxia da tuberculose. Também as remodelações técnicas e a aquisição de novo material, nomeadamente para os serviços radiológicos (com a aquisição do aparelho radiológico da *General Electric*⁷⁵), tinham em conta esta problemática.

⁷³ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 4 (1956-1959).

⁷⁴ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 7 (1963-1969).

⁷⁵ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 4 (1956-1959).

FICHA INDIVIDUAL

MINES ET INDUSTRIES, S. A.
LOUSAL

SERVIÇOS MÉDICOS

NOME E NÚMERO

ANTONIO DA CONCEIÇÃO JORGE

Estado Solteiro Data de nascimento 21 / 9 / 1948 Beneficiário N.º

Serviço Superfície - Faleiros Profissão Trabalhador c/cont. c/ prazo

Residência Minas do Lousal

AGREGADO FAMILIAR

	NOME	Data Nascim.	Estado	Parentesco	OBSERVAÇÕES
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					

MINES ET INDUSTRIES, S. A.
LOUSAL

SERVIÇOS MÉDICOS

N.º 16

PROFILAXIA DA TUBERCULOSE

Nome do examinado António da Conceição Jorge

N.º 16

Radiografia ☒ Radioscopia ☐

Resultado do exame Sem sinais pulmonares

Sinais cardíacos normais



Ficou em tratamento?
Sim — Não

Data 18 / 5 / 1971

O Médico,

MINES ET INDUSTRIES, S. A.
LOUSAL

SERVIÇOS MÉDICOS

FICHA DE APTIDÃO

Nome António da Conceição Jorge

Profissão Trabalhador Idade 22 Nascido a 21 / 9 / 1948

TIPO DE EXAME

Admissão ☒ Transferências ☐

Periódico ☐ Regresso ao trabalho ☐

CONCLUSÃO

Apto ☐ Inapto ☒ Temporário ☒ Definitivo ☐

Observações Deu este apto temporário devido a poder trabalhar

Data 18 / 5 / 1971

O Médico,

Figura 33, Figura 34 e Figura 35 – Exemplo de Ficha de Saúde da Sociedade *Mines et Industries* ©MML.

São ainda realizadas algumas alterações, com vista a diminuir ou impedir o agravamento desta doença, nomeadamente com a proibição de trabalhar com perfuradoras e martelos pneumáticos sem injeção de água, a revisão e a remodelação do plano de ventilação da mina e também a imposição da utilização de máscaras faciais sempre que nos trabalhos existissem poeiras⁷⁶. A partir de 1957 e até 1963 encontram-se registados números referentes à silicose contraída na Mina, nomeadamente o número de examinados, de casos de doença e de doentes observados (Gráfico 7).

⁷⁶ Cf. LNEG – Circunscrição Mineira do Sul. Mina do Lousal, Proc.º 312 - E[exploração] – Livro 4 (1956-1959).

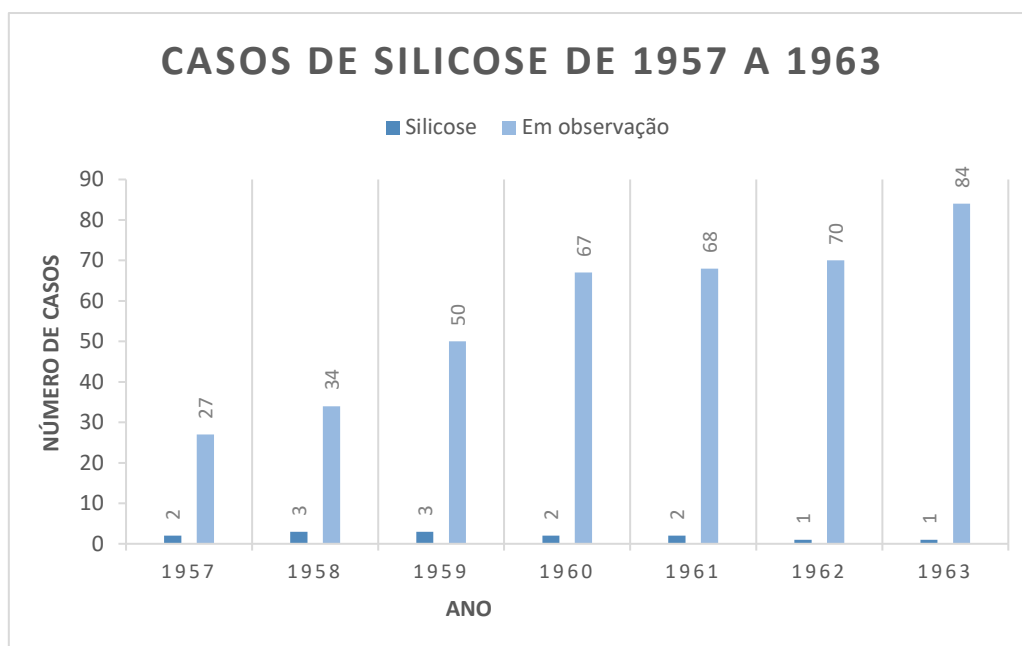


Gráfico 7 - Número de Casos de Silicose (certa e em observação) referente aos anos 1957 a 1963.

Através desses dados fez-se uma estatística que comprova que embora se observe que os casos de silicose se mantivessem semelhantes de ano para ano, variando entre os dois/três casos de silicose certa, o número em observações triplica num espaço de seis anos. Registos de 1963, referem que os elevados números de casos em observação se devem ao facto de que, a partir desse ano, os mesmos estarem à responsabilidade da Caixa Nacional de Segurança das Doenças Profissionais, tendo as Companhias de Seguros passado os dados sobre os indivíduos que julgassem ter propensão para adquirir doenças profissionais. No entanto, pensa-se que não será assim tão simples, uma vez que se verifica que o número de casos de doença triplica em apenas seis anos. Note-se o facto de a doença poder não manifestar alterações funcionais respiratórias, numa fase inicial (C. SANTOS et al., 2010).

A silicose teve um grande peso na comunidade mineira por não existir terapêutica específica para a doença, passando apenas pela aposta em medidas preventivas, sendo que o afastamento dos locais de trabalho não impedia a evolução do processo pneumoconiótico⁷⁷ (C. SANTOS et al., 2010). O mineiro não morria no trabalho, mas morria por causa dele.

⁷⁷ Processo de inalação de poeiras fibrogénicas ou pneumoconióticas, como o caso da sílica, que “provocam reacções químicas ao nível dos alvéolos pulmonares, dando origem a doenças graves (pneumoconioses)” (LOPES, 2011, p.5).

Capítulo V – “Casa de Saúde”: a Exposição e o Núcleo Museológico

“O atraso português em matéria de valorização cultural do património mineiro é uma explicação para o estado actual das minas abandonadas. Num país em que o inventário do seu património se encontra quase todo por fazer e em que o património arquitectónico só recentemente passou a ser objecto de políticas de conservação, valorização e restauro.” Jorge Custódio (2005, pág 152).

Ao contrário da maioria dos casos, o Lousal, é um caso de sucesso, que contraria o habitual abandono, e continua a desenvolver trabalho para a preservação do património e sua conservação, como é com o caso da exposição “Casa de Saúde”. Este capítulo destina-se à apresentação da exposição “Casa de Saúde” que reflete o trabalho de estágio realizado, trabalho que está na origem desta dissertação de mestrado. Após identificar os ciclos funcional e cultural das minas do Lousal, e de se entender que a Mina, dentro do seu vasto património, contém um património social singular, que foi identificado e estudado na sua vertente médico-farmacêutica, pretende-se agora descrever o processo de preservação e exposição do acervo trabalhado, como modo de valorizar, proteger e dar a conhecer a vertente do património social das Minas do Lousal.

A exposição “Casa de Saúde”⁷⁸, foi uma iniciativa e um investimento cultural do Centro e Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência, cujo Comissariado, Textos e Projeto Museográfico foi da responsabilidade de Ana Fidalgo, autora desta dissertação de mestrado. Teve a Orientação Científica de Jorge Custódio e a revisão de textos de Jorge Custódio, de Jorge Relvas e de Álvaro Pinto. A tradução dos textos esteve a cargo da empresa AP| Portugal e o design deveu-se a Ricardo Rufino.

⁷⁸ A exposição foi a materialização de um trabalho de estágio, decorrente dos anos 2016/2017, que envolveu a Associação Centro de Ciência Viva do Lousal e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. O acompanhamento do estágio foi entregue ao orientador da dissertação de mestrado, Professor Jorge Custódio, e consistiu no estudo, reabilitação, preservação, inventário, conservação e exposição do acervo médico-farmacêutico, pertencente aos serviços médico-sociais das Minas do Lousal.

Missão da Exposição

A exposição tem como missão promover o acesso ao património social mineiro através da investigação, conservação e exposição de uma coleção referente aos serviços médico-farmacêuticos prestados nas Minas do Lousal, durante o seu funcionamento. A exposição preserva e reabilita património mineiro e permite contacto com o universo das minas e dos mineiros.

Tem também o objetivo de promover os interesses da comunidade oferecendo atividades de lazer alternativas onde indivíduos ou grupos podem encontrar experiências valiosas; fornecer provas de entrega responsável de coleções se um doador deseja doar objetos ao museu⁷⁹, na medida em que uma exposição devidamente apresentada confirma a confiança pública na instituição museal como um lugar de conservação e preservação cuidadosa; e também como suporte financeiro à instituição, na medida em que as exposições justificam a existência de um museu e do seu apoio contínuo (DEAN, 1996). Pode-se ainda acrescentar que a exposição procura ampliar a oferta cultural já disponibilizada pela instituição.

A exposição vai também de encontro com a própria missão do CCVL, missão comum dos vários Centros da Rede Ciência Viva, isto é, “promover o aceso generalizado à cultura científica para o exercício pleno da cidadania”⁸⁰. É também de notar que alguns destes Centros, tal como o CCVL, se encontram em espaços de importância cultural, tendo ainda a missão acrescentada de reabilitar, preservar e promover culturalmente esses espaços. No caso do Lousal, havia já anteriormente no espaço um espaço museológico – Central Elétrica – -, que ficou posteriormente à responsabilidade desta instituição. Esta exposição mostra que o CCVL, além de cumprir a sua missão de promoção de cultura científica ligada às minas (tendo especial foco na geologia e nas ciências naturais), procura ainda desenvolver outros tipos de ações ligadas ao património mineiro, que não se encontram obrigatoriamente ligadas às

⁷⁹ A doação de objetos pode verificar-se por parte da própria comunidade do Lousal, que pode oferecer os objetos pessoais, como por exemplo, material de trabalho ou outros objetos guardados aquando o encerramento das minas, mas também de outros mineiros que tenham vontade de ofertar objetos de interesse cultural.

⁸⁰ Ciência Viva. (n.d.). Missão. No sítio: <http://www.cienciaviva.pt/cienciaviva/missao.asp> acedido a 08/01 / 2018.

ciências naturais, mas às ciências sociais e humanas, como é o caso do património social.

Faseamento da Exposição

Para explicar o processo de criação da exposição foi seguido o modelo descrito por David Dean (1994). A exposição encontra-se dividida em três fases: 1) fase conceptual - onde se apresenta a ideia e os recursos; 2) fase de desenvolvimento - onde se cria o plano, a estratégia para a sua realização e é iniciada a sua produção, momento em que a ideia e o plano são aplicados; 3) fase funcional – engloba a etapa após a abertura da exposição ao público, onde se avaliam o cumprimento dos objetivos e se criam condições para o seu bom funcionamento (DEAN, 1996).

Fase Conceptual

A fase conceptual, tal como o nome indica, é a fase onde se define o conceito da exposição, que tem início na junção de ideias/vontades que vão de encontro com a missão da instituição e onde são avaliados os recursos disponíveis (DEAN, 1996).

Assim, era da vontade da presidência e direção do CCVL, criar novos conteúdos para o museu, querendo que o ano de 2017 fosse mais uma vez dedicado ao Museu, uma vez que o anterior (2016) foi dedicado à reabilitação do Motor Carels, apresentado no aniversário do Centro e o antecedente, à inauguração da abertura da Galeria Mineira ao público (2015). Iniciativas que mostram o contínuo cuidado em promover novas ofertas culturais e constante melhoria da instituição, sendo cada vez mais um polo pluridisciplinar de promoção de várias vertentes culturais e importante impulsionador da zona, como destino cultural, na rota mineira portuguesa.

Sendo o CCVL sócio da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, associação criadora do projeto museológico inicial do Museu, tornou-se, mais uma vez óbvio a união entre ambas as instituições quanto à continuidade do apoio e, neste caso, à criação da exposição. Uma vez que havia essa vontade, foi necessário estudar os recursos para a sua realização, o que foi relativamente fácil, sendo que existe muito acervo disponível e por trabalhar. Deste modo, e uma vez que se gostaria de trabalhar algo que contasse a história da vida dos mineiros e, sabendo da existência de vários

objetos ligados aos serviços de saúde, ficou assim estipulado que seria esse o conceito a seguir.

Convencionado o conceito da exposição e havendo recursos disponíveis passou-se à fase de desenvolvimento.

Fase de Desenvolvimento

Na fase de desenvolvimento cria-se o plano a seguir e inicia-se a produção da exposição aplicando-se o conceito definido na fase anterior. Por norma, quando se cria uma exposição sabem-se exatamente quais os recursos disponíveis, neste caso apenas se tinha uma ideia do acervo (não se sabendo qual seria a totalidade do mesmo) e do que poderia vir a ser feito. Foi durante o processo de desenvolvimento que se foi definindo e ampliando o conceito inicial, criando uma ideia mais clara e definida daquilo que se pretendia fazer. É necessário ter em conta que este acervo não se encontrava em condições para ser exposto, tendo sido necessário um processo de preservação, que preparasse dos objetos para a sua exposição.

Preservação

Para a realização desta exposição foi então necessário todo um trabalho de preservação. *“Preservar significa proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação. Na museologia, a preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração.”* (DESVALÉES & MAIRESSE, 2013, pág. 79). Passa-se a descrever os vários processos de preservação realizados.

1. Identificação e recolha

Preservar significa proteger, e um dos modos de proteção é a reunião dos objetos. O primeiro passo tomado foi a identificação, como forma de reunir os objetos que iriam constituir o acervo a tratar. Os objetos encontravam-se num armazém, pertencente às antigas minas, sem condições de acondicionamento ou proteção, estando

bastantes sujos e alguns com sinais de degradação, nomeadamente ferrugem (Figura 36, 37, 38 e 39). Embora se encontrassem sem as condições apropriadas, estavam guardados numa infraestrutura e reunidos num espaço comum. O facto de se encontrarem guardados e sem acesso ao público, evitou possíveis roubos, degradações mais agravadas ou mesmo a dissociação ou dispersão⁸¹.



Figura 36, 37, 38 e 39 - Identificação dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo.

Sendo que os objetos se encontravam reunidos num único espaço a sua identificação foi facilitada. Foi possível identificar facilmente, aparelhos de raios-X, camas, berços, etc. Pensava-se que esta seria a totalidade do acervo, no entanto foi encontrado mais tarde, dentro do mesmo armazém, mas num local diferente, um conjunto de porta-compressas e ainda um enorme acervo que se pensa terem pertencido ao laboratório químico das Minas do Lousal, contendo alguns frascos de substâncias de uso medicinal.

A recolha dos objetos (Figura 40 e 41) foi feita de forma faseada, em conjunto com o processo de limpeza, visto os objetos estarem demasiado sujos para serem

⁸¹ Quem foi o responsável pelo armazenamento destes objetos ou a razão pela qual eles se encontravam guardados, não foi possível apurar.

colocados num novo espaço. Começou-se por transportar os de menor dimensão e mais fáceis de levar à mão, por vezes com apoio de um carrinho para transporte de carga. Os objetos foram selecionados, retirados, limpos e acondicionados num novo espaço. Quando acondicionados eram fotografados para efeitos de inventário.



Figura 40 e 41 - Recolha dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo.

Os objetos de maiores dimensões ou peso implicaram ajuda extra e aluguer de uma carrinha para transporte. Estes objetos (máquinas ou equipamentos), como foi o caso dos raios-X, foram deixadas para último lugar. Este processo foi feito num dia e implicou duas idas ao armazém. O número de dias de trabalho implicados para os restantes objetos não foi fácil de precisar, pois muitos deles foram encontrados mais tarde, tendo sido os últimos a receberem tratamento, já nas vésperas da montagem da exposição.

2. Conservação de base e acondicionamento

A conservação e acondicionamento são processos de preservação dos objetos, que o museu deve garantir, como forma de prestar condições adequadas e promover medidas de preservação necessárias ao seu acervo. Neste ponto descreve-se o processo que sucede ao processo de identificação e recolha. Neste caso a conservação e acondicionamento realizam-se em simultâneo com a recolha dos objetos, nomeadamente a sua limpeza e acondicionamento. Segundo o Art.º 30 da Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 19 de Agosto de 2004, o museu “*deve possuir reservas organizadas, de forma assegurar a gestão das colecções tendo em conta as suas especificidades*” e “*instaladas em áreas individualizadas e estruturalmente adequadas,*

dotadas de equipamento e mobiliário apropriados para garantir a conservação e segurança dos bens culturais”⁸². Uma vez que o Museu não conta com estas condições, procurou-se acondicionar as peças num lugar mais apropriado, que diminuísse a sua degradação, acautelando a sua conservação.

Dada a sujidade extrema como se encontravam, foi obrigatório realizar uma limpeza profunda. Os objetos foram categorizados em dois grupos, consoante os seus materiais e dimensões, assim foram limpos com água ou com pincéis de modo a retirar o máximo de sujidade possível.

Os objetos de grande dimensão e de materiais resistentes como ferro, podendo ter, na sua constituição, outros materiais como vidro ou madeira, foram submetidos a uma lavagem com água e detergente, para algumas sujidades incrustadas, e esponja ou escova. Não havendo ponto de água no próprio armazém encontrou-se um local próprio, com acesso a uma saída de água e uma ligação elétrica, para pôr a funcionar uma máquina de pressão de água, e proceder à limpeza. As figuras 42 e 43 mostram o local da limpeza dos objetos e o processo utilizado.



Figura 42 e 43 - Limpeza dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo.

Considera-se que o uso destes métodos ou o local não foram os mais indicados. No entanto, a falta de condições apropriadas e falta de recursos humanos (apoio pontual por um estagiário do CCVL), quantidade de material e, essencialmente, a perigosidade

⁸² Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

da sujidade, (dado esta advir da sua exposição às condições do antigo armazém, frequentado por pássaros, cobras e ratos, e poderem constituir perigo para a saúde humana) levou à decisão da utilização destes materiais/utensílios para efetivar a limpeza. Outra razão pela qual também se utilizou este método, foi o facto dos objetos ainda se encontrarem, na sua maioria, em muito bom estado de conservação, não havendo perigo de danos, como por exemplo, o levantamento de tinta. De notar que a utilização desta máquina foi feita com baixa pressão por forma a evitar quaisquer efeitos sobre o material. Ainda quanto à tinta dos objetos, foi possível notar que eles já tinham sido submetidos a pintura mais recente, sendo que alguns não se encontravam na cor original - “casca de ovo” – mas pintadas de branco⁸³. Na figura x apresenta-se um exemplo de um carrinho de mão para a botija de oxigénio, onde se nota um pedaço de tinta mais recente, propositadamente arrancado, que tapava a pintura original, desvendando assim, o fornecedor ou fabricante do objeto em questão, por via da marca registada, informação de extrema importância para efeitos de inventário e revelando dois momentos históricos da peça, por via da mudança de cor.



Figura 44 e 45 - Pormenor de peça do acervo (carrinho de mão para botija de oxigénio), 2016 ©Ana Fidalgo.

Os objetos de menor dimensão e os materiais menos resistentes como papel/cartão, estando essencialmente ligados à área da farmácia, foram submetidas a uma limpeza com pincéis de cerdas sintéticas⁸⁴ como modo de retirar a maior quantidade possível de sujidade.

⁸³ Desconhece-se o motivo pela qual estas foram pintadas, talvez por razões de envelhecimento e solução mais económica de manutenção.

⁸⁴ Utilizaram-se três tipos de pincéis de cerdas sintéticas, um grande com pontas espalmadas, e dois pequenos com as pontas redondas.



Figura 46 e 47 - Limpeza dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo.

Durante todo o processo de limpeza foram utilizados materiais de proteção pessoal sendo que todo o material utilizado se encontra discriminado na Tabela 1, em baixo.

Tabela 1- Identificação de Material utilizado na limpeza do acervo.

Material	Quantidade	Utilização
<i>Balde de plástico</i>	2	Lavagem c/ água
<i>Bata</i>	5	Proteção pessoal
<i>Carrinho de cargas</i>	1	Transporte
<i>Carro</i>	1	Transporte
<i>Desengordurante</i>	2	Lavagem c/ água
<i>Detergente</i>	1	Lavagem c/ água
<i>Escova</i>	1	Lavagem c/ água
<i>Esponjas</i>	4	Lavagem c/ água
<i>Luvas borracha</i>	10	Proteção pessoal
<i>Luvas latex</i>	16	Manuseamento dos objetos e proteção pessoal
<i>Máquina de pressão de água</i>	1	Lavagem c/ água
<i>Máscara</i>	6	Proteção pessoal
<i>Pincel médio</i>	1	Retirar pó em excesso
<i>Pincel pequeno</i>	2	Retirar pó em excesso

Tendo em conta que “a conservação e o restauro de bens culturais incorporados ou depositados no museu só podem ser realizados por técnicos de qualificação legalmente reconhecida, quer integrem o pessoal do museu, quer sejam especialmente contratados para o efeito”⁸⁵ o processo de conservação/reabilitação dos objetos teria sido idealmente realizado por um restaurador e, teriam sido submetidos a um restauro como forma de os devolver ao seu aspeto original. No entanto, considerou-se que não se

⁸⁵ Art.º 31 da Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto..

devia interferir com a sua substância, forma, realidade material, nem instância histórica⁸⁶ e apenas sujeitá-los a uma limpeza que permitisse a sua exposição, sendo que aquele processo não deixa de ser uma medida de preservação por garantir a melhor conservação dos objetos evitando assim a sua degradação.

Após a limpeza, os objetos foram gradualmente acondicionados numa sala, (Sala 7⁸⁷), espaço temporariamente cedido para o seu depósito mais criterioso. Mais tarde foram deslocados para a Sala 6, com as mesmas características da anterior e que se encontrava disponível e sem uma função específica. Este local serve atualmente de reserva, dos objetos que não foram expostos, procedendo-se ao seu melhor acondicionamento.

Os processos de recolha, limpeza e acondicionamento, foram efetuados de modo gradual, ou seja, um dia recolhiam-se objetos, passava-se à sua limpeza e mais tarde depósito, no dia seguinte efetuava-se o mesmo processo para novos objetos. Durante este processo procedeu-se ao registo fotográfico e à medição para efeitos de inventário (Figura 48 e 49).



Figura 48 e 49 - Registo fotográfico dos objetos que constituem o acervo, para inventário 2016 ©Ana Fidalgo

3. Inventário

O inventário museológico é a “*relação mais ou menos exaustiva de todos os objectos que constituem o acervo próprio da instituição*” tendo como objetivo “*a identificação individualizada de cada uma das peças dentro das colecções que constituem o acervo museológico*”, e que deve “*ter em conta os princípios básicos de*

⁸⁶ Atendendo aos conceitos da Teoria do Restauro de Cesare Brandi (BRANDI, 1963).

⁸⁷ A Sala 7 é normalmente utilizada para fazer atividades do CCVL, nomeadamente experiências científicas com grupos escolares.

normalização internacionalmente adoptados no âmbito da Museologia, salvaguardando, no entanto, as particularidades dos acervos e a vocação específica das diferentes instituições que os albergam.” (PINHO & FREITAS, 2000, pág. 15).

Na Tabela 2 enumeram-se os materiais usados para a sua realização.

Tabela 2 - Identificação de Material utilizado no inventário do acervo.

Material	Quantidade	Observações
<i>Computador</i>	1	Registo
<i>Luvas de latex</i>	20	Manuseamento dos objetos e proteção pessoal
<i>Bata</i>	4	Proteção pessoal
<i>Máquina fotográfica</i>	1	Registo
<i>Acrílico</i>	1	Manuseamento dos objetos
<i>Fita Métrica</i>	1	Medição dos objetos
<i>Máscara</i>	6	Proteção pessoal

Sendo que “os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objeto de elaboração do correspondente inventário museológico”⁸⁸ todos os objetos deste acervo específico foram alvo de inventário (Anexo 3).

Uma vez que não foram encontrados quaisquer inventários anteriores ou posteriores à criação do Museu Mineiro do Lousal⁸⁹, foi necessário criar uma metodologia de inventariação que servisse de modelo e que pudesse responder às particularidades deste fundo ou coleção. O método é explicado na Tabela 3, que contém a discriminação do conteúdo de cada peça, um dos pontos da ficha de inventariação.

⁸⁸ Art. ° 15 da Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

⁸⁹ Embora alguns objetos do acervo não inventariado do Museu tivessem autocolantes com números de inventário, há a hipótese dos objetos terem sido, anteriormente, alvo de inventário por parte da equipa liderada por Alfredo Tinoco. Não se encontrou, no entanto, nenhuma documentação comprovativa.

Tabela 3 - Discriminação do conteúdo de cada um dos pontos da Ficha de Inventariação.

Itens	O que deve constar	
Identificação	Instituição/Proprietário	Identificação da instituição/proprietário da peça a inventariar
	Endereço	Identificação do endereço da instituição/proprietário da peça a inventariar
	Nº de Inv.	Identificação do número de inventário da peça constituído por letras e números, ex: MMLACS000 ⁹⁰
	Produtor	Identificação do produtor da peça a inventariar
	Denominação	Identificação da peça a inventariar
	Localização	Identificação da localização da peça ⁹¹
	Uso Original	Identificação do uso que a peça a inventariar tinha anteriormente ⁹²
	Uso Atual	Identificação do uso que a peça a inventariar tem atualmente ⁹³
Registo da Fotografia	Registo fotográfico	Fotografia da peça a inventariar
	Tipo	Identificação do tipo de fotografia da peça a inventariar ⁹⁴
	Nº Inv. Fotográfico	Identificação do número de inventário da fotografia da peça a inventariar constituído por letras e números, ex: MMLAD000 ⁹⁵
	Localização	Identificação da localização da fotografia da peça a

⁹⁰ O número de inventário refere-se ao Museu Mineiro do Lousal (nomeadamente as letras MML) e ao acervo, (nomeadamente com as letras ACS) significando Acervo da exposição Casa de Saúde e números que foram cedidos conforme os objetos iam sendo inventariados.

⁹¹ O registo da localização da peça permite saber onde esta se encontra, podendo alternar entre em exposição, em depósito ou outro, como, em regime de empréstimo.

⁹² A identificação do uso anterior permite mais detalhes sobre o objeto, nomeadamente quanto ao seu uso, podendo neste caso alternar entre uso hospitalar ou uso farmacêutico.

⁹³ A identificação do uso atual informa-nos que a peça atualmente faz parte de um acervo museológico.

⁹⁴ Identificar o tipo de fotografia informa-nos sobre o seu formato, neste caso, será o digital.

⁹⁵ Idêntico ao número de inventário da peça, mas desta vez com referência ao acervo digital (sendo substituídas as letras ACS por AD).

Descrição		inventariar ⁹⁶
	Data	Data da fotografia da peça a inventariar
	Autor	Autoria da fotografia da peça a inventariar
	Descrição	Descrição detalhada da peça a inventariar
	Data da Peça	Identificação da data em que a peça a inventariar foi produzida
	Data da Aquisição	Identificação da data da aquisição da peça a inventariar ⁹⁷
	Área	Identificação da área em que se insere a peça a inventariar ⁹⁸
	Categoria	Identificação da categoria em que a peça a inventariar se insere ⁹⁹
	Dimensões	Identificação das dimensões (altura, comprimento e largura) da peça a inventariar em cm.
	Estado de Conservação	Identificar em que condições se encontra a peça após intervenção
Outros Registos	Intervenções realizadas/Data	Identificar as intervenções a que a peça a inventariar foi sujeita com registo da data em que a intervenção foi realizada
	Tipo de Registo/Data	Identificar registos da peça ¹⁰⁰
Marcas	Acondicionamento	Identificar onde se encontra acondicionada a peça a inventariar ¹⁰¹
	Imagem	Fotografia de marcas que se encontrem peça a inventariar ¹⁰²
Bibliografia	Descrição	Descrever a fotografia da marca da peça a inventariar ¹⁰³
	Bibliografia	Identifica bibliografia utilizada para a realização do inventário ¹⁰⁴
Observações	Observações	Espaço para notas de informação pertinente que não conste nos pontos acima definidos

⁹⁶ Todas as fotografias, para maior segurança, encontram-se guardadas, de modo on-line na *Cloud* do CCVL.

⁹⁷ Considera-se a data de aquisição, a data de inauguração do CCVL, quando os objetos passaram para a sua tutela.

⁹⁸ Identificar a área da peça permite diferenciar entre os vários serviços prestados como, maternidade, clínica geral ou estomatologia.

⁹⁹ Identificar a categoria da peça permite diferenciar a tipologia do objeto, por exemplo, mobiliário, utensílio, máquinas, entre outros.

¹⁰⁰ Permite identificar outros registos em que a peça apareça como é o caso de alguns objetos que aparecem no filme de época, datado de 1958, referente às Minas do Lousal.

¹⁰¹ Identificar o acondicionamento permite identificar onde esta se encontra acondicionada, no caso específico, aquelas que não se encontram expostas, e que foram acondicionadas na Sala 6 (sala pertencente ao CCVL).

¹⁰² Identificação fotográfica de marcas permite ilustrar aquilo que se identifica no ponto seguinte.

¹⁰³ Identificar o tipo de marcas acrescenta informação à peça, visto terem logotipos ou marcas de produtores ou mesmo numerações de fabrico. O último ponto serve para as identificar, sendo também feito um registo fotográfico daqueles pormenores.

¹⁰⁴ Neste ponto, além de identificar a bibliografia onde a caracterização de certos objetos se baseou, serve também para identificar acervo idêntico existente noutros museus.

Nas fichas, em rodapé, encontra-se o nome do responsável pelo inventário e data em que foi realizado o registo. Nas Figura 50 e 51 pode-se ver um exemplar de uma ficha de inventário correspondente ao objeto com o número de inventário MMLACS001.

**Centro
Ciência Viva
do Lousal**

Museu Mineiro do Lousal
Centro de Ciência Viva do Lousal

FICHA DE INVENTÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Museu Mineiro do Lousal - Centro Ciência Viva do Lousal
 Endereço: Av. Padre, Velho, 1750-006 Lousal

Nº Inventário: MMLACS001
 Proveniência: Desconhecido
 Identificação: Desconhecido
 Designação: Bico
 Localização: Pré-exposição

Uso Original: Hospitalar
 Uso Atual: Acervo Museológico



REGISTO DA FOTOGRAFIA

Nº Inv. Fotográfico	Tipologia	Localização	Data	Autar
	Digital	MMLACS001	2016/06/22	Ana Fidalgo

DESCRIÇÃO

Descrição: Elemento metálico atrelado a parafusos de madeira, com tampo de vidro curvado de cima, sendo o seu original, em caso de uso. A estrutura superior separa-se do conjunto do suporte que tem quatro rodas, igualmente metálicas, em rodas dentadas.

Data da Peça: 2016/06/22
 Data de Aquisição: 2016/06/22
 Área: Museu
 Categoria: Metal (ferro)
 Material: Metal (ferro)
 Dimensões: 71 cm x 44,2 cm x 88 cm
 Estado de Conservação: Apresenta-se em bom estado de conservação embora de este alguma degradação na zona das rodas (ferrejas).

Intervenções realizadas: Foi realizado uma limpeza com água quente para permitir ver a estrutura superior e inferior e a condição de uso.

Data: 2016/06/22

Responsável pelo Inventário: Ana Fidalgo

Data: 2017/07/20

1

**Centro
Ciência Viva
do Lousal**

Museu Mineiro do Lousal
Centro de Ciência Viva do Lousal

OUTROS REGISTOS

Não foram encontrados registos da peça.

Tipos de Registo: _____ Data: / /

ACONDIÇÃOAMENTO

A peça encontra-se, em exposição no Museu Mineiro do Lousal e o outro exemplar acondicionada numa sala provisória (Data 16).

MARCAS

A peça não contém marcas visíveis.

Imagem	Descrição

OBSERVAÇÕES

A peça contém dois exemplares, um exposto e um em depósito.

BIBLIOGRAFIA

Museum of Health Care at Kingston (n.d.). Infant Crib - Research Collection Catalogue. Kingston, Ontario. No site: <https://collections.museumofhealthcare.org/collections/infant-crib> consultado a 26/06/2017.

Responsável pelo Inventário: Ana Fidalgo

Data: 2017/07/20

2

Figura 50 e 51 -Exemplo de Ficha de Inventário - MMLACS001.

Ao longo do trabalho refere-se “acervo museológico que não foi alvo de inventário”, isto deveu-se à quantidade de coleções museais que o Museu tem e que necessita de condições de tratamento, nomeadamente, inventariação e outros procedimentos constantes do Art.º 16 da Lei-Quadro dos Museus Portugueses¹⁰⁵, como modo de ativar a sua salvaguarda. No entanto, deve notar-se que uma parte já foi alvo de tratamento arquivístico, realizada por Cármen Carvalho (2009)¹⁰⁶, técnica que organizou todas as Fichas de Identificação dos Mineiros, atualmente acondicionadas em caixas e armário próprios e por ordem alfabética. No entanto, as fichas dos trabalhadores são uma parte ínfima do acervo, composta por exemplo, de uma vasta coleção documental de geologia ou ainda, uma coleção de objetos referentes ao Laboratório Químico das Minas. Em relação ao âmbito deste trabalho, existe muita documentação que deve ser alvo de estudo, pela importância da mesma e também para possível melhoria de conteúdos das exposições permanentes e temporárias existentes. Estes acervos documentais encontram-se dispersos e desconhece-se a sua totalidade, no

¹⁰⁵ Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

¹⁰⁶ CARVALHO, C. D. S. (2009). Museu Mineiro do Lousal - O Arquivo da empresa *Mines et Industries*. Évora.

entanto indicam-se alguns exemplares nesta dissertação, uma vez que serviram, não como elementos da coleção, mas como fonte/referência para a criação de conteúdos e, também, como forma de alertar para a existência de outros bens móveis que, se não forem salvaguardados, acabarão por se perder. A recolha e centralização destes documentos podem permitir um trabalho futuro mais aprofundado sobre esta temática, devendo desenvolver-se iniciativas financeiras e técnicas para a criação de uma Reserva Museológica, como acontece já hoje em muitos museus, ou então um depósito definitivo, e com condições de conservação preventiva¹⁰⁷.

Defende-se que o registo em papel, mesmo que guardado em formato digital não seja suficiente. Idealmente e, no futuro, será necessário encontrar maneira de o introduzir em plataformas *online* que permitissem o acesso público ao acervo completo do Museu. Chegou a ser contactada a empresa Sistemas do Futuro¹⁰⁸ e pedido o orçamento para a compra do seu programa InWeb, com o qual, para além de se poder proceder a um mais rigoroso inventário das coleções, permitisse também um acesso público à coleção do Lousal. No entanto não se chegou, durante o estágio, a concretizar-se a solução apontada por questões técnicas e financeiras.

Planeamento

Após a decisão de desenvolver uma exposição e a sua idealização, é necessário traduzir as ideias em ações que se encaminham para metas realizáveis (DEAN, 1996). A exposição não seguiu o plano habitual de montagem de uma mostra expositiva, pois quando se idealiza uma exposição por norma já se conhece o acervo, o que neste caso só foi possível após todo um processo que assegurasse a sua preservação e tendo em conta que muitos objetos só foram encontrados mais tarde, fora do grupo onde se pensava que inicialmente deviam estar. Passou-se de seguida ao planeamento da exposição. Planear a exposição envolveu: 1) escolha de um espaço, título da mostra e seu pensamento a nível museográfico; 2) a escolha dos objetos a expor; 3) a recolha/criação de informação para os conteúdos expositivos, ou seja, fontes de investigação, além de elaboração de

¹⁰⁷ No decorrer deste trabalho não foi possível tratar todo o acervo por uma questão de tempo limitado e prazos para cumprimento de objetivos (a exposição), e por se desconhecer a totalidade dos referidos objetos.

¹⁰⁸ A empresa Sistemas de Futuro contribui para a utilização de novas tecnologias de informação, na gestão de património cultural e natural. <http://sistemasfuturo.pt/>.

legendas e textos, que possam expressar objetivamente os referidos conteúdos. Todas estas questões envolveram ainda, gestão de tempo, recursos e custos.

1. Escolha do Espaço

O espaço cedido para a realização da exposição, como explica o texto de abertura, era inicialmente ocupado por “*um motor de combustão interna de 110 cavalos-vapor (cv) e um alternador, assim como o respetivo depósito de combustível e garrafa de ar comprimido utilizado para o arranque do motor*”¹⁰⁹, no tempo da Central Elétrica das Minas do Lousal (Figura 52).

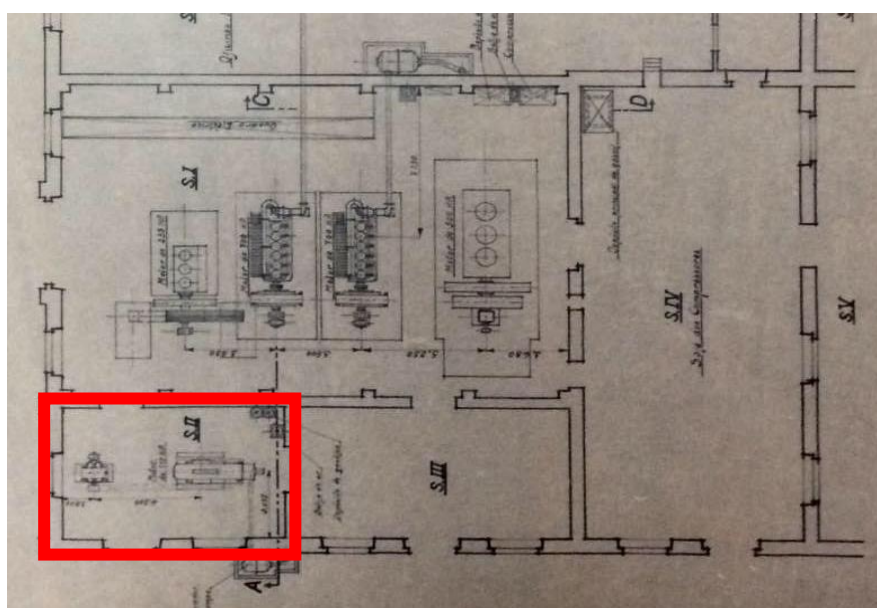


Figura 52 - Pormenor da Planta de 1950 © MML.

Com a sua musealização do início do século, o espaço serviu de receção de entrada ao Museu do Lousal (Figura 53).

¹⁰⁹ Citação do texto de entrada da exposição Casa de Saúde.

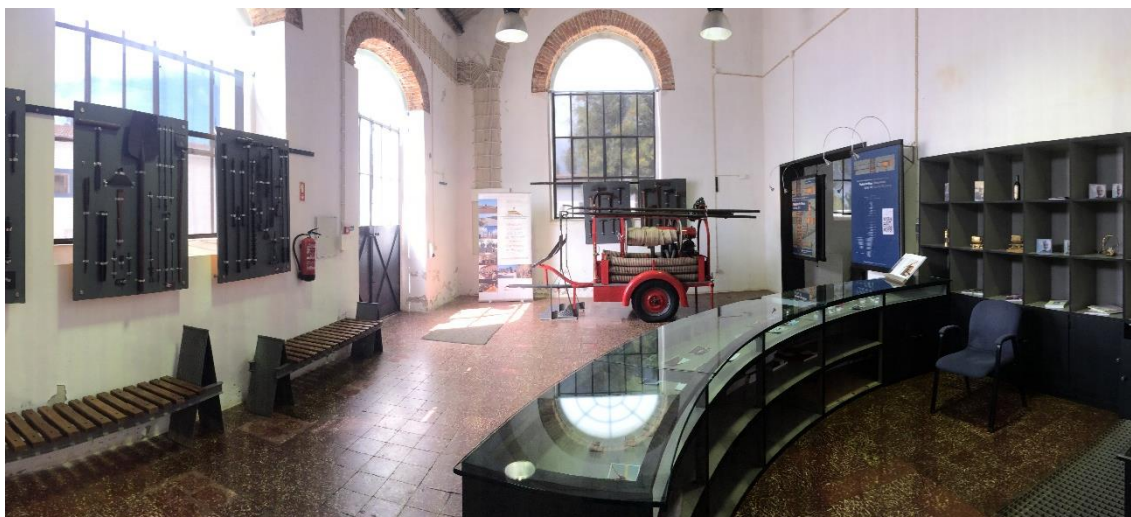


Figura 53 - Espaço da exposição do Museu do Lousal, anterior à nova exposição “Casa de Saúde” © Ana Fidalgo.

A utilização deste espaço para a exposição “Casa de Saúde” requeria modificações. Foi necessário encontrar uma solução para a realocação da receção e repensar a entrada no Museu e obras de manutenção e remodelação para vocacionar o espaço a receber a futura exposição, isto é, o pensamento que conceptualmente se propunha desenvolver.



Figura 54 - Esquema do espaço anterior à intervenção.

2. Escolha de Título

Acredita-se que o título/nome de uma exposição deve remeter para a sua temática e também despertar interesse. A escolha do título da exposição tornou-se óbvia, pois, o local onde se prestavam os serviços de saúde, e que chegou parcialmente aos dias de hoje, ainda mantém um painel no seu exterior (ver Capítulo IV) com as palavras “Minas do Lousal - Casa de Saúde”. Assim, tornou-se óbvio, que o título escolhido fosse “Casa de Saúde” - seria o mais correto podendo remeter para os vários serviços médico-farmacêuticos das Minas do Lousal e que, ao não revelar muito do seu significado, causaria curiosidade.

3. Escolha de Objetos para a Exposição

De entre do acervo da nova coleção museológica, constituído por mais de 150 objetos, constavam aparelhos de raios-X, aparelhos de assistência respiratória e de reabilitação muscular, material de maternidade, de estomatologia e esterilização, objetos relacionados com a assistência no interior das minas, material cirúrgico e também um enorme acervo associado às funções farmacêuticas (instrumentos, utensílios e medicamentos).

Idealizou-se a criação de “núcleos” expositivos¹¹⁰ concretos que pudessem ilustrar alguns dos serviços médicos oferecidos pelas Minas, além da farmácia. No entanto esses núcleos apenas poderiam ser conseguidos se houvesse um número de objetos que o justificasse, tendo sempre em conta o seu interesse/relevância na temática mineira. Definiram-se os seguintes “núcleos”: “Estomatologia”, “Silicose”, “maternidade”, “Enfermagem”, “Fisiatria”, “Sala de Espera” e “Interior da Mina”.

Para a escolha dos objetos procurou-se selecionar “*um conjunto de objectos (...) os quais serão exibidos pelo seu valor consensual, pelo valor que lhes é atribuído, ou pelo significado que podem assumir*” (MOUTINHO, 1994). A escolha teve de atender à criação destes itens expositivos, que pudessem despertar interesse do público, sua importância e significado, as limitações do espaço de exposição e obviamente, questões de estética. Independentemente dos “núcleos”, foi possível definir outros objetos, que

¹¹⁰ Quando nesta parte da dissertação se refere a palavra “núcleos” quer-se significar a ideia de agrupamento de objetos com a mesma índole temática.

mesmo não estando enquadrados num conceito integrado, não poderiam deixar de estar representados, dando contexto aos conjuntos referidos, nomeadamente, objetos da farmácia, de esterilização e material cirúrgico dada a sua importância/relevância no conjunto médico-farmacêutico trabalhado.

Núcleo “Estomatologia”

O núcleo “Estomatologia” foi escolhido essencialmente por serem serviços ainda pouco usuais na época, nas minas, sendo que os tratamentos dentários passavam, como referido no Capítulo IV, pela extração dentária, muitas vezes executada por pessoas sem formação. Os objetos escolhidos foram:

- Cadeira de dentista (MMLACS014);
- Torno automático (MMLACS009).

Núcleo “Silicose”

O núcleo “Silicose”, enquanto referente à doença mais relevante da comunidade mineira, não poderia deixar de estar representado. Os objetos expostos destinavam-se à produção de radiografias para despiste de doenças pulmonares, em especial a silicose. As minas dispunham de uma sala própria para estes exames, com um espaço anexo, para revelação das radiografias.

Retomando ao que se disse no Capítulo IV, a doença da silicose teve um grande peso na comunidade, por não existir terapêutica adequada na época, sendo que o mineiro que não morria no trabalho morria por causa dele. Escolheram-se os seguintes objetos:

- Mesa de raios-X (MMLACS034);
- Aparelho raios-X (MMLACS024);
- Aparelho raios-X (MMLACS118);
- Tabela raios-X (MMLACS080).

Núcleo “Maternidade”

Por ser um tema essencial associado à renovação da população, a questão da maternidade e o apoio dado à vida/nascimento por parte da administração, sendo que o

interesse pelo filho do trabalhador é um fator de unidade, de fixação e de reprodução de trabalho. Os objetos escolhidos foram:

- Berço Hospitalar (MMLACS001);
- Estante Publicitária (MMLACS005);
- Emissor Ultravioleta (MMLACS040).

Núcleo “Enfermagem”

O núcleo “Enfermagem” destina-se a destacar, essencialmente, os respetivos profissionais que exerciam as suas funções nas minas. Embora houvesse médico permanente, durante um longo período de tempo foram os trabalhadores destes serviços quem, desde o início do funcionamento ao encerramento das minas, trataram a população e como tal são aqueles que são os mais recordados até hoje. A escolha dos objetos para a criação do núcleo foram:

- Marquesa Ginecológica e Obstétrica (MMLACS037);
- Suporte para Balde do Lixo (MMLACS006);
- Suporte para Porta Compressas;
- Mesa de Pensos e Tratamentos (MMLACS031);
- Porta Compressas (MMLACS104);
- Balde do Lixo (MMLACS020);
- Suporte para Perna (MMLACS027);
- Estrutura para Perna (MMLACS041);
- Banco Hospitalar (MMLACS004);
- Recipiente Hospitalar (MMLACS008);
- Talas (MMLACS131);
- Escarradores (MMLACS95);

A escolha dos objetos que integram este núcleo foi condicionada por existir uma fotografia de referência¹¹¹, temporalmente datada (1951). O fotógrafo Américo Ribeiro registou na época a sala de tratamentos existente nas minas, onde se podem ver os

¹¹¹ Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, Arquivo Municipal de Setúbal.

mesmos objetos que foram selecionados para a constituição do núcleo, uma reprodução fidedigna do espaço, o que permite a sua imediata identificação.

Núcleo “Fisiatria”

O núcleo “Fisiatria” foi escolhido por estar ligado à reabilitação muscular e como tal associado aos acidentes ocorridos no subsolo ou à superfície. Para a sua representação escolheram-se os seguintes objetos:

- Aparelho de Ondas Curtas (MMLACS143);
- Aparelho de Ondas Curtas (MMLACS019);
- Armário Hospitalar (MMLACS089).

A última peça foi colocada para que no seu interior se expusessem mais alguns objetos relativos a um dos aparelhos.

Núcleo “Sala de Espera”

Mostra-se algo inesperado, pois uma sala de espera não tem especial interesse dentro dos serviços de saúde, a não ser porque confere algum conforto ao paciente, antes do atendimento. Note-se que a Sala de Espera do Lousal chegou até à atualidade sem sofrer modificações, tornando-se, por isso, num caso único. Atualmente no local, encontra-se sediada a Associação de Reformados do Lousal. O acervo deste núcleo foi emprestado pela própria Associação, através de um protocolo de cedência temporária¹¹² (Anexo 2) pela própria Associação. Os objetos escolhidos foram:

- Estátua (sem número de inventário);
- Cadeiras da Sala de Espera (sem número de inventário).

Núcleo “Interior da Mina”

Considerou-se necessário representar aspetos destes serviços por serem aqueles que mostram os serviços de saúde fora do seu espaço próprio, ou seja, o posto de medicina. Uma vez que havia muitos acidentes nos poços e galerias, havia necessidade

¹¹² O protocolo é de cedência temporária. No entanto, a ideia é ficar da responsabilidade do museu de forma permanente.

de encontrar soluções para que a assistência aos acidentados fosse prestada com a maior brevidade. Para representar o núcleo escolheram-se os objetos:

- Maca de Transporte de Doentes (MMLACS026);
- Máscara de Oxigénio Portátil (MMLACS060).

Objetos sem núcleo

Foram idealizados dois plintos. Um para exposição de objetos pequenos ligados ao acervo farmacêutico, tendo sido escolhidos os seguintes objetos:

- Espasmo-Cibalgina (MMLACS064);
- Antitóxico (MMLACS054);
- Mydriacyl 1% (MMLACS077);
- Sulfanilamida (MMLACS130);
- Ouabaína (MMLACS067);
- Cafeína (MMLACS057);
- Adrenalina (MMLACS138).

E um segundo plinto destina-se à mostra de objetos ligadas aos serviços cirúrgicos:

- Agulhas de Sutura (MMLACS140);
- Agrafes (MMLACS048);
- Ligaduras de Pano (MMLACS049);
- Seringas (MMLACS042 a MMLACS046);
- Sondas Traqueais (MMLACS085);
- Luvas (MMLACS132).

Foi reutilizado o armário já existente neste espaço, reciclado nesta exposição, no qual se colocaram acrílicos para sua proteção dos objetos expostos. O armário contém:

- Porta Compressas (MMLACS096 a MMLACS103);
- Máscara de Oxigénio (MMLACS115);
- Frascos de Medicamentos (MMLACS155 a MMLACS158);
- Recipiente de Esterilização (MMLACS109);
- Escarradores (MMLACS095);
- Carimbos (MMLACS090 a MMLACS094);
- Suporte de Carimbos (MMLACS154).

Os objetos não se relacionam entre si e representam diferentes áreas. Os porta-compressas e recipiente de esterilização representam a área de esterilização, e os carimbos e suporte dos mesmos, a área de receção ou serviços escriturários da saúde. Por último encontram-se ainda dois objetos, entre o núcleo da maternidade e enfermagem, relacionadas com os tratamentos pulmonares, a saber:

- Botija de Oxigénio (MMLACS028);
- Suporte de Botija de Oxigénio (MMLACS029).

4. Fontes de investigação

Dentro das fontes de investigação, a fonte oral foi, sem dúvida, a mais privilegiada, por via da recolha de testemunhos diretos, em primeira mão de ex-trabalhadores e seus familiares, ambos representativos da comunidade do Lousal. A pesquisa oral centrou-se na memória das seguintes pessoas:

- Joana Férias – Ex-trabalhadoras das Minas do Lousal (escriturária do Posto de Saúde);
- Manuela Palhas – Ex-trabalhadora das Minas do Lousal (enfermeira do Posto de Saúde, época do Serviço Nacional de Saúde);
- Elsa Guerreiro Silva – Familiar de ex-trabalhadores das Minas do Lousal (filha de mineiro);
- Manuel João – Ex-trabalhador das Minas do Lousal (Eletricista);
- Gracinda Molina – Familiar de ex-trabalhadores das Minas do Lousal (irmã do enfermeiro António Dias Molina Marques);
- Associação de Reformados do Lousal;

Consultaram-se também os arquivos do próprio Museu Mineiro do Lousal, da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, por conservarem documentação relativa à geologia, nomeadamente às minas, sendo as principais fontes de informações para a criação de conteúdos. Foi também contactada Daniela Sousa, Técnica Superior de Arquivo na Câmara Municipal de Grândola e Ana Gonçalves, enfermeira da Unidade de Saúde do Lousal. Estas antigas profissionais do sector deram apoio direto à execução dos conteúdos expositivos.

Foram contactados alguns museus ligados à área de saúde, por já terem experiência neste tipo de documentos e objetos, designadamente, o Museu de História da Medicina “Maximiano Lemos” da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto¹¹³, o Museu do Centro Hospitalar do Porto¹¹⁴. Quanto a Lisboa, o trabalho de investigação centrou-se no Museu da Farmácia (polo da capital)¹¹⁵, Núcleo Museológico do Hospital de Stº António dos Capuchos¹¹⁶ – Centro Hospitalar de Lisboa, e Museu da Saúde¹¹⁷.

5. Gestão de tempo, recursos e custos

Foi necessário definir os custos e recursos para a realização da exposição “Casa de Saúde”. Nomeadamente o planeamento de obras necessárias, meios expositivos como plintos, estrados, entre outros. Infelizmente não se teve acesso aos gastos que o CCVL teve com a criação da exposição, mas estes incluíram as obras no espaço escolhido, compra e criação de material de exposição e montagem da mesma, fora os gastos habituais associados ao próprio funcionamento do Museu, desde os recursos humanos à água/eletricidade. É ainda necessário ter em conta que as obras de readaptação levaram a um encerramento temporário do museu e à perda de receita, que é, em geral, contabilizada nos custos gerais.

¹¹³ <http://museumaximianolemos.med.up.pt/index.php> . Agradece-se a receção por parte da Dr.ª Amélia Ricon Ferraz (Diretora do Museu).

¹¹⁴ <http://www.museu.chporto.pt/>. Agradece-se a receção por parte de Sónia Faria (Museóloga).

¹¹⁵ <https://www.museudafarmacia.pt/>. A receção deveu-se a Paula Basso (Vice-diretora do Museu).

¹¹⁶ <http://www.chlc.min-saude.pt/>. Agradece-se a receção por parte de Célia Pilão (Administradora hospitalar do Património Cultural do CHL), que ajudou a refletir sobre a área da saúde e serviços médicos.

¹¹⁷ <https://www.sns.gov.pt/institucional/museu-da-saude/> Na investigação colaboraram Helena Rebelo de Andrade (Coordenadora do Museu) e Joana Oliveira (Museóloga).

A data prevista de conclusão e inauguração da exposição seria aquando da celebração do aniversário do CCVL, dia 30 de junho 2017. No entanto houve um adiamento, tendo inaugurado na semana seguinte, no dia 8 de junho. Uma vez que o trabalho se iniciou em junho de 2016, o prazo para a realização de todo o processo desta exposição temporária, desde a preservação dos objetos até à abertura da mostra, foi de um ano.

Produção

Uma vez pensada e planeada a exposição, o paço seguinte é a sua concretização. A produção envolveu criação de textos expositivos, visuais, de legendas e a montagem da exposição, sendo necessária a contratação de profissionais para fabrico de dispositivos de exposição (vitrines, plintos, estrados, entre outros) e para reabilitação do espaço. Fez-se a contratação de serviços de impressão gráfica, de serviços de limpeza e obteve-se a disponibilização da equipa do CCVL e também de profissionais para eventual apoio na montagem.

Em seguida apresentam-se os conteúdos didáticos, sendo estes os textos e legendas criadas para acompanhar a escolha de objetos, assim como a escolha de fotografias da época que ilustram os serviços evidenciados; a montagem da exposição e como esta foi pensada a nível museográfico, passando pela sua intervenção, desde a colocação dos objetos, textos, legendas, iluminação e circulação no espaço expositivo. *“A palavra “museografia”, tende a ser usada, com frequência, para designar a arte da exposição.”* Um programa museográfico *“engloba a definição dos conteúdos da exposição e os seus imperativos, assim como o conjunto de relações funcionais entre os espaços de exposição e os outros espaços do museu.”* O que não implica que se limite a aspetos visuais, visto que o museólogo/museógrafo deve ter em conta *“as exigências do programa científico e de gestão das coleções, e busca uma apresentação adequada dos objetos selecionados pelo conservador.”* (DESVALÉES & MAIRESSE, 2013, pág. 59).

1. Conteúdos Didático e Visual

A exposição durante o seu percurso é acompanhada por textos, e respetivas legendas dos objetos. Todos os textos são bilingues, tendo sido criados pela autora desta dissertação, de acordo com as regras que foram estabelecidas quanto à orientação

científica, à revisão de textos e à tradução, que neste caso foi entregue à empresa de tradução AP | Portugal.

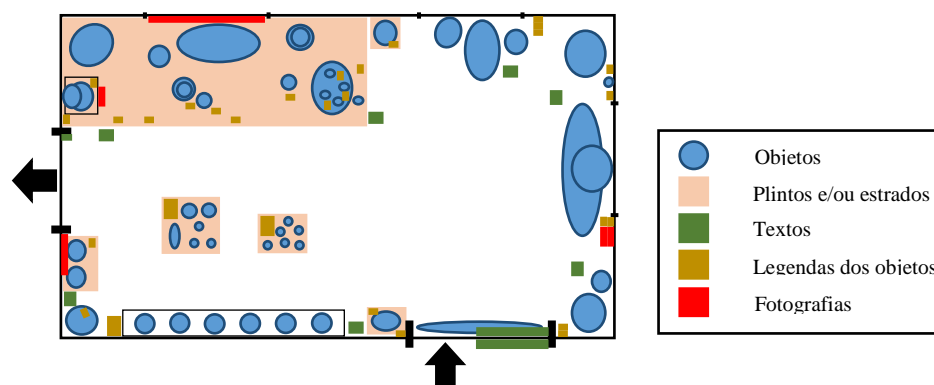


Figura 55 - Esquema da colocação dos plintos e estrados, objetos, textos, legendas e fotografias.

Texto de Entrada

No painel de introdução foram montados dois textos, um que constituísse uma explicação da exposição temporária e outro de introdução ao tema, isto é, aos serviços médico farmacêuticos disponibilizados pelas minas.

“Casa de Saúde” - resulta do trabalho de inventariação, investigação, conservação e reabilitação do acervo médico-farmacêutico das Minas do Lousal. É uma exposição que, através de núcleos representativos, dá a conhecer os serviços disponibilizados pela entidade responsável pela gestão do couto mineiro aos seus trabalhadores, durante o período de vida ativa da Mina.

Perante os inevitáveis riscos associados a este contexto profissional, surge uma intrínseca necessidade de dotar o couto mineiro de um sistema de saúde, que permitia dar uma resposta imediata às emergências médicas, bem como restante apoio na prestação deste tipo de serviços a toda a comunidade.

No auge da exploração da Mina, em resposta aos avanços tecnológicos e elevado número de habitantes, a empresa chegou a oferecer serviços, cuja qualidade competia com aqueles que são hoje prestados em localidades próximas do Museu Mineiro.

Anteriormente à musealização da antiga Central Elétrica da Mina, o espaço que agora acolhe o núcleo expositivo da “Casa da Saúde”, albergava um motor de combustão interna de 110 cavalos-vapor (cv) e um

*alternador, assim como o respetivo depósito de combustível e garrafa de ar comprimido utilizado para o arranque do motor.*¹¹⁸

Neste texto teve-se em conta, não só a apresentação da temática, mas também do seu conteúdo e espaço ocupado dentro da Central Elétrica. No segundo texto introdutório lê-se:

No ano de 1900, aquando do arranque do funcionamento da Mina do Lousal, as condições de trabalho eram marcadas pela precariedade, refletida, entre outras vertentes, na falta de equipamento adequado ou assistência aos trabalhadores. Este facto seria enfatizado pelas tradições do trabalho mineiro, motivadas pelo extraordinário calor que se fazia sentir no Alentejo.

A documentação da antiga Mina do Lousal revela que, em 1939, a Mina já dispunha de uma enfermaria, uma farmácia e posto de socorro, serviços que são trazidos para o couto mineiro por Frédéric Velge. Gradualmente, este administrador da empresa gestora vai realizando uma significativa reforma ao nível dos serviços de apoio aos mineiros e respetivas famílias. Esta reforma culminou, anos mais tarde, na melhoria do serviço de saúde, passando a existir um controlo médico regular dos trabalhadores, assegurado por um médico em regime permanente.

A “Casa de Saúde” prestava serviços generalizados, contando com uma sala de observação e tratamentos, uma sala de Raio-X, dentista, uma sala de esterilização de material e uma farmácia. Dispunha ainda de uma ambulância motorizada (Volkswagen 1200) para, em caso de necessidade, se proceder ao transporte dos sinistrados graves para os hospitais de Setúbal ou Lisboa.

Após o 25 de Abril a situação altera-se. Ainda que a “Casa de Saúde” se mantenha em funcionamento, alguns dos serviços de saúde deixam gradualmente de ser prestados. A presença de um médico responsável deixa de ser diária, sobrecarregando os cuidados de enfermagem. A redução no número de habitantes, bem como o encerramento da mina, conduz a um abandono progressivo da prestação deste tipo de serviços no Lousal, passando os mesmos a ser assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde, tal como sucede nos dias de hoje.

Núcleos: Textos afins

A escolha dos objetos foi feita de maneira a criar núcleos representativos de alguns dos serviços oferecidos em função dos objetos que assim o permitissem. Para cada núcleo elaborou-se um texto de modo a enquadrar o funcionamento destes

¹¹⁸ Sobre os referidos textos, da autoria de Ana Fidalgo, ver o que acima se disse no início do capítulo, p. 85. Todos os textos que se seguem resultam do processo geral de produção de conteúdos e legendagem dos objetos.

serviços. Os textos foram colocados o mais próximo do início do núcleo com visibilidade.

“Estomatologia”

Este núcleo foi escolhido por mostrar um serviço que na época ainda se encontrava pouco desenvolvido, sendo os tratamentos essencialmente a extração dentária. No entanto era um serviço que as minas disponibilizavam e que reforça o cuidado que a Administração das minas tinha com os seus trabalhadores. A redação expressa essa ideia:

Embora não dispondo de serviço de estomatologia próprio, este era assegurado por trabalhadores da localidade de Alvalade, que aqui se deslocavam semanalmente, para a sua prestação. Naquela altura, a assistência dentária não era prática comum, limitando-se essencialmente à extração radical de dentes.

“Silicose”

Uma vez que existiam vários aparelhos de raios-X, dois dos quais registados em fotografias da época, a serem usados pelo médico e enfermeiro da época, foi fácil a opção de criar este núcleo. A razão da existência destes aparelhos, essencial do ponto de vista do diagnóstico médico (pulmões e fraturas em acidentes de trabalho), serviam ainda para rastreio anual (medida adotada pela empresa) para despiste da silicose e da tuberculose. No texto pode ler-se:

A silicose, também conhecida como a “doença dos mineiros”, é uma enfermidade tipicamente profissional, ou seja, uma moléstia causada pelo ambiente em que estes trabalham. Esta deve-se à inalação de finas partículas de sílica cristalina que, se respiradas em concentrações elevadas, ou por tempo prolongado, se tornam tóxicas para o pulmão, causando a sua fibrose e consequentemente reduzindo a sua capacidade respiratória.

Para despiste da doença realizavam-se rastreios anuais, nos quais os mineiros eram observados por uma equipa de médicos. Os trabalhadores que mostrassem insuficiências respiratórias eram então encaminhados temporariamente para os trabalhos de superfície, voltando mais tarde aos seus anteriores postos de trabalho.

Em 1958, havia já um sistema de fichas médicas de todo o pessoal da Mina, pela necessidade de um maior controlo da silicose e conhecimento da terapêutica ministrada à doença.



Figura 56 e 57 - Serviços de Saúde do Lousal (1958) © CCVL.

Este núcleo conta ainda com duas fotografias retiradas do filme de 1958 (Figura 56 e 57), que ilustram os serviços representados e mais importante, mostram os objetos, agora musealizados, ainda em funcionamento.

“Maternidade”

O núcleo “Maternidade” foi decidido graças à existência de berços, da estante publicitária na Nestlé (comemorativa dos 100 anos da marca, com o propósito de publicitar um avanço da época: os leites em pó, comercializados por esta empresa) e por último, um aparelho de UV que se pensa, poderia servir para o tratamento de icterícia (como acontece nos dias de hoje). O conteúdo do texto é o seguinte:

Nesta época, a maioria dos partos eram feitos em casa. A Mina oferecia, no entanto, serviços de maternidade, tal como acontecia em outras explorações mineiras e fábricas do país. Quando se faziam partos na Casa de Saúde, as parturientes permaneciam entre três a quatro dias na unidade de saúde e, consoante a necessidade, entravam em situação de baixa, recebendo o vencimento através da Caixa de Previdência e contando com apoio médico semanal.

“Enfermagem”

O núcleo intitulado “Enfermagem” replica um espaço documentado na fotografia de 1951. Trata-se de uma sala de tratamentos onde estão representados os objetos que se mostram na exposição temporária, permitindo recriar este aspeto dos serviços.

Em 1951, a Mina do Lousal ainda não dispunha de um médico permanente, sendo que os serviços médicos eram, na sua maioria, assegurados pelos enfermeiros, que se encontravam em serviço permanente.

Os acidentes de trabalho eram, por norma, considerados uma situação grave. De entre os vários sinistrados distinguiram-se duas categorias: acidentes sem incapacidade e acidentes com incapacidade. A classificação da gravidade da situação relacionava-se diretamente com o número de dias que os trabalhadores eram dispensados de se apresentar ao trabalho para completo restabelecimento. Em caso de morte por acidente de trabalho, esta era objeto de inquérito oficial, envolvendo testemunhas e o registo do papel assumido pela “Casa de Saúde” e seus enfermeiros.

“Fisiatria”

Criado para documentar a temática dos acidentes, uma vez que se aplicam tratamentos de reabilitação muscular, mostra, através da representação museal de dois aparelhos de ondas curtas, um deles representado no filme de 1958, os respetivos conteúdos. O texto refere:

A Mina dispunha de serviços de fisiatria, para o tratamento de patologias do sistema músculo-esquelético. A Casa de Saúde dispunha de um aparelho de ondas curtas e ultravioleta, para a reabilitação da função dos órgãos e membros afetados, geralmente devidos a acidentes e lesões provocados no decorrer dos trabalhos na mina.



Figura 58 - Serviços de Saúde do Lousal (1958) © CCVL.

Usou-se uma fotografia retirada do filme de 1958 (Figuras X), que ilustra os serviços representados, assim como a peça musealizada em funcionamento.

“Sala de Espera”

A definição deste núcleo surgiu após a parceria estabelecida com a Associação de Reformados do Lousal, através de empréstimo de objetos para a montagem

expositiva (Anexo 2). O espaço ocupado por esta Associação é o último preservado da Casa de Saúde original. No seu interior consegue-se ter acesso à entrada dos serviços médicos, onde se patenteia uma sala de espera, uma espécie de guichet (espaço onde as escriturárias mantinham os registos dos pacientes), casas de banho e três salas, duas sem funções e outra utilizada como sala de café da associação. Estes espaços encontram-se atualmente vazios e são apenas reconhecidos por corresponderem ao desenho da planta de 1971 publicado acima, principalmente pela sua entrada que mantém os azulejos e também pelos números colocados nas salas, os quais ainda se encontram no topo das portas, assim como o testemunho da própria comunidade. No seu interior, no espaço que seria a sala de espera, ainda se mantinham as cadeiras originais, assim como, uma estátua de uma freira, revelando sinais de vandalismo, no hall de entrada. A estátua e duas cadeiras serviram para criar a ideia que se pretendia mostrando o que resta hoje do hospital original. O visitante poderá fazer assim uma ideia do que seria a Casa de Saúde, por via do texto inicial:

A maioria dos espaços da Casa da Saúde foi alterada, assumindo novas funções e formas. O único espaço que, embora com novas funções, se manteve estruturalmente inalterado, é onde atualmente se encontra sediada a Associação de Reformados do Lousal. Aquando da cedência desse espaço à Associação, ainda se encontravam no seu interior elementos e objetos pertencentes à Casa de Saúde, como é o caso das cadeiras e a estátua da sala de espera.

Mostra-se uma seleção de fotografias de trabalhadores da Casa de Saúde, as quais retratam médicos, enfermeiros e farmacêuticos que aí desenvolveram as suas funções. Muitas destas pessoas, algumas sem formação, salvaram vidas e ajudaram na doença muitas pessoas desta comunidade, pelo que a sua memória é invocada com muito carinho, reconhecimento e saudade pela população da Mina do Lousal.

A exposição dos objetos é ilustrada com seis fotografias (Figura 59) retiradas das Fichas de Trabalhadores, e reproduzidas em maior formato, como modo de tributo/enaltecimento aos profissionais destes serviços e o papel que desempenharam na história de vida da população do Lousal¹¹⁹.

¹¹⁹ O uso das imagens foi autorizado pelos visados ou pelas suas famílias, aquando da exposição permanente, para figurarem nos painéis que se encontram na receção.



Figura 59 - Fotografias de trabalhadores dos serviços de saúde, representados no núcleo Sala de Espera © MML.

Passa-se a descrever as fotografias. Em cima à esquerda vê-se a fotografia de João Dias Tavares, único médico permanente das minas e como tal escolha óbvia para exposição, pois serviu a população do Lousal durante 18 anos seguidos de 1954 a 1972. Em cima ao meio, José Estevão, enfermeiro ativo durante 26 anos (1962-1988). De todos os profissionais de saúde, é dos mais recordados, com carinho, pela população residente, juntamente com Albano Teixeira. Em cima à direita, Maria Mealha Cortes Pereira, em representação dos serviços farmacêuticos e das mulheres, enquanto género, tendo trabalhado no Lousal de 1961 a 1989. Em baixo à esquerda, António Dias Molina Marques, que prestou os serviços de enfermagem de 1949 a 1965. Trata-se do único profissional de saúde representado que se encontra vivo. Em baixo no meio, o médico Herberto Álvaro Armada de Meneses, que trabalhou de 1975 a 1977, embora apenas tenha exercido as suas funções durante dois anos. Foi selecionado por ter sido o único médico a descer às minas para prestar socorro a um mineiro¹²⁰. E por último, em baixo à direita, Albano Teixeira, enfermeiro do Lousal, que dedicou os seus serviços à população por 37 anos, de 1926 a 1963. Pelo tempo dos seus serviços não poderia deixar de estar representado, pois tratou a maioria da população do Lousal, conhecendo muitas histórias na qual se encontra envolvido, que a população refere.

¹²⁰ Informação de Daniela Férias de Sousa do Arquivo Municipal de Grândola, em 2016.

“Interior da Mina”

O núcleo «Interior da Mina» foi criado para mostrar os serviços médicos prestados no subsolo, cuja assistência rápida e eficaz se impunha dado o número de acidentes ali ocorridos. Pela natureza deste serviço era importante estar representado na exposição e com um texto de abertura.

A partir dos anos 50, passam a existir registos documentados da existência de assistência diretamente nos trabalhos subterrâneos. No interior da mina encontravam-se, em pontos estratégicos, material de primeiros socorros, maca e cobertores, e cada chefe de turno, vigilante e encarregado dispunham de um saco de plástico com dois garrotes e uma ligadura de gaze.

O médico instruía os capatazes e mineiros considerados mais aptos, sobre como prestar os primeiros socorros aos acidentados, dando apoio imediato ao fundo da mina por via telefónica, de modo a evitar o agravamento dos ferimentos. A ajuda a colegas em perigo era motivo de louvores aos trabalhadores.

Legendas

Em museologia e museografia a legendagem de objetos é uma condição essencial. Foram utilizados dois tipos de legenda: 1) legenda individual, ou seja, referente a um objeto específico e, 2) legenda coletiva, sob a forma de legenda numérica, para referir um conjunto de objetos que se encontram identificadas por números. As legendas são bilinguísticas, tendo sido escolhido o inglês, como segunda língua por ser a mais falada e mais acessível ao público estrangeiro. Na sua estrutura, as legendas contêm a seguinte informação: Nome da Peça; Produtor; Data; Entidade Museológica a quem pertencem e Número de Inventário. O nome da peça identifica-a, sendo esta informação muito importante para auxiliar o visitante quando este desconhece o objeto que lhe é apresentado/exposto. A informação do produtor é uma informação adicional e a data localiza a peça no seu tempo histórico, sendo que estas notícias nem sempre foram possíveis colocar. Quando tal aconteceu escreveu-se produtor desconhecido, assim como, data desconhecida. A entidade museológica, neste caso, foi para todas os objetos Museu Mineiro do Lousal, mas serve para proceder à política de empréstimo do Museu do Lousal, ficando doravante identificado. O número de inventário deve estar sempre nas legendas, pois é nestes registos que se preserva toda a informação sobre a peça, sendo que este pode e deve ser alterado sempre que haja

novos conhecimentos sobre ela, desde dados descritivos a novas intervenções de conservação, por exemplo.

As legendas, sempre que possível, foram colocadas do lado direito dos objetos e o mais perto das mesmas. Para os objetos colocadas no chão, as legendas foram colocadas na parede e para os objetos colocadas em estrados ou plintos, as legendas foram aplicadas nos respetivos plintos ou estrados.

2. Intervenção do espaço

Dado que espaço era a antiga receção, ele teve de ser integralmente modificado. Na Figura 60 pode observar-se o local antes da intervenção realizada. O espaço foi esvaziado na sua totalidade e a estante embutida na parede manteve-se, tendo sido pintada de branco. Todas as paredes foram alvo de obras de beneficiação, por se encontrarem com algumas infiltrações e pintadas de branco, a sua cor original. A porta foi arranjada e pintada, assim como as estruturas metálicas das janelas com reparação de vidros partidos.



Figura 60 - Espaço da exposição anterior à intervenção © Ana Fidalgo.

O chão manteve-se com o aspeto original, tal como estipulado aquando da musealização do museu e como forma de não descaracterizar o espaço no seu todo. Foi retirada a porta de passagem para a sala seguinte e criada uma rampa para facilitar a circulação/acessibilidade dos visitantes. As restantes questões de acessibilidade, em termos do espaço físico, já tinham sido anteriormente pensadas, tendo o museu em

todos os desníveis rampas e espaços de circulação largos que permitem a boa circulação e acessibilidade dos visitantes.



Figura 61, 62, 63, 64 - Armário durante a intervenção (à esquerda, em cima), sala durante a intervenção (idem à direita), antiga porta de entrada antes da intervenção (em baixo, à esquerda), janelas antes da intervenção (em baixo, à direita).

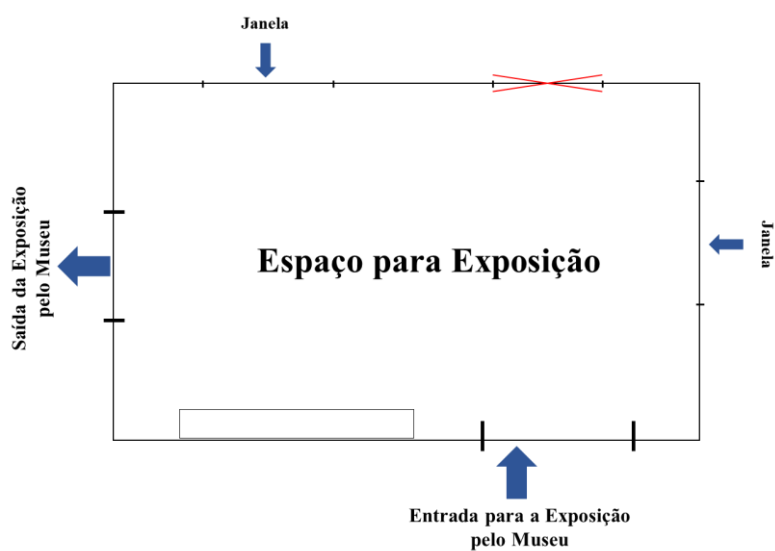


Figura 65 - Esquema do espaço após a intervenção.

“As estruturas de suporte podem ser definidas como elementos de exposição móveis utilizados para apresentar um objeto dentro do campo de visão do observador” (ALAMBERT, 1990, p. 40) tendo também o propósito de proteger os objetos e os visitantes, um do outro, sem nunca interferirem com a leitura dos objetos (DEAN, 1996)

Para a exposição foram necessários dois plintos normais e dois para colocação de vitrinas; sete suportes, tipo painéis, para colocação dos textos dos núcleos e dois para textos de entrada da exposição; três estrados para colocação de objetos (como modo de os destacar e também criar barreiras físicas entre os objetos e o visitante). Optou-se por colocar os restantes objetos diretamente no chão¹²¹ ou na parede, uns por uma questão de linguagem estética, outros por serem demasiado pesados para o seu manuseamento e colocação em suportes. Parte destes suportes foram reaproveitados do museu e todos foram pintados de cor branca, como modo de unificação da linguagem cromática da exposição e fazendo lembrar o branco “higiénico” habitual deste tipo de serviços¹²². A estante, existente neste espaço também foi pintada de branco. Nela foram colocados quatro acrílicos para conter e proteger objetos de menor dimensão.

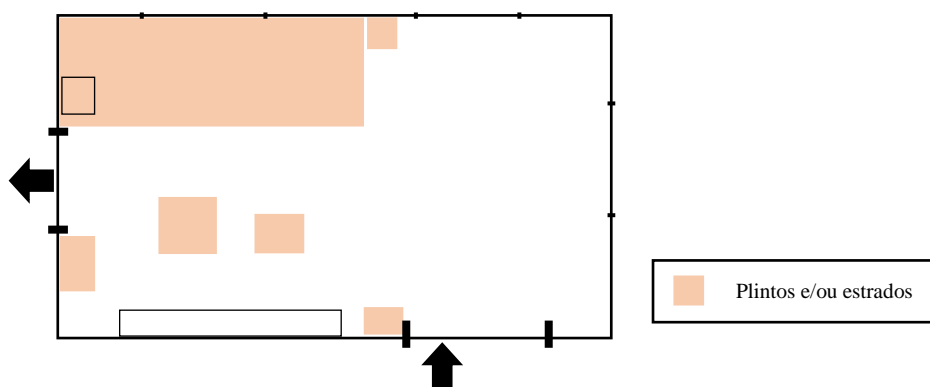


Figura 66 – Esquema do espaço com introdução de estrados e plintos.

¹²¹ Embora em museologia, os objetos nunca devem ser colocados diretamente no chão (a não ser quando se encontram *in situ*), optou-se por assim o fazer, por questões de dimensão e/ou peso e/ou por questões técnicas e financeiras.

¹²² Antigamente os hospitais eram pintados de branco com “cal viva” por causa do seu poder desinfetante. A escolha da cor branca, utilizada na exposição, foi no sentido de reproduzir o hospital de época, sendo que a pintura com cal (caiar) é uma prática corrente no Alentejo, local onde se situavam estes serviços. Informações prestadas pela Doutora Elisabete Alves, Assistente Graduada de Medicina Geral e Familiar do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arrábida, Setúbal.

Colocação de objetos no espaço expositivo

Mostra-se como foram colocados os objetos escolhidas no espaço expositivo assim como os vários núcleos para melhor compreensão dos objetos no referido lugar.

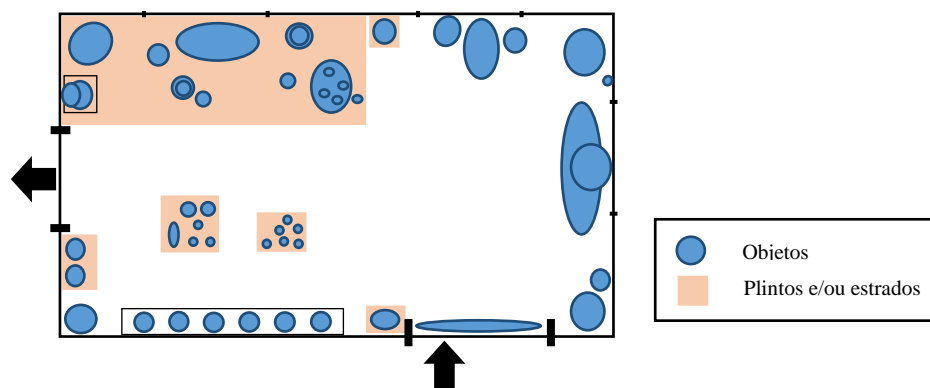


Figura 67 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo.

Estomatologia

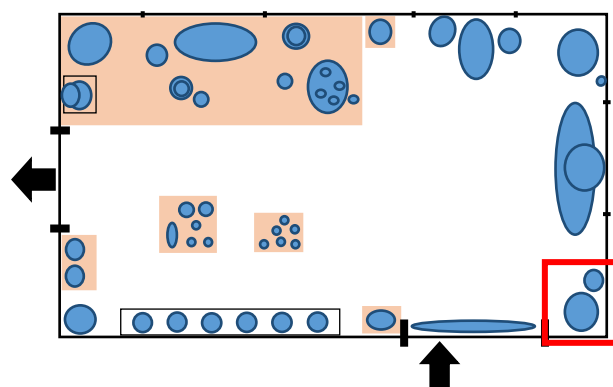


Figura 68 e 69 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Estomatologia (esquerda) e fotografia do núcleo Estomatologia (direita).

Silicose

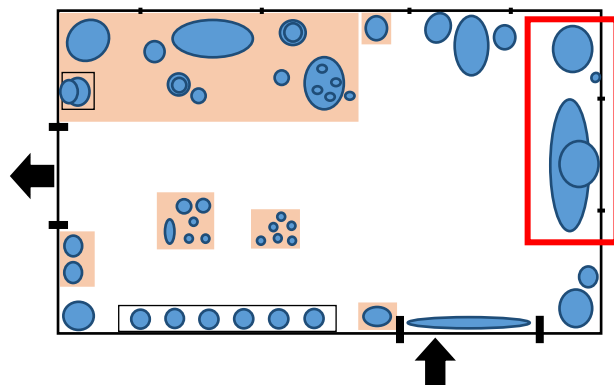


Figura 70 e 71 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Silicose (esquerda) e fotografia do núcleo Silicose (direita).

Maternidade

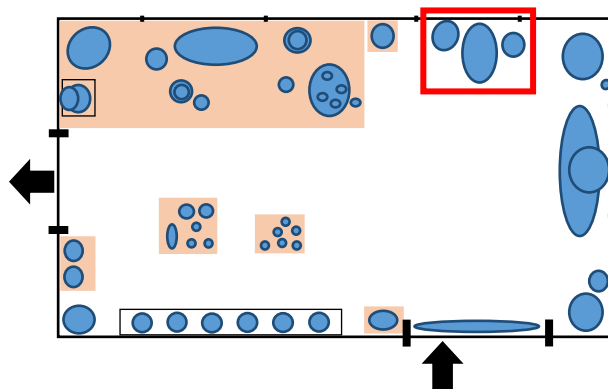


Figura 72 e 73 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Maternidade (esquerda) e fotografia do núcleo Maternidade (direita).

Enfermagem

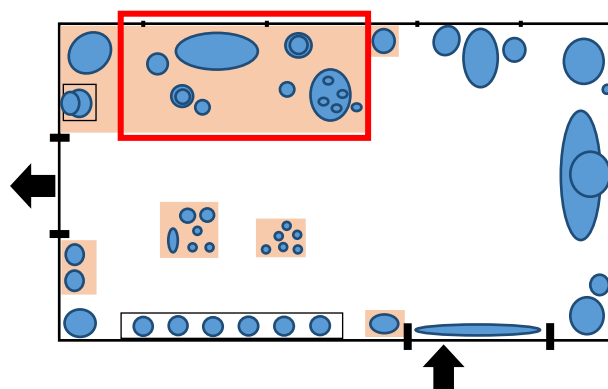


Figura 74 e 75 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Enfermagem (esquerda) e fotografia do núcleo Enfermagem (direita).

Fisiatria

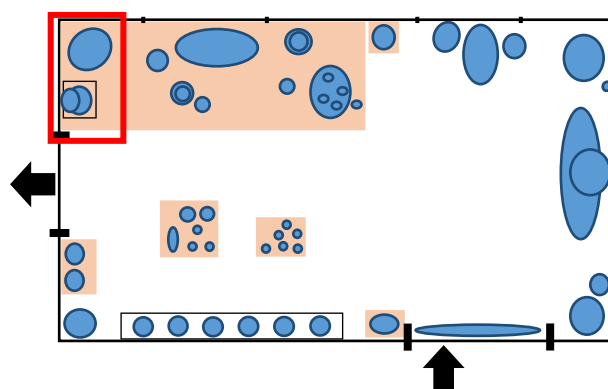


Figura 76 e 77 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Fisiatria. (esquerda) e fotografia do núcleo Fisiatria (direita).

Sala de Espera

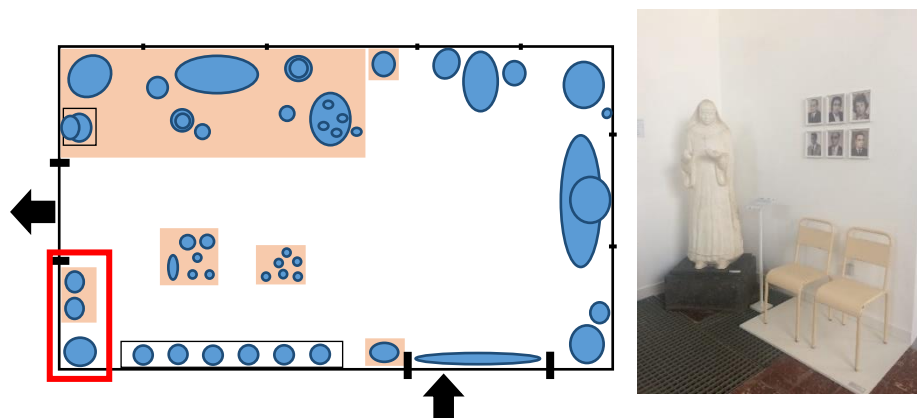


Figura 78 e 79 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Sala de Espera (esquerda) e fotografia do núcleo Sala de Espera (direita).

Interior da Mina

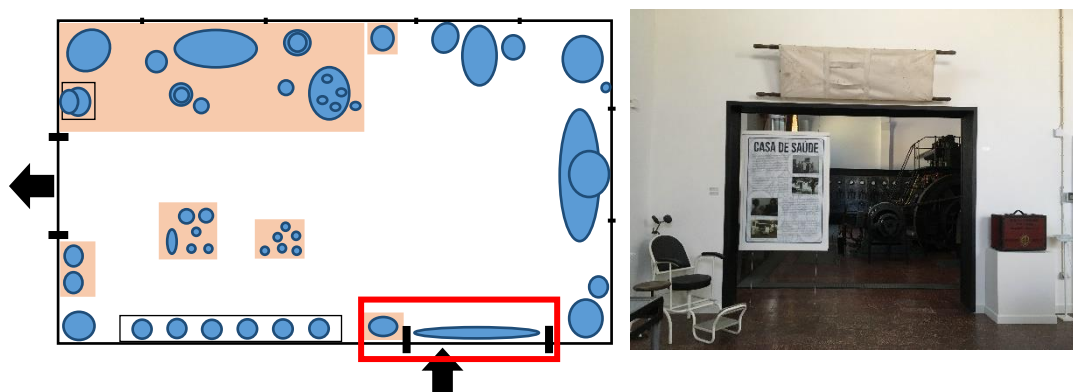


Figura 80 e 81 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Interior das Minas (esquerda) e fotografia do núcleo Interior das Minas (direita).

Outros

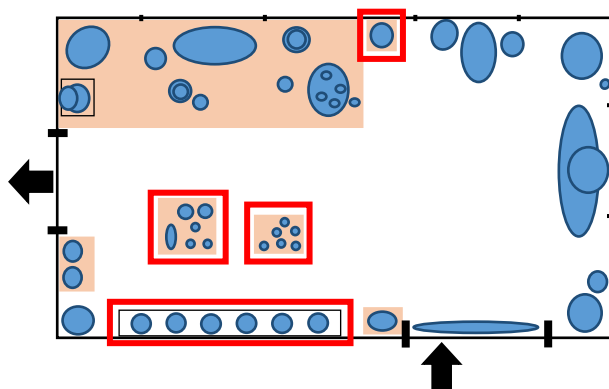


Figura 82 – Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente aos objetos sem núcleo.



Figura 83, 84, 85 e 86 - Fotografia dos objetos sem núcleo.

3. Iluminação

Em termos de iluminação, tal como se vê na Figura 87, mantiveram-se as condições originais do espaço, a saber duas entradas de luz natural e iluminação artificial quando necessária. No entanto, e dada a orientação espacial da área, a exposição solar é prolongada fazendo com que raramente sejam necessárias ligar as luzes artificiais. Uma vez que se trata de um edifício industrial, as suas janelas permitem a entrada de muita luz, assim como da luz de outras salas pelos pontos de entrada e saída. Em relação aos artefactos não houve especial cuidado em relação à luz, por se tratar de objetos sem necessidade de condições especiais, situação que se teria de resolver com outro tipo de peças. As mais frágeis, referente à parte farmacêutica, encontram-se protegidas por uma vitrina, afastada das janelas, evitando os efeitos da luz solar direta. Idealmente, como forma de evitar os efeitos referidos, deveria ter sido equacionado a aplicação de filtros protetores da exposição solar nas janelas, no entanto, esta hipótese não chegou a ser equacionada.

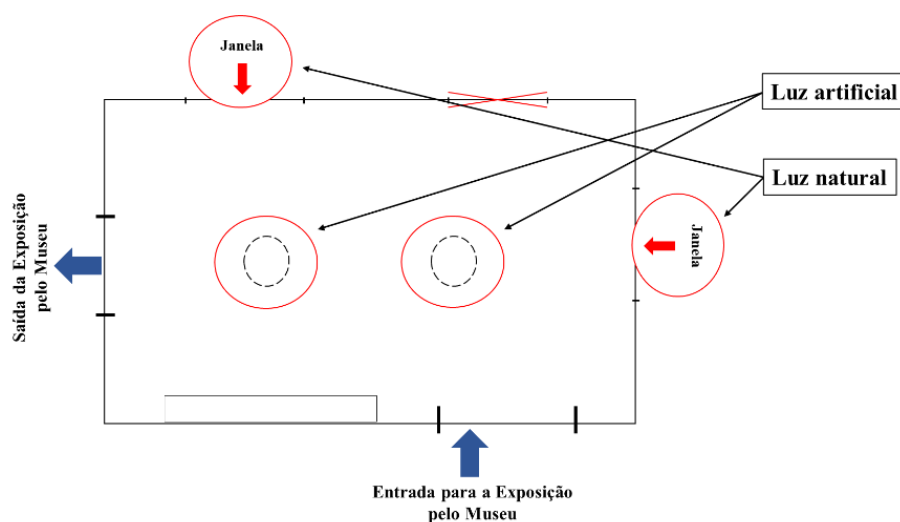


Figura 87 – Esquema de iluminação do Espaço Expositivo.

4. Circulação

Quanto à circulação no espaço expositivo, foi pensada com uma entrada e uma saída pré-definidas através de um percurso sugerido, da direita para a esquerda. A entrada encontra-se marcada pelo texto colocado à entrada da mostra e a saída pela apresentação da ficha técnica da exposição. O percurso pode observar-se na Figura 88. Deve notar-se que não existe nenhuma barreira implícita que obrigue a seguir este

percurso, uma vez que os textos criados não obrigam a uma leitura ordenada, o visitante pode mover-se livremente pela exposição.

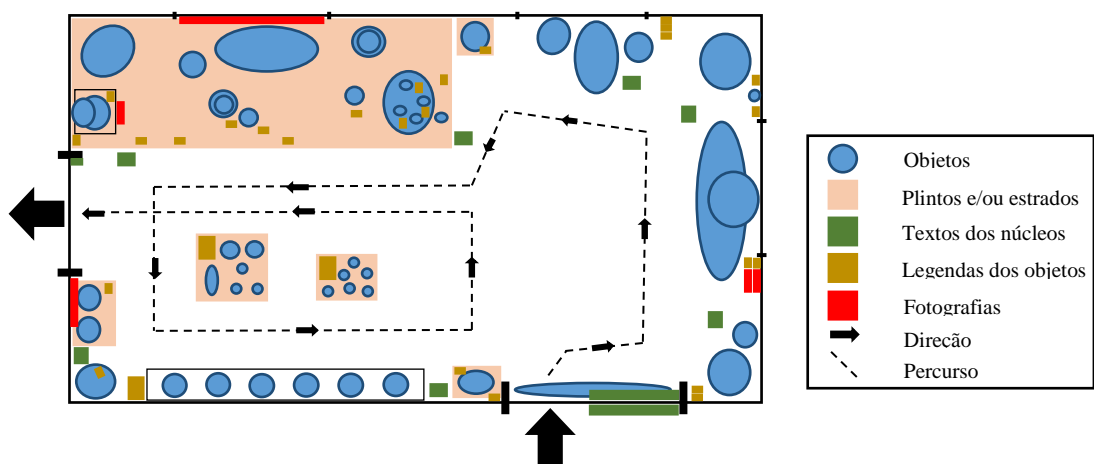


Figura 88 – Esquema de circulação do Espaço Expositivo.

Inauguração

A exposição foi inaugurada a 8 de julho de 2017, juntamente com a celebração do sétimo aniversário do CCVL. Os serviços do Museu produziram o seguinte cartaz:



Figura 89 - Poster da inauguração da Exposição Casa de Saúde.

A apresentação da inauguração da exposição contou com a presidência e direção do CCVL, Jorge Relvas e Álvaro Pinto respetivamente; Ana Fidalgo, comissariado da exposição; Jorge Custódio, orientador científico; Pedro Ruas, Presidente da Junta de Freguesia Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão; António de Jesus Figueira Mendes, presidente da Câmara Municipal de Grândola; e ainda Antoine Velge, filho de Frédéric Velge, em representação da antiga administração das Minas do Lousal, *Société Anonyme Mines et Industries*.



Figura 90 e 91,92 e 93 – Inauguração da Exposição Casa de Saúde.

Fase Funcional

A fase funcional é caracterizada pelo período subsequente à inauguração, fase em que a exposição passa a ser visitada diariamente pelo público que acede ao Museu do Lousal. Para a fase funcional exige-se um programa educativo, uma estratégia de manutenção e conservação preventiva do acervo e pressupõe um sistema de segurança, bem como a contínua divulgação pública. Explicam-se de seguida as orientações criadas nesse sentido.

Serviços Educativos

Os serviços educativos da exposição são assegurados pelos monitores do CCVL. Sendo que o Museu tem sempre as portas encerradas e abertas apenas para visitas guiadas, a visita é sempre acompanhada por um monitor, que poderá fazer o percurso conforme a vontade do visitante. Uma vez que se trata de uma exposição temporária, na qual os serviços do Museu não interfiram, foi necessário fazer uma apresentação especial da exposição dirigida aos monitores, para que estes conhecessem os conteúdos e pudessem colocar questões mais pertinentes. Constituiu-se um “Guião da Exposição Casa de Saúde” (Anexo 1) destinado aos monitores para que eles pudessem realizar das visitas, tendo uma orientação comum. Este guião além de incluir todo o conteúdo escrito da exposição, procura responder às questões que, eventualmente, possam surgir em contexto de visita, desde explicações de cada peça exposta, ao aprofundamento de informações sobre cada núcleo, razão para as escolhas dos objetos, outras curiosidades, etc.

Manutenção e conservação preventiva

Uma vez que a exposição se encontra inserida no Museu Mineiro, passa a contar com as condições de manutenção e conservação disponíveis pré-definidas, no que respeita ao sistema de prevenção de incêndios, alarme para evitar possíveis roubos/vandalismos, entre outras. Dado que as visitas são diárias, cabe aos monitores do CCVL, controlar o bem-estar dos objetos expostos e evitar vandalismos.

Divulgação

A divulgação, como meio de promoção da exposição realizada, teve dois momentos, o da inauguração e o após-inauguração. No primeiro, foi feita uma difusão que alertasse para o início do evento, versus, inauguração da nova exposição temporária. Nesse sentido, foram enviados convites pela *mailing list* do CCVL e da APAI, assim como para todas as entidades colaborantes da exposição, bem como a sua divulgação através das redes sociais do museu, nomeadamente Facebook e Instagram, distribuição local de cartazes e panfletos e ainda, um convite pessoal, porta a porta, a toda a comunidade residente do Lousal.



Figura 94 e 95 - Divulgação da exposição nas Redes Sociais Instagram (esquerda) e Facebook (direita).

Num segundo momento apostou-se nas participações em encontros/congressos. Entre 21 a 24 de setembro de 2017 apresentou-se a comunicação “*O Património Social das Minas – O caso das Minas do Lousal*” no XVII Congresso Internacional Sobre Patrimonio Geológico Y Minero, XXI Sesión Científica De La SEDPGYM¹²³, realizado na Escuela de Ingenierría Minera e Industrial de Almadén – Universidad de Castilla-La Mancha, em Almadén, Espanha, com autoria de Ana Fidalgo e co-autoria de Jorge Custódio. Nos dias 8 e 9 de novembro de 2017, apresentou-se uma outra comunicação, intitulada “*O Património Médico-farmacêutico das Minas – O caso das Minas do Lousal*” no I Encontro dos Museus e Instituições de Ciência e Ciências da Saúde da área metropolitana de Lisboa - Património, Ciência e Saúde: Intervir, Conhecer, Preservar e Valorizar¹²⁴, realizado no Museu da Farmácia, em Lisboa.

¹²³ <http://www.sedpgym.es/index.php/actividades/congresos/130-xvii-congreso-internacional-sobre-patrimonio-geologico-y-minero-xxi-sesion-cientifica-de-la-sedpgym>

¹²⁴ <https://patrimoniocienciasaude.wordpress.com/>



Figura 96 e 97 - Posters dos eventos em Almadén (Esquerda) e em Lisboa (Direita).

As duas comunicações resultarão em duas publicações que serviram como veículo de divulgação da exposição e do trabalho realizado, bem como da divulgação do património social, mineiro e industrial do Museu do Lousal, em particular.

Estas iniciativas contribuem para a salvaguarda do património industrial, mineiro, social e médico-farmacêutico, estes dois últimos aspetos com poucas iniciativas a nível nacional. A exposição “Casa de Saúde” é um exemplo único, dentro da sua temática, a nível nacional e abre portas para que novas iniciativas do mesmo género sejam criadas e apoiadas.

A exposição temporária tem como objetivo último constituir a base para a criação de um novo Núcleo Museológico do Museu Mineiro do Lousal.

“Casa da Saúde” - De Exposição Temporária a Núcleo do Museu do Lousal

A exposição “Casa de Saúde” serve de base para a criação de um Núcleo Museológico, que conste da oferta educacional já disponibilizada pelo Museu do CCVL. Considera-se, no entanto, que a localização atual da exposição é desapropriada, uma vez que quebra a leitura do próprio Museu (Central Elétrica). Este espaço foi apenas considerado como uma alternativa viável até se criarem as condições de criação do novo Núcleo museológico.

O trabalho desenvolvido deverá ser recolocado/repensado num espaço mais adequado, sendo que o ideal seria relocá-lo onde atualmente se encontra a Associação de Reformados do Lousal, sítio e edifício que manteve a traça original até aos dias de hoje e no qual funcionava o antigo posto de saúde. Por conservar a estrutura original do antigo posto de saúde, seria possível recriar ou repensar este espaço, possibilitando aos visitantes uma experiência única e próxima da realidade¹²⁵. Esta solução tem, aliás, correspondência com outras experiências museológicas levadas a efeito em museus industriais em Portugal e a nível internacional, onde contentor museológico e conteúdos (bens móveis integrados ou não) constituem uma forma de salvaguarda e conservação (patrimonializada) dos bens culturais.

Para se alcançar o objetivo de criação e relocação do novo núcleo museológico, seria necessário desenvolver um projeto museológico e respetivo programa para o novo local, melhorado e acrescentado como novos conteúdos, como por exemplo, tratamento, inventariação e exposição da documentação encontrada referente a esta área. Justificar-se-ia um catálogo dos conteúdos expositivos.

Ainda relativo à melhoria da exposição/acervo trabalhado, bem como do próprio museu em si, considera-se que, a nível museológico, o museu mineiro do Lousal necessita ser repensado para cumprir melhor as suas funções culturais e científicas.

¹²⁵ No entanto, seria necessária a relocação da Associação de Reformados do Lousal para novas instalações.

Reflexão Museológica

De acordo com o Art.º 7 da Lei Quadro dos Museus Portugueses de 19 de Agosto de 2004, um museu é *“uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”*.

Segundo a legislação, considera-se que o Museu Mineiro do Lousal reúne os objetivos definidos para ser considerado um museu, no entanto a instituição museal do Lousal carece de intervenções e condições para o seu adequado funcionamento. Considerando como diretrizes, de cariz obrigatório, as funções legisladas¹²⁶ acima citadas, e considera-se fundamental para o bom funcionamento de um museu, o seguinte:

- 1) A nível de “Estudo e investigação”, este museu tem sido alvo de poucos trabalhos museológicos, tendo como principais referências o trabalho desenvolvido por Cármen Carvalho (2009)¹²⁷. Tendo em conta a sua inauguração em 2001, contando assim com 17 anos de funcionamento, a investigação deveria ter sido mais desenvolvida durante este período, nomeadamente do ponto de vista conceptual e programático, além do acervo físico ou documental, ainda por tratar, dada a riqueza destes objetos, que na maioria das minas portuguesas já se perdeu.
- 2) Como a “Incorporação” *“representa a integração formal de um bem cultural no acervo do museu”*¹²⁸ seguindo essencialmente a modalidade de Doação, Legado, Herança, etc. há que definir uma estratégia ou política de incorporações. O Museu é detentor de um acervo riquíssimo, devendo-se como tal, priorizar a conservação do acervo existente antes de se adquirir ou incorporar novos objetos. No entanto, nunca ficando de fora a hipótese de se

¹²⁶ Art.º 7 da Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

¹²⁷ Espera-se que esta dissertação possa também contribuir para a qualificação da museologia do Lousal.

¹²⁸ Art.º 13 da Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

equacionar a incorporação com todas as suas vantagens e orientações, que pressupõem a de salvaguarda, assim como a constituição de reservas apropriadas para o seu acondicionamento.

- 3) Quanto a função de “Inventário e Documentação” este museu carece de inventário museológico. O inventário museológico realizado e apresentado no presente trabalho, alargado para outras coleções do Lousal é um aspeto fundamental, o que pressupõe meios técnicos indispensáveis ao futuro da instituição, permitindo a valorização e a difusão dos acervos materiais e documentos.
- 4) Quanto à “Conservação”, e uma vez que o museu tem a obrigatoriedade de conservar os seus bens culturais, considera-se que as peças carecem de local apropriado para tal, com especial ênfase para os objetos documentais que são alvo de deterioração rápida, apresentando já sinais visíveis de deterioração por humidade e infestações biológicas. Considera-se que idealmente este museu deveria ter, como previsto por Alfredo Tinoco, um centro de documentação, não só que salvaguardasse os documentos originais e ainda a documentação museológica, pondo em relevo o “Estudo e investigação”, acima referidos. Ainda será necessário atender às questões de manutenção e limpeza dos objetos expostos, o que infelizmente não é assegurado com a regularidade necessária. A conservação devia estender-se à parte física dos objetos móveis e integrados, com a criação de uma equipa, composta por antigos mineiros reformados, com a finalidade do restauro e manutenção dos referidos objetos.
- 5) A nível de “Segurança”, o museu reúne as condições necessárias de segurança, tais como apoio a fogos/incêndios e sistema de alarme como modo de “*garantir a protecção e a integridade dos bens culturais nele incorporados*”¹²⁹.
- 6) Quanto à “Interpretação e exposição”, o museu, para além da sua exposição permanente, que carece que conteúdos informativos melhor desenvolvidos, pois tendo apenas legendas simplificadas para os objetos,
- 7) Em relação à “Educação”, o Museu conta apenas com os serviços educativos do CCVL, sendo que estes apenas se dedicam ao estudo das ciências não

¹²⁹ Art.º 32 da Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto.

dispondo de ninguém com formação especializada em outras áreas (história, arqueologia, antropologia). Considera-se que o bom funcionamento do museu deve passar pela alocação de pessoal especializado, que possa desenvolver conteúdos e dotar o museu de serviço educacional próprio e especializado.

Os pontos acima descritos não pretendem questionar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no Lousal, mas sim alertar para as questões que devem ser tidas em conta para o bom funcionamento e desempenho do Museu enquanto destinatário e valorizador de bens culturais e enquanto fomentador e democratizador da cultura e do desenvolvimento da sociedade. Nunca será demais reforçar a necessidade de valorização deste património, e dado que se considera o Museu Mineiro do Lousal como um caso de sucesso, este deve servir como modelo para novos projetos que poderão surgir, pelo que o Museu deverá constituir-se como modelo, pelo aperfeiçoamento das suas características e especificidades e aprofundamento museológico.

Considerações Finais

Para responder ao objeto de estudo muito tem contribuído o trabalho desenvolvido por Jorge Custódio e Deolinda Folgado, grandes defensores da salvaguarda e valorização de Património Mineiro e Industrial, mostrando sempre preocupação em entende-los como integrantes de outros patrimónios entre as quais, o Património Social. A nível nacional, o Património Social tem sido alvo de poucas iniciativas museológicas e ainda se encontra pouco estudado, tendo como principais referências, as Minas de São Domingos, as Minas de Aljustrel, as Minas do Pejão, Minas de São Pedro da Cova e Minas da Panasqueira. O facto deste património se encontrar pouco valorizado tem levado a perdas irremediáveis, na sequência do encerramento das minas portuguesas. No caso específico das Minas do Lousal, ao contrário de outras minas, tem sido objeto de iniciativas de valorização patrimonial.

A presente dissertação centrou-se no estudo do Património Social das Minas do Lousal, com foco nos serviços médico-farmacêuticos oferecidos pela concessão mineira durante o seu ciclo funcional, e surgiu da necessidade de caracterizar e entender a complexidade social do meio mineiro, como forma de o valorizar e salvaguardar, com base nas definições de Património Industrial e Mineiro, assim como em convenções e cartas que, diretamente ou indiretamente, serviram de base para a identificação deste património.

Assim, entende-se por Património Social, a estrutura e organização sociais das comunidades mineiras, passando pelo entendimento das condições oferecidas aos trabalhadores e às suas famílias, nas vertentes de habitação, saúde, alimentação, religião, ensino e ainda atividades de lazer. Estas constituem exemplos das iniciativas financiadas pela concessão mineira, na procura da melhoria da qualidade de vida das comunidades que encerram, coesão e inclusão social dos trabalhadores e das suas famílias no todo mineiro, reconhecimento da “aldeia” como entidade própria, ou como forma de perpetuar e garantir a rentabilidade da mina. Estas iniciativas tiveram especial desenvolvimento no tempo da da *Société Anonyme Mines et Industries*, em especial durante a administração de Frédéric Velge.

É através do estudo do Património Social que é possível caracterizar e analisar o funcionamento e organização das comunidades mineiras. O conhecimento que se forme

acerca destes valores permite antever os modos salvaguardá-los, estudá-los e expô-los, transformando-os em Património Cultural, podendo-se assim representá-lo em museus, como aconteceu no caso da exposição temporária “Casa de Saúde”, atualmente aberta ao público nas Minas do Lousal. Conclui-se deste modo que o Património Social ganha valor cultural, como cultura material e, ainda, como valor intangível, que é o vínculo do património à vida humana.

A exposição “Casa de Saúde” envolveu a preservação dos objetos relativos à temática médico-farmacêutica, assim como todos os processos necessários à construção de uma exposição, desde intervenção do espaço, seleção de peças, criação de conteúdos didáticos, montagem, inauguração e divulgação. Esta exposição estabeleceu elos significativos com os mineiros do Lousal, tanto como sujeitos da atividade, colaborando na recolha das memórias referentes à vida hospitalar da Mina, como na participação na construção dos conteúdos da mostra ou na adesão ao Museu, para observarem objetos com os quais de alguma forma se relacionaram enquanto utentes/pacientes ligados à comunidade mineira. Considera-se que esta iniciativa foi pioneira, por ser a primeira vez que se expõem objetos referentes aos serviços médico-farmacêuticos de uma mina, criando conceito para a edificação de um novo Núcleo Museológico para o Lousal. O trabalho desenvolvido deverá ser continuado e aplicado ao restante acervo da tutela do Museu Mineiro do Lousal e servir de exemplo para a realização de iniciativas semelhantes noutras minas.

Como conclusão final considera-se que este trabalho contribui para realçar a importância do Património Social das minas que desempenham um papel fundamental para o conhecimento da nossa memória coletiva e identidade.

Referências Bibliográficas

- APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. (1998). *Museu Mineiro do Lousal - Programa Museológico*. Lisboa. Portugal.
- Associação Centro Ciência Viva do Lousal. (2012). Associação Centro Ciência Viva do Lousal - Memorando/Fevereiro de 2012. Lousal, Grândola, Portugal.
- BRANDI, C. (1963). *Teoria do Restauro*. Editora Orion. Acedido a 5/02/2018 no sítio: <https://www.wook.pt/livro/teoria-do-restauro-cesari-brandi/222719>
- CARMO, L. L. do, PINTO, M. do Ç. (2003). *Lousal... “Estórias” e Vidas*. Casa do Povo de Azinheria de Barros. Grandôla, Portugal.
- CARVALHO, C. D. S. (2009). *Museu Mineiro do Lousal - O Arquivo da empresa Mines et Industries*. Relatório de Estágio. Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Conselho da Europa. (2005) *Convenção de Faro - Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*. Faro, Portugal.
- CUSTÓDIO, J. (1993). As Minas Abandonadas do Ponto de Vista da Arqueologia Mineira e Industrial. *Boletim de Minas*, v.30, nº 2, 73–84.
- CUSTÓDIO, J. (2004). *Museu Do Carvão & Das Minas Do Pejão - Programa Museológico (Estudo policopiado)*. Castelo de Paiva, Portugal.
- CUSTÓDIO, J. (2005). Património mineiro. *Património Estudos*, nº 8, 145–164.
- CUSTÓDIO, J. (2015). *Património Industrial: conceitos de hoje, valores de futuro*. Revista Património, nº 3, 82–94.
- CUSTÓDIO, J. (em publicação). *O Património Industrial Integrado dos Museus Mineiros. O Motor Carels Diesel das Minas do Lousal, Grândola (Portugal)*. Actas do XVII Congreso Internacional sobre Patrimonio Geológico y Minero en Almadén. Huelva, Espanha.
- D’ALAMBERT, C. C., & MONTEIRO, M. G. (1990). *Exposição Materiais e Técnicas de Montagem*. Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- DAVALLON, J. (2014). *À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions*. Lisboa, Portugal. Acedido a 15/03/2018 no sítio: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01123906/document>
- DEAN, D. (1996). *Museum Exhibition - Theory and Practice*. Routledge. Londres, Inglaterra.
- DESVALÉES, A., & MAIRESSE, F. (2013). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo, Brasil. 79-81
- DURÃO, A. M., & VILHENA, N. (2007). *A Barbearia - A arte de barbear e pentear*. Câmara Municipal Santiago do Cacém. Santiago do Cacém, Portugal.
- EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro. (n.d.). Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal. 2010-2015. Acedido a 18/01/2018 no sítio: <http://edm.pt/projetos/recuperacao-ambiental-da-antiga-area-mineira-do-lousal/>
- EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., & DGEG - Direcção Geral de

- Energia e Geologia. (2011). *A Herança das Minas Abandonada. O Enquadramento e a Actuação em Portugal*. (S. A. EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro & DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia, Eds.). Lisboa, Portugal.
- FIDALGO, A., & CUSTÓDIO, J. (em publicação). *O Património Social Das Minas – O Caso Das Minas Do Lousal*. Actas do XVII Congreso Internacional sobre Patrimonio Geológico y Minero en Almadén. Huelva, Espanha.
- FOLGADO, D. (2013). *Salvaguarda do património mineiro - Da identidade à inclusão no quotidiano*. VIPASCA - Arqueologia E História, nº 4 (2ª Série).
- FOLGADO, D., & IGESPAR IP. (2010). *Património Industrial Colecção KITS – Património*. Vol. n.º3. Lisboa, Portugal. Acedido a 28/11/2017 no sítio: http://www.monumentos.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/KIT03.pdf
- GUERREIRO, L. (1957). *Medicina Social. Estado actual do problema português da Silicose. Separata da Imprensa Médica*.
- GUIMARÃES, P. E. (2001). *Industria e conflito no meio rural. Os mineiros alentejanos (1858-1938)*. Edições Colibri & CIDEHUS-UE, Eds. Lisboa, Portugal.
- HUNT, J., Lottermoser, G. B., Parbhakar-Fox, A., & Veene, E. Van. (2016). *Precious metals in gossanous waste rocks from the Iberian Pyrite Belt*. Minerals Engineering, nº 87, Acedido a 11/01/2018 no sítio: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.mineng.2015.12.002>, 45–53.
- ICOM - International Council of Museums. (1992). *DECLARAÇÃO DE CARACAS. Cadernos de Sociomuseologia*, 243–265.
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. *Declaração De Tlaxcala* (1982). Trinidad, Tlaxcala, México.
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. *Carta Internacional Para a Salvaguarda Das Cidades Históricas* (1987). Washington, Estados Unidos da América.
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. *Carta de Veneza* (1964). Veneza, Itália.
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. *Carta de Burra* (1999). Austrália.
- ICOMOS - International Council on Monuments and Sites. *Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Património Industrial - “Os Princípios de Dublin”* (2011). Aprovados na 17.ª Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de Novembro de 2011.
- LEITE, P. P. (2009). *Frédéric Velge. 1926 - 2002, Fotobiografia*. Fundação Frédéric Velge. Grândola, Portugal.
- LOPES, M. (2011). *Metodologias de Avaliação de Contaminantes Químicos no Ambiente de Trabalho*. Acedido a 26/03/2018 no sítio: http://jornadasdesegurançanotrabalho.aeva.eu/wp-content/uploads/2011_III/co/MiguelLopes.pdf
- MATOS, J. X., & MATINS, P. P. (2006). *Reabilitação ambiental de áreas mineiras do sector português da Faixa Piritosa Ibérica: Estado da arte e perspectivas futuras*. Boletim Geológico Y Minero, nº 117(2), 289–304.

- Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria. D.G., n.º 88, de 14 de Abril de 1891 (1891). *Portugal: Legislação régia*. Acedido a 26/01/2018 no sítio: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/65/86/p167>
- Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria. D.G. 16 de Março de 1893, Pub. L. No. d. (1893). Portugal: Legislação régia. Acedido a 26/01/2018 no sítio: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/78/125/p186>
- MOUTINHO, M. C. (1994). A Construção do Objecto Museológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 4, 7–59.
- OLIVEIRA, M., FERREIRA, T., RELVAS, J. M. R. S., PINTO, A. M. M., PEREIRA, Z., MATOS, J. X., & FERNANDES, C. (2013). *Lousal, Portugal: Património Geológico e Mineiro de uma Antiga Mina na Faixa Piritosa Ibérica*. Actas do XIV Congreso sobre Patrimonio Geológico y Minero. Castrillón (Asturias). Castrillón, Espanha.
- ONU - Organização das Nações Unidas. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (1972). Paris, França.
- PEREIRA, P. M. F. C. (2004). *Preservar e desenvolver em museologia: contributo para o estudo do objeto e do processo museológico*. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 34, 41–135.
- PINHO, E. G., & FREITAS, I. da C. (2000). *Normas de Inventário: Normas Gerais*. Direcção de Serviços de Inventário & Instituto Português de Museus, Eds., 2ª ed. Lisboa, Portugal: Instituto Português de Museus.
- RODRIGUES, P. C. N. (1997). *Espaço Social e Modos de Vida em Contexto de Crise – O Lugar das Minas do Lousal*. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal. (n.d.). Malacate do Poço Viana, Aljustrel. Acedido a 25/03/2018 no sítio: <http://www.roteirodeminas.pt/point.aspx?v=40fc33-1b7a-4e43-a823-d1f2e242ba45>
- SAMPAIO, A., & CAMPOS, A. C. de. (1980). *Serviços de Saúde em Portugal - Uma reflexão crítica*. *O Médico*, N.º 96(226), 489–502.
- SANTOS, C., Norte, A., Fradinho, F., Catarino, A., Ferreira, A. J., Loureiro, M., & Baganha, M. F. (2010). Silicose Breve revisão e experiência de um serviço de pneumologia. *Revista Portuguesa de Pneumologia*, n.º XVI(1), Acedido a 15/02/2017 no sítio: [https://doi.org/10.1016/S0873-2159\(15\)30009-X](https://doi.org/10.1016/S0873-2159(15)30009-X). 99–115.
- SANTOS, L., & TINOCO, A. (1998). *Um Projecto de Musealização para as Minas do Lousal*. *Arqueologia & Indústria*, n.º 1, 177–125.
- TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*. Nizhny Tagil, Russia.
- TINOCO, A. (2012). *Para uma política de preservação do património industrial em Portugal*. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.º 42, 27–50.

Índice de Figuras

Figura 1 - Localização geográfica da faixa Ibérica Piritosa e das minas do Lousal (Hunt, Lottermoser, Parbhakar-Foxb, & Veene, 2016).	17
Figura 2 - Cronologia das Minas do Lousal (Ciclo Funcional) (RODRIGUES, 1997; CUSTÓDIO, 2016).	18
Figura 3 - Central termoelétrica da SAPEC. Fotografia cedida pelo projeto da Era da Energia a Vapor de Portugal IHC.	21
Figura 4 - Malacate 1 das Minas do Lousal. © CCVL.	32
Figura 5 - Central Eléctrica. Museu Mineiro do Lousal © CCVL.	33
Figura 6 - Centro Ciência Viva do Lousal © CCVL.	34
Figura 7 - Galeria Waldemar © CCVL.	36
Figura 8 - Exemplo parcial de uma Ficha de Trabalhador ©MML.	46
Figura 9 e Figura 10 - Habitações em construção, 1958 © CCVL.	49
Figura 11 - Cantina em construção, 1958 © CCVL.	51
Figura 12 e Figura 13 - Igreja de São Jorge © CCVL.	52
Figura 14 - Escuteiros © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.	52
Figura 15 - Escola © CCVL.	53
Figura 16 - Aulas de Costura © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.	55
Figura 17 - Marchas de São João © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.	57
Figura 18 e Figura 19 - Procissão de Santa Bárbara, década de 1960 © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.	58
Figura 20 e Figura 21- Equipas de Futebol © Arquivo da Câmara Municipal de Grândola.	59
Figura 22 - Planta de 1949 - Enfermaria e Farmácia © MML.	64
Figura 23 - Exposição “Casa de Saúde” – Pormenor da fotografia © CCVL.	64
Figura 24 - Planta de 1970 - Antigo Hospital e Posto de Socorros © MML.	66

Figura 25 e Figura 26 – Fotografia dos Painéis de entrada da Casa de Saúde © Ana Fidalgo.....	67
Figura 27 e Figura 28 – Exemplo de Ficha da Caixa de Previdência.....	72
Figura 29 - Imagem de ambulância c/ enfermeiro e motorista © CCVL.....	78
Figura 30 e Figura 31 - Acidentes com incapacidade de fundo (em cima) e de superfície (em baixo), ano de 1955 © MML.....	81
Figura 32 – Exemplo de Ficha de Registo de Sinistros da Sociedade <i>Mines et Industries</i> © MML.....	82
Figura 33, Figura 34 e Figura 35 – Exemplo de Ficha de Saúde da Sociedade <i>Mines et Industries</i> ©MML.....	85
Figura 36, 37, 38 e 39 - Identificação dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo.....	91
Figura 40 e 41 - Recolha dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo. ..	92
Figura 42 e 43 - Limpeza dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo...	93
Figura 44 e 45 - Pormenor de peça do acervo (carrinho de mão para botija de oxigénio), 2016 ©Ana Fidalgo.	94
Figura 46 e 47 - Limpeza dos objetos que constituem o acervo, 2016 ©Ana Fidalgo...	95
Figura 48 e 49 - Registo fotográfico dos objetos que constituem o acervo, para inventário 2016 ©Ana Fidalgo	96
Figura 50 e 51 -Exemplo de Ficha de Inventário - MMLACS001.....	100
Figura 52 - Pormenor da Planta de 1950 © MML.	102
Figura 53 - Espaço da exposição anterior à intervenção © Ana Fidalgo.	103
Figura 54 - Esquema do espaço anterior à intervenção.	103
Figura 55 - Esquema da colocação dos plintos e estrados, objetos, textos, legendas e fotografias.....	112
Figura 56 e 57 - Serviços de Saúde do Lousal (1958) © CCVL.....	115
Figura 58 - Serviços de Saúde do Lousal (1958) © CCVL.....	116

Figura 59 - Fotografias de trabalhadores dos serviços de saúde, representados no núcleo Sala de Espera © MML.	118
Figura 60 - Espaço da exposição anterior à intervenção © Ana Fidalgo.	120
Figura 61, 62, 63, 64 - Armário durante a intervenção (à esquerda, em cima), sala durante a intervenção (idem à direita), antiga porta de entrada antes da intervenção (em baixo, à esquerda), janelas antes da intervenção (em baixo, à direita).	121
Figura 65 - Esquema do espaço após a intervenção.	121
Figura 66 – Esquema do espaço com introdução de estrados e plintos.	122
Figura 67 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo.	123
Figura 68 e 69 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Estomatologia (esquerda) e fotografia do núcleo Estomatologia (direita).	123
Figura 70 e 71 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Silicose (esquerda) e fotografia do núcleo Silicose (direita).	124
Figura 72 e 73 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Maternidade (esquerda) e fotografia do núcleo Maternidade (direita).	124
Figura 74 e 75 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Enfermagem (esquerda) e fotografia do núcleo Enfermagem (direita).	125
Figura 76 e 77 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Fisioterapia. (esquerda) e fotografia do núcleo Fisioterapia (direita).	125
Figura 78 e 79 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Sala de Espera (esquerda) e fotografia do núcleo Sala de Espera (direita).	126
Figura 80 e 81 - Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente ao núcleo Interior das Minas (esquerda) e fotografia do núcleo Interior das Minas (direita).	126
Figura 82 – Esquema da colocação dos objetos no espaço expositivo referente aos objetos sem núcleo.	127
Figura 83, 84, 85 e 86 - Fotografia dos objetos sem núcleo.	127
Figura 87 – Esquema de iluminação do Espaço Expositivo.	128
Figura 88 – Esquema de circulação do Espaço Expositivo.	129

Figura 89 - Poster da inauguração da Exposição Casa de Saúde.	129
Figura 90 e 91,92 e 93 – Inauguração da Exposição Casa de Saúde.....	130
Figura 94 e 95 - Divulgação da exposição nas Redes Sociais Instagram (esquerda) e Facebook (direita).....	132
Figura 96 e 97 - Posters dos eventos em Almadén (Esquerda) e em Lisboa (Direita).	133

Índice de Tabelas

Tabela 1- Identificação de Material utilizado na limpeza do acervo.....	95
Tabela 2 - Identificação de Material utilizado no inventário do acervo.....	97
Tabela 3 - Discriminação do conteúdo de cada um dos pontos da Ficha de Inventariação.	98

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Número de trabalhadores nas diferentes funções desempenhadas nos Serviços de Saúde do Lousal de 1926 a 1990.	68
Gráfico 2 - Número de Funcionários da Casa de Saúde (Posto Médico) de 1926 a 1988.	69
Gráfico 3 - Movimento de Atendimento na Casa de Saúde (Posto Médico) de 1964 a 1971.	70
Gráfico 4 - Internamentos na Casa de Saúde (Posto Médico) de 1964 a 1968.	71
Gráfico 5 - Acidentes de Trabalho de Fundo, nas Minas do Lousal, de 1964 a 1974....	80
Gráfico 6 - Acidentes de Trabalho de Superfície, nas Minas do Lousal, de 1964 a 1974.	80
Gráfico 7 - Número de Casos de Silicose (certa e em observação) referente aos anos 1957 a 1963.	86

Anexos

(Os anexos encontram-se num ficheiro individual.)

Anexo 1 – Guião da exposição “Casa de Saúde”.

Anexo 2 – Protocolo de Empréstimo.

Anexo 3 – Inventário dos objetos museológicos.